

G. Robinet Marcy S. J.

Os Católicos e a Questão Social



PROJETO RESGATES DO ESBOÇO

ESTE LIVRO FOI DIGITALIZADO EXCLUSIVAMENTE POR NÓS

ESBOÇO DE SANIDADE



CONHEÇA O CANAL
NO YOUTUBE



AV. POSTAL 240

EDUER EDITORA

RIO DE JANEIRO

ABE
LIVRARIA

***Os Católicos
e a
Questão Social***

G. Roblot Marcy S. J.

Os Católicos
e a
Questão Social

Tradução autorizada

N. S. D.



Casa Rto. Antonio
San Quint. Bocayuva, 70
S. PAULO
EMPRESA EDITORA
A B C
LIMITADA
Rio de Janeiro
1936

Quum liber, gallico idiomate a P. Gabriele Robinot-Marcy, S. J. conscriptus, cui titulus

“AUX PRISES AVEC L'APOSTASIE DES MASSES”

editus fuerit praevia approbatione tum Superiorum Ordinis, tum Ordinarii loci;

Quum aliunde, ex peracta revisione constet, lusitanam translationem fideliter concordare cum originali, nihil obstat, - ad Societatem Iesu quod attinet, - quominus praedicta versio typis mandetur.

Flumine Ianuario, 9^a Decembris 1935.

M. Renaud, S. J.

Praep. V. Prov. Brasiliae Central.

Imprimatur -

Rio, 24 de Maio de 1936.

† Sebastião,

Cardeal Arcebispo.

N.º 2 — Direitos reservados na forma da lei. —
Publicado sob os auspícios
da Confederação Nacional
de Operários Católicos.

DUAS PALAVRAS

A "apostasia das massas" é hoje o mais tragico dos problemas a serem enfrentados pela Igreja, na Europa. Sê-lo-ha também nas Americas? E no Brasil?

Eis o problema de facto a resolver, antes de se estudar o remedio. Não é nas curtas paginas de apresentação de um livro que é possível fazel-o. Fixemos apenas alguns pontos necessarios á leitura e á utilização, em nosso meio, de uma obra como esta, de tão palpitante actualidade, com que a benemerita Casa Spes, de Paris, a que tanto já deve a cultura catholica, acaba de enriquecer o nosso patrimonio intellectual. Seria necessario distinguir, na America, as regiões industrializadas das regiões ainda ruraes e bem assim as cidades dos campos. Pois o problema varia segundo a actuação dessas condições de facto.

O problema da deschristianização das massas, que a Igreja entende hoje enfrentar, e já começa a inquietar os proprios "catholicos-burguêses," apresenta-se muito mais grave nas cidades que nos campos. E, nestes ultimos, nas regiões industrializadas que nas demais. A massa, não substancialmente mas accidentalmente (e nessa distincção vai toda a distancia entre a exegese socialista e a catholica da historia economica dos povos), é funcção da machina. Se não é a machina que fornece á massa o seu elemento material, o numero, — favorece, sem duvida, a formação livre do seu elemento formal, a consciencia colectiva. E o poder da massa está menos no seu numero que na sua consciencia. Dahi a grande força das pequenas massas sobre as grandes. E a importancia que o problema adquire, mesmo para um paiz, como o Brasil, onde a

civilização da massa ainda não penetrou e que constitúe ainda, graças a Deus, e devemos trabalhar para que sempre o permaneça — uma civilização de pessoas e famílias.

Com a inevitavel introdução da machina, porém, processa-se de modo necessario uma infiltração da civilização da massa em nosso meio social de indole pessoal e familiar. E, com essa invasão, dos problemas que traz consigo está, em primeira linha, o da apostasia. Prova disso é o movimento popular que os "meneurs" communistas, no Brasil, sob a capa de "Alliança Nacional Libertadora" ou de "Frente Popular pelas liberdades democraticas," vão conseguindo fazer, mesmo nos meios ruraes, onde agem tambem decididamente.

Sem entrar em maiores detalhes ou considerações, perguntemos logo qual o calcanhar de Achilles da ordem social dominante, pelo qual se introduz mais facilmente esse espirito revolucionario da massa, de que a "apostasia religiosa" é uma das faces e um dos instrumentos mais efficazes? A resposta creio que só póde ser: — a miseria e a insegurança. Não são, nem as condições technicas de producção, como quer a interpretação socialista do problema, nem os complexos ideologicos, como pretenderá um falso espiritualismo. As condições sociaes inhumanas por deficiencia é que hoje arrastam os homens ao desespero, á negação, á revolta, á apostasia, enfim. Se bem que as condições sociaes inhumanas por excesso (o luxo, a ociosidad, do capitalismo) levem igualmente á apostasia, não mais das massas, mas dos individuos. De modo que o primeiro passo para arrancar as massas á apostasia ou ainda, o que é sobretudo o caso brasileiro, impedir preventivamente que ellas sejam arrastadas á apostasia — é trabalhar por condições sociaes humanas para as classes trabalhadoras. Tudo o que se fizer, portanto, em beneficio das garantias sociaes do operario e de sua familia é obra essencialmente catholica, seja feita por quem quer que seja. E' o catholicismo social implicito.

O segundo passo, para evitar a apostasia das massas, será então a pratica do catholicismo social explicito. Nes-

te podemos distinguir a parte pessoal da parte institucional.

Pela primeira, preparam-se as pessoas para o problema, sua prevenção e sua solução. Pelo segundo se organizam as obras necessarias ao trabalho social. Estas são tão indispensaveis como aquellas. Sem pessoas, convenientemente preparadas, e sem instituições, que enquadrem o apostolado pessoal dando-lhe força collectiva, num meio adverso ou indifferente, como o meio social moderno, — não pôde haver catholicismo social consciente e util.

Nesse duplo esforço é preciso ainda levar em conta a existencia das duas grandes camadas sociaes existentes: a burguesia e o proletariado — e, dentro de cada uma dellas, as variações que as profissões, os temperamentos, o domicilio, a religião, provocam. O catholicismo social explicito prepara os apóstolos da classe burguesa, para mostrar á burguesia as suas responsabilidades. Prepara ainda os apóstolos da classe operaria, que serão os catechizadores do proletariado, afim de impedir que ganhe terreno a perigosa deturpação com que os chefes socialistas apresentam a doutrina social catholica, ligando-a á permanencia de condições servis do proletariado. E' preciso dissociar, na consciencia da massa, o trabalho de associação das duas idéas com que o communismo trabalha em favor da apostasia: a condição economica e social do proletariado e a sua fé religiosa.

Não só a fé catholica, mas toda a actuação social da Igreja contemporanea, exigem o progresso integral dessas massas, economico, politico e religioso. A redempção do proletariado não poderá vir apenas da melhora de suas condições materiaes. Mas tambem não poderá vir sem ella. Eis o que affirmam o catholicismo social e o ideal por que trabalha.

Este livro, de leitura facil e solida informação, concorrerá muito, estou certo, para dar aos catholicos brasileiros uma noção mais viva de suas possibilidades no terreno social, onde até hoje temos sido tão hesitantes. Não fechemos os ouvidos ás accusações que nos fazem

nem os olhos das cifras ou figuras com que nos apresentam a marcha inexoravel das massas á apostasia.

Nem umas são falsas, de todo, nem outras de todo verdadeiras. O essencial é tirar de umas e outras, não uma conclusão de desanimo ante a immensa tarefa a empreender, mas uma lição de coragem, de confiança e de paciencia.

Do mesmo modo que a Igreja conquistou os barbaros, os feudaes e os burgueses — assim tambem conquistará os proletarios. Basta, para isso, que os seus filhos, acima de sua condição social ou psychologica — colloquem a sua qualidade de filhos do Christo e tirem della todas as consequencias; individuaes e sociaes, que nella se contêm.

Esse é o maior trabalho que os catholicos têm a empreender entre as massas já apóstatas ou ainda crentes, para que a Idade Nova em que ellas vão ter o predomínio não seja uma civilização de massa, materializada, mecanizada, impia e cruel, e sim uma civilização de pessoas e de familias, harmoniosa e espiritualizada, na base de uma vida material estavel e segura.

Por esse ideal é que se bate a Igreja e de que nos dá uma noção muito clara este excellente breviario de apostolado social, obra do P. Robinot Marcy, da Companhia de Jesus, joven e já consagrado especialista em assumptos sociaes. Neste livro tocou elle os pontos mais difficeis da acção social da Igreja em nossos dias, sem occultar as difficuldades nem se deixar vencer por ellas. Sua traducção para nossa lingua, obra paciente e esforçada de uma religiosa que, longe embora de sua patria, continúa a servi-la, facilitará uma divulgação, tanto mais necessaria quanto, de dia para dia, mais premente se torna a solução dos problemas por elle focalizados.

Rio. Novembro de 1935.

TRISTÃO DE ATHAYDE

PREFACIO

"O maior escandalo do século XIX é que, em realidade, as classes laboriosas desertaram da Igreja!"

*Eis como se expressava o Santo Padre Pio XI, de-
veras preocupado com o momentoso problema social, diri-
gindo-se a um de seus interlocutores, verdadeiro apóstolo
que consagrou a vida á regeneração da juventude operária.*

*Já é escandalo que, dezenove séculos após a morte de
Cristo, ainda haja terras pagãs que não admitem a Boa
Nova.*

*Escandalo maior, ver-se em países outróra inteira-
mente cristãos, uma parte da população, em suma a mais
numerosa, composta dêsses humildes que primeiro acudi-
ram ao apêlo divino, refugar as igrejas, malbaratando a
fé dos antepassados.*

*Abre-se, porém, uma éra de conquista e de magnífi-
cas esperanças. O problema moral e religioso do opera-
riado empolga a opinião pública.*

A questão interessa.

*Nas sessões das Semanas Sociais, o auditório torna-
se cada vez mais compacto. Para focalizar o assunto,
criam-se cátedras nas Universidades católicas.*

*Os Seminários reclamam ensino especializado. Livros,
brochuras, revistas que tratam do problema, merecem aco-
lhida favorável: haja vista as investigações de Valdour, de
Brémont, de Garric, do P. Lhande; os periódicos de in-
formação e de formação especificamente sociais: "Chroni-
que sociale de France," "Dossiers de l'Action Populaire,"
etc., revistas de carácter geral, reservam uma local para*

a questão trabalhista: Les Etudes, Le Correspondant, La Vie Intellectuelle...; um número avultado de jornais — salientando-se entre êles o mais recente — La Jeunesse Ouvrière, alcançam, mediante inquirições realistas, êxito maravilhoso; enfim, obras de maior folego, como as do P. Guittou ou as do P. Croisier, suscitam comentários em toda a imprensa.

São primícias de atividade social, que anunciam e preparam a volta á fé das massas populares.

E aquí temos um novo volume.

Sob forma algum tanto didática, desejaria êle tornar-se instrumento de trabalho, fonte de informações, manual de doutrinas, destinado áqueles a quem interessa o apostolado das massas. Não nutre outra ambição que não seja colaborar, por sua modesta parte, no imenso esforço que ora se processa, no intuito de apressar o dia em que, finalmente esclarecido, o povo retorne ao grémio da Igreja.

CAPITULO PRIMEIRO

As causas da apostasia popular

Cada ano, novos recrutas vindos das classes laboriosas avolumam as fileiras revolucionárias (1).

E' que a doutrina social e económica de K. Marx parece corresponder melhor a suas justas aspirações de bem estar e de fraternidade.

Não foi, em grande parte, a actividade dos socialistas que, no decurso das duas ultimas gerações, obteve as melhorias de que os operários hoje em dia desfrutam?...

Ora, ao passo que os partidos políticos ou sindicalistas revolucionários vêem aumentarem-se-lhes os efectivos, a fé das massas decresce.

Na carta que a Sagrada Congregação do Concílio dirigiu ao cardinal Liénart, aos 5 de junho de 1925, lê-se o seguinte tópico: « Os pro-

(1) As consultas eleitorais o comprovam. De 1914 a 1919, o total dos votos marxistas (sem incluir a Alsacia-Lorena) passou de 1.396.714 a 1.615.466, para atingir em 1928, 2.611.644 (1.612.226 S. F. I. O., 999.378 comunistas.) Se a composição do Cartel em 1924, permitisse uma comparação de conjunto, de 1924 a 1928, « tornar-se-ia patente uma estagnação ou antes, uma regressão do marxismo nos departamentos já socializados, como é fácil de se verificar naqueles onde a comparação é possível: Nord, Pas-de-Calais, Haute-Vienne, Saône-et-Loire. Ao invés, notar-se-ia certamente uma ascensão do socialismo nos departamentos agrícolas. » (Dossiers de l'Action Populaire, 10 de junho de 1928. — *La Pousse socialiste de 1914 à 1928.*)

gressos impressionantes do socialismo e do comunismo, a apostasia provocada nas massas operárias, são factos que demandam sérias reflexões (1). »

A causa dessa regressão seria por ventura a incompatibilidade das reivindicações operárias com as exigências da doutrina social católica?

Mal informados, muitos o afirmam. A falar verdade, o materialismo e o evolucionismo indefinido, que constituem a base da doutrina moral e social dos discípulos de Karl Marx, contradizem o senso religioso. Neste caso, a crença em outra vida não tarda muito a ser relegada ao rol de superstições que o progresso desmascarou.

Haverá actualmente em França 2 ou 3 % de operários que frequentem fielmente a igreja?

E' duvidoso.

Está claro que não se trata de empregados, artífices ou pequenos negociantes, ainda que essas categorias sociais apresentem também um declíve sensível, em matéria de fé.

Se dermos crédito ás inquirições feitas em Paris, nos quarteirões excêntricos, bom numero de operários não levam mais os filhos a batizar: « em certas paróquias de suburbio, apenas 5 ou 6 % de fieis, — homens, mulheres e crianças — assistem á missa dominical (2). » O interior do país não é mais favorecido e revela tristemente a apostasia das massas populares.

“Numa população de 1.800.000 operários industri-

(1) Cf. *Dossiers de l'Action Populaire*, 15 de setembro de 1929, p. 983.

(2) Cf. *Revue Pratique d'Apologétique* 1.º de junho de 1926.

ais da Belgica — escreve o P. Arendt — computam-se em 500.000 os jovens de ambos os sexos que, na maioria, jazem numa profunda miséria religiosa, moral e intelectual. Sem embargo, a quasi totalidade dêsses jovens frequentaram escolas católicas. Em algumas localidades, nove decimos abandonam as práticas religiosas, a partir de 16 ou 17 anos... Estatísticas minuciosas revelaram que, em várias regiões valónias, sómente 2% dos jovens operários observam regularmente os preceitos religiosos, e, contudo, os católicos dispenderam somas fabulosas para multiplicar as escolas e obras de preservação.

Sacerdotes e leigos competentes rivalizaram de zêlo, porem, nada pôde neutralizar a acção corrosiva da oficina, do compartimento da estrada de ferro, das ruas de cidades industriais, acção empenhada em descristianizar a mocidade.

A maior parte dos jovens operários desertam do Patronato, por volta de 17 anos, declarando que não querem mais ser tratados como crianças. Ai dêles! Imitam o funesto exemplo de seus predecessores (1)".

Em França, a situação é mais ou menos idêntica. No que concerne ao Norte, é difícil estabelecer dados exactos; em todo caso, as sondagens parciais operadas aquí e alí, denunciam um coeficiente extremamente baixo. Ter-se-á conseguido preservar 10 ou 15% dos jovens operários? Não há certeza. (2)

E, todavia, cumpre notar que êsse departamento não é catalogado entre aqueles em que

(1) Cf. ainda neste assunto: P. Croizier — *Pour faire l'avenir* 3.^a edição, pp. 10 e ssq. — Martin Saint-Léon — *Les Sociétés de la Nation* — (Spes, 1930), pp. 69 e ssq. *Dossiers de l'Action Populaire*, 25 de janeiro de 1930.

(2) *Conférences d'Etudes sociales de l'Association des patrons chrétiens du Nord*, fevereiro de 1928, p. 75.

as organizações operárias são menos prósperas. E no restante da França?

Vejamos o testemunho de um inquiridor do centro:

« Quási toda a juventude das cidades recebe instrução cristã bastante desenvolvida. Para a maior parte, essa instrução — inclusive a prática dos deveres religiosos — prolonga-se, nas escolas abertas pelas grandes firmas, até o final dos estudos, sob a direção de sacerdotes idóneos, dotados de virtude e saber. Sem embargo, logo após o início do aprendizado, alguns meses, até algumas semanas, opera-se a defecção. Do pequeno grupo que se conservou fiel, uns desertam aos 18 ou 19 anos; outros, ao volver do serviço militar, de sorte que se podem contar os que, ao cabo, chegam a ser cristãos convictos (1). »

Ora, se os alunos das escolas livres não resistem suficientemente, que será dos jovens educados nos estabelecimentos oficiais, por mestres não só ateus mas sectários?

* * *

« E' um facto — escrevia recentemente o chefe do partido socialista francês — que uma parte da burguesia se acha sob profunda e crescente influência clerical. A idéa revolucionária perde assim o prestígio sobre o chamado « escol. » (...) E' ainda notório que as obras sociais católicas, bem como o clero, envidam esforços ingentes para conquistar as massas urbanas e rurais, de forma a grupar em torno dos respectivos es-

(1) Cf. *Dossiers de l'A. P.*, 25 de janeiro de 1925. *Des Causes de l'irréligion chez les jeunes.*

tados-maiores massas autênticas de trabalhadores. Se esta cruzada fôr bem sucedida, nossas esperanças de transformação social estarão seriamente ameaçadas.

Felizmente ela tem pouca probabilidade de êxito (1).

Entendemos. Os dirigentes socialistas estão convencidos de que a miséria e a angustia do pão quotidiano constituem a origem da inquietação religiosa. Logo, esta desaparecerá desde que, realizando a sociedade futura, êles tenham eliminado toda injustiça e quiçá o sofrimento (2).

Mas isto é ignorar o que seja a religião. Repelimos tais augúrios fantasistas. Porem, a crítica de certo pastor protestante nos toca mais de perto:

« A mim me parece — diz êle — que o catolicismo,

(1) Léon Blum, *Cahiers de la République des Lettres*, janeiro de 1927, p. 101.

(2) A « concepção materialista da história » elaborada por Marx e Engels — escreve um representante do partido socialista austríaco — « demonstra que as idéas religiosas dos homens são o reflexo das respectivas condições de existência social e, por conseguinte, não será possível destruí-las no proletariado, usando-se sómente da propaganda. Para obter resultados positivos, é imprescindível a transformação das ditas condições de existência. E', pois, evidente que grandes massas proletárias permanecerão sob a influência da religião proletária, enquanto subsistir o capitalismo. » (Otto Bauer, *Le Socialisme, la religion et l'Eglise*, p. 94.)

« Estamos convencidos de que as idéas de vossos filhos, acêrca de Deus e do mundo, divergirão das vossas, se lograrmos obter para êles um padrão de vida superior ao actual, uma existência tranquila e melhor educação escolar. » (P. 106.)

« E' unicamente a vossa miséria e angústia do dia de amanhã, que vos obrigam a orar. Vossos netos, porém, terão trabalho e pão assegurados e por isso hão de formar uma idéa do mundo, em plena liberdade, ao abrigo das preocupações e tormentos que foram a vossa partilha. Crêmos firmemente que as suas concepções serão diversas das vossas. » (P. 107.)

cujo progresso é incontestável nos meios intellectuais ou burgueses, não cura devidamente da questão social e por isso não se acha á altura de corresponder ás necessidades das massas populares (1). »

Na verdade, ninguém contesta o zêlo apostólico hodierno, pelo contrário, raramente êle se mostrou tão ardoroso. Mas, é preciso convir, por falta de método adequado, a sua actuação no ánimo do povo tem sido pouco eficaz.

O surto católico dos meios intellectuais recompensa os esforços de sagazes apóstolos; muitos, todavia, recusam tirar de tal êxito a lição applicável ao apostolado das massas laboriosas. A situação das duas classes sociais se lhes antolham mui diversas e contraditórias as respectivas aspirações.

« No emaranhado das reivindicações populares — argumentam — é impossível discernir as pedras fundamentais que deverão sustentar o edificio religioso do futuro, e nem sequer materiais, que não destoem do conjunto. Inspirar-se das tacticas que surtiram efeito no ambiente burguês e procurar adaptá-las ao meio proletário, é tentativa ociosa, de antemão votada ao fracasso. »

A crítica é severa e a sentença absoluta. Não obstante, o problema merece ser examinado. Mencionemos primeiramente as causas que determinaram a apostasia popular; a seguir, alvitramos os remédios.

As causas são múltiplas: exagêro do espírito de classe, laicismo da burguesia liberal, propa-

(1) Lauga, *Aube Nouvelle*, maio de 1927, p. 115.

ganda socialista, incompreensão de certos católicos, desmoralização dos operários devido ao influxo nefasto do meio em que vivem.

1. — A ruptura das classes

O escôrço de uma distinção entre classes sociais data do dia em que houve ricos e pobres. Hoje, porém, que os diversos agrupamentos se distinguem por uma vida própria, e que em cada qual surge uma alma colectiva com características originais e definidas, a distinção acentua-se, ameaçando transformar-se em separação brutal e permanente. Cónscio de sua fôrça, o povo proclama o intento de obter o que considera direito próprio e de alcançá-lo pela violência, se necessário fôr. Daí, uma opposição tenaz que não poucas vezes assume visos de hostilidade.

Nasceu ela mercê de circunstâncias peculiares: umas materiais, provindas do surto industrial do último século, outras educacionais, que permitiram ao povo ver claramente a inferioridade de sua condição e a possibilidade de melhorá-la.

§ 1. A TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL

A aparição das máquinas acarretou as seguintes consequências: Concentração dos operários em torno das fábricas, triunfo do liberalismo económico, menoscabo do factor humano, separação material das diversas classes sociais.

Edificou-se a fábrica nas imediações das jazidas de minério ou nos centros de comunicação. Nas cercanias dos altos fornos, surgiram cidades populosas onde se aglomeraram operários de todos os ofícios com as respectivas famílias.

« Em volta da máquina a vapor que os accionava, concentraram-se naturalmente os instrumentos de trabalho; onde se achavam êsses instrumentos, era óbvio que se concentrasse o trabalho, e onde havia trabalho, logicamente se concentraram os trabalhadores; logo, concentração dos instrumentos, concentração do trabalho, concentração dos operários. Daí, a primeira transformação: a oficina converteu-se em fábrica, e o trabalho, de particular ou individual que era, tornou-se de certo modo colectivo.

Acresce que os operários concentrados na fábrica para o trabalho, ao sair dela, terminada a faina, viam-se diariamente na contingência de se encontrarem nos arredores da mesma (1). »

Assim, a máquina atraiu o operário. Este queria viver dela, mas não tardou que o trabalho assumisse uma feição trágica de necessidade e de risco.

« Relativamente ao operário, mórmente se êle tem encargo de família, a falta de trabalho, ainda momentânea, traz incontinente a miséria, seja: a esmola ou a fome. A' mingua de recursos, não lhe é possível contemporizar e com a carestia da vida de hoje, as parcas economias esgotam-se a breve trecho. Trabalhar ou mendigar, é o dilema que se lhe impõe (...). Sómente o povo póde aquilatar o que seja a vida incerta e o risco quotidiano. (...) Para sustentar a família, o pobre deve mourejar sem tregua nem descanso e, não raro, ainda hoje, êle não consegue eximir-se das agruras e misérias da velhice, senão por meio do hospital ou do asilo.

(1) Ch. Benoist, *L'Organisation du travail*, p. 4.

E que sequência de prazos fatais, no decurso da mesquinha existência ! O vencimento — verdadeiro drama permanente — a doença, o frio do inverno, os acidentes do trabalho (1). »

As linhas transcritas acima datam de 1928. Pelos anos de 1840, elas calhavam ainda melhor, se nos reportarmos ao inquérito Villermé que, na época, causou tanto rumor. O direito de associação tendo sido suprimido pela Revolução, os operários viviam ao Deus dará. Com a agravação da indigência, aviltaram-se os salários. A fome impeliu para a fábrica primeiramente a mulher, logo a seguir a criança. Mediante 10 ou 12 horas de trabalho, às vezes noturno, ambas conseguiam garantir o pão quotidiano. A indústria engendrou o despotismo do — deixar correr o marfim — « *laissez faire, laissez passer* », caro ao Liberalismo. A força humana, mercê do anonimato, foi reputada « um amontoado de músculos jungido a um acêrvo de carvão. » (2)

(1) Garric, *Belleville*, pp. 176 e 179.

(2) « O estudo histórico do desenvolvimento da indústria nos faz ver como os dois factores da produção (empregado e empregador) vieram a considerar como antagónicos os interesses respectivos. Em seu início, a indústria era mais ou menos uma empresa familiar; as relações conservavam cunho pessoal e os problemas que surgiam eram facilmente resolvidos. A indústria moderna, pelo contrário, é organizada em escala gigantesca; os accionistas de uma empresa, elevam-se por vezes a milhares e os operários que ela utiliza, a dezenas de mil. Em tais condições, o contacto é, por assim dizer, impossível e o resultado se traduz numa animosidade mais ou menos declarada, entre empregados e patrões. Alguns destes, ávidos e pouco ciosos do dever social que lhes incumbia, só tiveram em mira extorquir ao operário, o último real. Por sua vez, levado pelo instinto de conservação, o trabalhador adoptou as medidas de represália ao seu alcance. » (Alocução do Dr. John Rockefeller Junior, citada em *Informations Sociales* do B. I. T., junho de 1927, p. 566.)

Os processos mecânicos generalizados transformaram, apoucando-o, o papel do operário que se viu rebaixado a simples fámulo da máquina. A fábrica suplantou a oficina; a indústria reduziu o artesanato. Na produção obtida por séries e em massa, as qualidades pessoais perderam o valor económico de rendimento. E' fácil conjecturar as incidências morais de tal depreciação.

Não é impunemente que « o operário se vê absorvido por uma entrosagem a que êle se deve sujeitar sem tentar decifrar-lhe o enigma. Semelhante aberração degrada o trabalho, diminue a personalidade humana e póde acarretar consequências extremamente graves (1). »

Não é, pois, de admirar que « ante o papel preponderante da máquina, as características individuais se atenuem, » em proveito dos trabalhadores medíocres (2).

(1) A. Philip, *Problème ouvrier aux Etats-Unis*, p. 224.

(2) De modo geral, o maquinismo que aumenta em grandes proporções o número de jornaleiros, em detrimento dos operários mais qualificados, deprecia o papel da inteligência e da iniciativa, entre os trabalhadores manuais. Dubreil acha esta crítica por demais severa (*Standards*, passim, por exemplo, p. 228) e declara ser partidário da racionalização — desenvolvimento lógico do maquinismo — considerando-a proveitosa ao próprio operário. E' negável que a experiência pessoal do autor, milita em favor de sua tese, aliás adoptada pelos conferencistas da Semana Social de Besançon (1929.)

Sem embargo, eis o que se lê na obra acima mencionada:

« Na luta pela vida, a inteligência do operário é hoje em dia, uma desvantagem. Vem a talho, aduzir os resultados de um inquérito levado a efeito pelo professor Scott sobre a correlação que existe entre a inteligência do operário e o descontentamento do mesmo. O descontentamento foi aquilatado pelo "turnover" (instabilidade do emprego), a inteligência, pelo êxito do trabalhador durante a frequência da escola pública. Nas oficinas de instrumentos, que requerem operários

Disto procede o carácter eminentemente instável da mão-d'obra, e a enorme quantidade de jornaleiros utilizados nas indústrias mecânicas (1).

A concentração dos instrumentos de trabalho, exigindo a aplicação de fundos consideráveis, teve como sequência a concentração dos capitais que, em breve, se tornaram tão anónimos relativamente aos operários, como êstes o eram com relação aos accionistas. Os patrões, foram substituídos pela companhia.

Outrora, sob o regime das corporações, o aprendiz e o operário trabalhavam ao lado do « mestre » cuja mēsa lhes era quási sempre franqueada. A vida industrial acabou com essa intimidade e acentuou a separação dos grupos sociais. Multiplicaram-se os quarteirões exclusivamente populares, ao passo que a riqueza se insulava em palácios suntuosos. Dest'arte, as relações do operário restringiram-se ao meio operário (2).

de grande competência, os menos inteligentes apresentavam um "turnover" de 89 %, os medíocres, de 60% e os mais qualificados, de 80%; eram pois os medíocres os mais satisfeitos...

(1) René Hubert, *Organisation syndicale des travailleurs intellectuels*, p. 65.

(2) « Longe de encurtar a distância que separava as classes sociais, como alguns o pretendem, a revolução económica aumentou-a sensivelmente.

Entre o rico contemporâneo, hóspede de luxuosos hotéis, dono de confortável automóvel, que vai invernar em Nice e veranejar em Deauville, e um pobre coitado de jornaleiro agrícola, a desigualdade económica, a diferença de bem-estar, é muito maior do que a que existia entre o fidalgo e o camponês de outrora. »

« ... Esta desigualdade agravou-se com o progresso dos conhecimentos que distende o espaço intelectual entre o sábio e o ignorante;

Este isolamento engendrou uma incompreensão mortal: não lhe foi todavia a causa principal (1).

Com efeito, é muito provável que o arrôcho deprimente dos moldes económicos e o consequente reflexo na vida material de multidões de operários, concentrados em estado gregário em torno da fábrica, não teriam sido suficientes para arrancar o povo do desánimo resignado em que vegetava — tal era a sua persuasão da inutilidade de qualquer esforço, no intuito de melhorar uma situação difícil e precária (2) — se circunstâncias especiais não tivessem feito surgir uma alma colectiva popular, consciente da injustiça social de que era vítima, e da fôrça de que dispunha, em virtude da solidariedade operária.

A éra da emancipação ia raiar.

com a divisão do trabalho que separa cada vez mais o engenheiro, o chefe de empresa, do simples operário reduzido, pela fôrça das circunstâncias, a um labor material e uniforme. Compare-se este último ao artesão medieval — senhor e dono de seu mister — e ver-se-á o fôssco que medeia entre os dois. » (Ch. Benoist, *La Crise de l'Etat Moderne*, p. 32.)

(1) Terá a industrialização, cavando um abismo intransponível entre as duas classes, contribuído necessariamente para que patrões e operários se afrontem? Nem sempre assim é. Comprovam-no as seguintes linhas de *L'Echo de l'U. S. I. C.*:

« Nos Estados-Unidos, o rico e o pobre, o intelectual e o jornaleiro, o patrão e o empregado (...) colocam-se lado a lado no metropolitano de classe única, saboreiam o bife, sentados á mēsa do mesmo restaurante, calçam sapatos amarelos idênticos e usam chapéu de feltro também idêntico. (Cesselin, *La Civilisation américaine est-elle d'inspiration chrétienne?* » (junho de 1929, p. 335).

(2) « Tenham os pobres o sentimento da própria impotência — escrevia Barrés — esta é a primeira condição da paz social. »

§ 2.º O DESPERTAR DA CONSCIENCIA DE CLASSE

No entretanto, depararam-se doutrinadores que repetiram ao povo ser-lhe a miséria consequência de uma violação do direito e que, para lhe pôr termo, fazia mister agrupar-se afim de utilizar a soberania política de que se achava investido, com o fito de melhorar a respectiva situação social. Por êsse meio, operou-se a educação da consciência popular.

O espírito de classe não foi rebento espontâneo, mas criação de certas individualidades que não provinham necessariamente das fileiras proletárias (1), as quais traduziram em termos claros o que o povo obscuramente ressentia em estado latente.

Nos primórdios do século XIX — diz um historiador da classe operária (2) — era sem limites a docilidade e a passividade de milhões

(1) As doutrinas socialistas « são o produto, não da miséria intelectual do proletariado, porém da abundância cultural de intelectuais de procedência burguesa ou aristocrática. Irradiaram de cima para baixo e não de baixo para cima. Entre os pensadores e utopistas que foram os precursores do ideal socialista, encontra-se apenas um único homem do povo. Os nomes de proletários só aparecem mais tarde, quando as doutrinas já se achavam incorporadas aos programas das conquistas operárias. Porém, a êsse tempo, não se tratava mais de formular princípios, mas tão sómente de desenvolvê-los, aplicá-los e difundí-los. No que concerne á parte teórica do sistema, até entre êsses vulgarizadores, os operários ou antigos operários estão em minoria, relativamente aos intelectuais burgueses. » (Henri de Man, *Au Delà du Marxisme* p. 10).

Será mister nomear alguns dêsses burgueses de origem ou de formação? Citemos ao acaso: o universitário Marx, os aristocratas Saint-Simon, Tchtcherine, o normalista Jaurés, o esteta Blum, os intelectuais Lénine, Staline, etc., etc.

(2) Paul Louis, *Histoire de la classe ouvrière en France*.

de trabalhadores curvados ao pêso de uma tarefa ímproba e mal remunerada. Porém, veio um dia em que, na Inglaterra como na França, alguns homens de coração sentiram-se comovidos, ante o sofrimento cruel infligido a mulheres e crianças, oprimidas por um trabalho inumano, ao longo de dias intermináveis. « Os moralistas deploravam a deslocação da família, consequência do industrialismo. Outros utopistas surgem na arena — « uns malucos » — esclarece Ch. Benoist — » que lá se vão, mundo afora, prègando um evangelho extravagante, e para quem o capital não é essa divindade que 1830 adora. Mas quantos são e quem são êles?

Fidalgos ou burgueses transviados — posteridade longínqua de Baboeuf —: Saint-Simon, Enfantin, Fourier, Cabet, Barbés, Louis Blanc, Considérant, Blanqui... Sabito, desaba o temporal e a multidão arroja-se no encalço dos profetas solitários. » (l. c., p. 53).

Finalmente um escol operário se revela pouco a pouco e faz fermentar a massa. Esta, uma vez consciente da própria indigência, assim como do bem-estar e da vida folgada das classes abastadas, reclama imperiosamente o seu quinhão de felicidade.

Entre os mestres que contribuíram para a educação do povo, cumpre salientar a escola obrigatória, os cursos noturnos, o serviço militar, as conferências ou reuniões pablicas, o livro barato e o jornal popular.

Contínuamente repetia-se ao povo que êle estava sendo explorado, que era vítima de uma

violação do Direito (1), que certas regalias de que se via privado eram propriedade de todos e não apanágio de alguns privilegiados. A credulidade popular admitiu, sem maior exame, as declarações verdadeiras ou falsas, lógicas ou sofísticas, dêsses teóricos sinceros ou demagogos, chefes dedicados, máus ou malevolos condutores, e concluiu estar a sociedade mal organizada, urgindo, por conseguinte, reconstruí-las sobre novas bases (2). Generosamente, o povo alistou-se para a cruzada dos tempos modernos, a qual deveria conquistar a *Cidade* de seus devaneios, onde reinasse enfim, a Justiça, a Fraternidade, a Igualdade e a Liberdade.

E foi esta a sua mística ! (3)

(1) « Por maiores que sejam as divergências sociais que separam o rico do pobre, elas não constituem, em si, razão suficiente para despertar nêste último, o sentimento de estar sendo explorado. Na Idade Média, a diferença entre o luxo do fidalgo e a pobreza do camponês, era bastante acentuada para a época, todavia não há indício de que o peão se considerasse lesado em seus direitos. Os sinais de revolta só apareceram quando, sob a influência do capitalismo incipiente e das novas exigências de numerário, o feudalismo começou a declinar. Ainda hoje, vemos civilizações tais como a hindú, em que a possibilidade de lucro ou de carreira, é limitada em razão do preconceito de casta; sem embargo, a cobiça não reponta no coração do pobre, habituado a considerar tal uso como sacrosanto. » (A. Philip, *Henri de Man et la crise doctrinale du socialisme*, p. 74.)

(2) « Eles pensam (os operários) que se os homens sofrem, em vez de gozarem dêsse sossego activo que denominamos — felicidade — é tão somente por estar a sociedade mal organizada. Eles a demolirão afim de reconstruí-la sobre novos alicerces. Então os homens serão felizes, fartos e libertos; o trabalho será tranquilo, fecundo e jubiloso, sem disparidades em suas alegrias, sem receios de aflições futuras. » (Sertillanges, *Socialisme et Christianisme*, p. 45.)

(3) « Essas idéas-matrizes que orientam o pensamento operário, explicam-lhe as atitudes, os juízos e as aparentes incoerências. Todos nós conhecemos os mitos, os astros de primeira grandeza que brilham no firmamento proletário: Justiça, Fraternidade, Igualdade e Liberdade. » (Garric, *I. c.*, p. 172).

O desenvolvimento do maquinismo havia agravado, ao mesmo tempo, a miséria da massa e a sua sujeição ao duro jugo do regime em vigor.

Contraste singular! O sufrágio universal tornara o povo soberano na esfera política. « Aconteceu, porém, que, politicamente emancipado pela revolução, o povo se viu escravizado economicamente pelo regime que ela engendrou: dupla ruptura de equilíbrio em sentido inverso (1). » Daí, entre o *democratismo político* e o *autoritarismo industrial*, uma antinomia que activou a formação da consciência de classe (2).

« Ser o povo simultaneamente miserável e soberano é um contra-senso » — escrevia Tocqueville —. Ora, as massas não tardaram em discernir o paradoxo em compreender as vantagens que, de sua soberania política, lhe poderiam advir (3). » Consciente ou convencido da própria indigência, o povo colocou a nova, força de que dispunha, ao serviço de « justos melhoramentos sociais » e de uma « mais equitativa distribuição das riquezas. » A democracia polí-

(1) Pierre Bayart, *Simple réflexions sur la psychologie patronale et ouvrière*. "Chronique Sociale de France," (abril de 1929, p. 258.)

(2) « Historicamente — escreve René Hubert — a consciência de classe foi suscitada pela antinomia entre o democratismo político oriundo da Revolução francesa e o autoritarismo industrial que alicerça a economia capitalista. Em regra e de acordo com os princípios constitucionais, a igualdade é a lei das relações entre indivíduos; de facto e em virtude das leis económicas, a subordinação é a norma, fóra da qual o sistema capitalista não é exequível. Concebe-se portanto que, assim como a fiscalização dos negócios públicos foi o ponto de mira de todos os esforços revolucionários, assim também a atenta vigilância na gestão económica está inscrita no frontispício do sindicalismo operário. » (*I. c.*, p. 67).

(3) Cf. Martin Saint-Léon, *Les Sociétés de la Nation*, 1930, p. 11.

tica marchava para a democracia económica e social.

Assim pensavam os maiores socialistas, então muito acatados: Ledru-Rollin, Godefroy Cavaignac, Cabet, Raspail, René Leroux, Proudhon... etc. (1).

Desta feita, a oposição das classes tornou-se efectiva.

§ 3. A « BARRICADA » BURGUÊSES E PROLETARIOS

Os proletários reivindicavam condições de existência mais humanas, um « *standart of life* » que se aproximasse daquele de que o burguês desfrutava (2). Em breve, porém, compreenderam que, para levar a cabo o seu intento, haveriam forçosamente de esbarrar no muro resistente do regime capitalista e, por conseguinte, a respectiva emancipação deveria ser obra própria. Para

(1) Numerosos tópicos da obra acima mencionada, de Ch. Benoist, põem em evidência os resultados sociais e económicos da introdução, em França, do sufrágio universal. Louis Blanc dizia categoricamente « Para suscitar grande número de aderentes á reforma política, é indispensável mostrar ao povo a conexão que existe entre a melhoria de sua situação moral e material, e a transferência do poder. Se a reforma social é imprescindível, a política não o é menos; urge pois impulsionar a esta última, porquanto, se a primeira é o escôpo visado, a segunda o meio de alcançá-lo. » (P. 10).

(2) M. A. Philip, na sua obra sobre Henri de Man, notou com singular clarividência essa aspiração do povo: « Hoje em dia — observa elle — a cultura proletária desapareceu de todo; o operário moderno pôs de lado a blusa, o boné e os tamancos, para envergar traje burguês, engalanar-se com chapéu de feltro burguês e sapatos burgueses. ... O pobre inveja ao rico, menos o conforto que o luxo; menos o banheiro que a motocicleta, menos a roupa branca que a bolsinha de seda. » (p. 145).

vencer os obstáculos, era mister organizarem-se. Resolutamente puseram mãos á obra.

A despeito da ilegalidade das associações operárias, gruparam-se em mutualidades corporativas, depois em sindicatos. Com o fito de exercitar as suas tropas e torná-las aguerridas, multiplicaram as greves, algumas coroadas de êxito.

O resultado não se fez esperar. A' separação material das classes veio juntar-se a segregação moral, muito mais temerosa (1). Atualmente, num mesmo país, duas civilizações estranhas uma á outra acotovelam-se, contrastando-se. Os dois grupos espreitam desconfiados, cada qual julgando em perigo os próprios bens. « Estamos em presença de duas organizações rivais, coerentes, disciplinadas e em permanente estado de hostilidade. Quando não é declarada, a guerra é surda ou em vias de preparação.

Pelo menos a paz armada é a condição normal das relações entre o capital e o trabalho. Ai daquele que primeiro se desarmar ! (2). »

« O equívoco é trágico, porque muitas vezes ha bôa vontade de ambos os lados. Mas sem compreensão mutua, sem nunca chegarem a uma convergência de idéas, cada qual discorre sobre dois mundos de que até os signos di-

(1) Já Leão XIII havia assinalado essa funesta consequência: « Sob o império das transformações sociais, a sociedade scindiu-se em duas classes, cavando-se entre elas um profundo abismo: de um lado, uma fracção onnipotente porquanto sumamente opulenta e que, possuindo o senhorio absoluto da indústria e do comércio, desvia o curso das riquezas, fazendo afluír a si os mananciais da mesma; do outro lado, uma multidão indigente e oprimida cuja alma ulcerada é um campo aberto a toda sorte de desmandos. » (Encíclica *Rerum Novarum*).

(2) Defourny, *Vers l'organisation corporative* p. 9.

ferem. A própria linguagem não traduz o mesmo pensar, porquanto, as palavras tendo para cada um dêles significados diversos, despertam écos diferentes. Ainda quando elas evocassem as mesmas imagens, a distância seria infinita... pois as idéas não seguem o mesmo rumo (1). »

Num inquérito sobre a situação religiosa dos subúrbios parisienses, lê-se o seguinte:

« A idéa de classe concretiza-se, vai corresponder aos factos. As relações entre os grupos sociais tornam-se cada vez mais tensas. Uma detestável desconfiança deturpa a vida, corrompe as mentalidades, isolando-as. A língua que se fala em certos centros fabris, não é mais a que se ouve nas zonas rurais circunvizinhas ou nas casas burguesas da localidade (2). »

E', pois, uma « muralha chinesa » que separa as duas classes !

Nessa discordia, a Igreja, mau grado seu, acha-se comprometida. A simpatia que lhe testemunha a classe burguesa torna-a suspeita ao povo que a acusa de oposição sistemática ás suas reivindicações (3).

E foi assim que a « muralha, chinesa » interposta entre as duas classes de indivíduos, isolou a Igreja das massas proletárias.

Na medida precisa em que êle concorre para a ruptura das classes, o maquinismo é a causa primeira da apostasia popular.

(1) Garric, *I. c.*, p. 170.

(2) E. Van Del Elst, *Le Bon Dieu dans le Bled* « La Croix », 3 de março de 1928, p. 3.

(3) « O movimento de conversão do escol, longe de trazer á Igreja um acrescimo de prestígio e de autoridade, aos olhos do povo, parece, ao contrário, torná-la ainda mais estranha ás classes inferiores. Assim o retôrno á fé do escol constitue mais uma barreira entre os grupos sociais e consuma a separação das classes. » A. Latreille, *La Rechristianisation des masses par l'élite*. — « Chronique sociale », maio de 1926, p. 359.

II. — O egoismo da Burguesia

Em vão a Igreja relembra amiúde a sua doutrina social, toda de justiça e de benevolência para com os trabalhadores: êstes a acusam de idéa preconcebida em favor da classe burguesa.

« A Igreja acha-se ao lado dos que possuem, » repetem diversos jornais populares; e as caricaturas quotidianas da imprensa comunista ilustram grosseiramente esta asserção.

O próprio Léon Blum, em um discurso — onde aliás emitia a pretensão de franquear aos católicos as fileiras do partido socialista — ousou acusar a Igreja de « se constituir auxiliar e instrumento das mais iníquas fôrças de opressão social, assim como ela se faz auxiliar e instrumento das mais obsoletas formas de reacção política (1). »

Em data mais recente, L. O Frossard afirmava que, se o anticlericalismo subsistia arraigado no espírito dos militantes do Partido, « era porque, na batalha social, muitas vezes os trabalhadores tiveram a impressão de que a Igreja protegia o capital (2). »

O facto é que, por via de regra, o operário hodierno se desinteressa de uma religião increpada de prégar, sob a capa de uma recompensa futura e supra-terrestre, a aceitação silenciosa e

(1) *J. O.*, sessão de 3-2-1925.

(2) *J. O.*, sessão de 19-3-1929

resignada de uma situação que êle considera medíocre e insuficiente.

Com que direito a Igreja exige êsse silêncio resignado? Julgará ela ilegítimas as reivindicações operárias?

A desconfiança incita o trabalhador a considerar a Igreja como aliada cega do capitalismo e a julgar reaccionários todos os jornais lidos de preferência pelos católicos (1); a seu ver, a burguesia católica (2) assim como o patronato — cujo interêsse é que o trabalhador seja religioso, afim de melhor prevenir-lhe os surtos de independência — são infensos ás organizações especificamente operárias.

A respeito da burguesia liberal do século passado, escreve o Pe. Sertillanges: « Ninguém queria saber de religião, mas o bispo e o pároco eram pagos para *ensiná-la ao povo* e entreter nêle o espírito de cordura, dado que, para bem proceder, faltavam á plebe os elevados raciocínios do « Constitutionnel e do Siècle » (...) « Porêem,

(1) « Todos os jornais reaccionários são ao mesmo tempo católicos — escreve ainda um socialista — nem todos os católicos são fascistas, mas todos os fascistas são católicos: será culpa nossa, se êsse confusionismo ou êsse acôrdo ou êssa concordância, de espírito, nos leva a atacar, em defesa própria, as fôrças de religião? (...) O meu desejo é respeitar a todas as crenças mas não é possível impedir que a potência política dessa fôrça de emancipação humana que é a organização operária, se ache em opposição frequente senão permanente, com a potência do catolicismo. » (A. Reu, *Information ouvrière*, 15-12-1925).

(2) Praticamente — informa a *Revue pratique d'Apologétique* (novembro de 1927, p. 550), a opinião das massas é a seguinte: « Tomai um católico, por via de regra êle é inimigo das reivindicações populares »

« Actualmente — escreve por seu turno o Pe. Arendt — a maioria dos operários cristãos afeiçoados a suas associações, estão convictos de que os burgueses católicos visam destruí-los, ou pelo menos, desagregá-las. » (*Cahiers de la J. O. C. belge*, 20 de abril de 1926) p. 246.

mais altaneiro do que se pensava, o povo ouvindo argumentar êsses pomposos egoístas e vendo que lhe atiravam a fé á guisa de báraço, não quis para si aquilo que as altas esferas tratavam com tão soberbo desdêm (1). »

Não é isto rigorosamente exacto?

Ouçamos agora Leroy-Beaulieu:

« Ad instar do Bearnês, a burguesia arrivista de ontem e rainha de hoje, havia dito: « Reinar vale bem uma missal » E' que ela sentia a urgência de colocar entre o povo e ela própria, entre a cubiça que rugia em baixo e o prazer que campeava em cima, alguém que prégasse ás massas a resignação e a paciência; precisava de uma voz que, no decorrer de suas festas e divertimentos, clamasse aos miserraveis: « Tomai tento convosco, contentai-vos com a felicidade alheia; a vossa não é dêste mundo. »

Acreditávamos plamente ser êste o fim exclusivo da religião, e tão pouco cuidado punhamos em ocultá-lo que o povo aprendeu connosco a desconfiar dela e de modo tal, que a seus olhos a religião perdeu quási toda a eficiência. Após haver despojado a Igreja de seus bens, de seus direitos e privilégios, após lhe haver fechado as escolas, os mosteiros e noviciados, após haver tomado todas as precauções para conservá-la á margem dos negócios públicos, não duvidávamos em invocar de bom grado o seu auxílio, para refrear as paixões e encadear os apetites da plebe. De nossa parte, era isto cálculo sagaz, á altura da política de homens avisados. O engano, a ingênua ilusão foi acreditarmos que a Igreja se prestasse indefinidamente a êsse manejo (2). »

Cumpre, porêm, não atribuir exclusivamente á burguesia católica, essa incompreensão so-

(1) *Socialisme et Christianisme*, p. 276.

(2) A. Leroy-Beaulieu, *La Papauté et la démocratie*. *Revue des Deux Mondes*, 15 de dezembro de 1891, p. 735.

cial; a burguesia sem epíteto incorreu na pecha de modo ainda mais grave.

« A burguesia — exclamava um dia Clemenceau — eu a conheço bem; as minhas recordações remontam aos anos de 1848 — E' uma classe inteligente mas fechada em si mesma. Ela nunca se inclinou compassiva sobre as desgraças humanas. Arreceu-se da revolta, olvidando que ela própria havia começado por revoltar-se. E agora vejo aproximar-se o dia em que a classe operária, ou laboriosa — pouco importa a denominação que se lhe queira dar — intenta participar do temível festim e servir-se a seu antôjo (1). »

« A burguesia — escreve por sua vez Jaurès — mercê de uma estranha fatalidade, criou, por assim dizer, os elementos revolucionários que o proletariado deve utilizar em proveito próprio. »

Foi contra a burguesia, em pêso, que se levantou a Comuna em 1871. Vem a pêlo a recordação de um episódio referido pelo conde de Mun. Acompanhava êle o general Ladmirault, em visita de inspecção aos postos avançados. « Em caminho — narra — cruzámos alguns soldados que transportavam um homem ferido. O general detem-se e indaga: « E' um revoltoso, meu general » responde um dos da tropa. Então êsse quási-cadaver ergue-se a meio e, com o olhar fixo, estendendo para nós o braço nô, murmura em voz sumida: « Os revoltosos sois vós ! (2). »

E o conde de Mun reconhece que a sociedade oficial de então — burguêsa na sua totalidade — nada havia feito, durante tantos anos em que encarnara a ordem publica, « para apa-

(1) *J. O.*, Senado, sessão de outubro de 1919, p. 1625.

(2) *Ma vocation sociale*, p. 22.

ziguezaguear, num esforço de justiça », a queixa do sofrimento popular. « Qual havia sido a actuação cristã que, mediante suas instituições e seus exemplos, as classes detentoras do poder, exercera sobre as classes laboriosas? Tal era a interrogação que com insistência nos vinha ao espírito, no meio da desordem ocasionada pelos acontecimentos. »

Posteriormente, essa mesma sociedade se tem preocupado com a questão social. Tarde de mais! A luta de classes havia tomado corpo e, nêsse conflito, a Igreja terá que sofrer:

« Ninguém combaterá a religião com mais vigor do que nós outros — declara o periódico “Humanité” (28-9-1924)—mas a batalha se dará no terreno da luta de classes, isto é, ela fará parte integrante do combate geral contra todas as instituições da burguesia. Bem sabemos que, ao primeiro toque de rebate, os burgueses clericais e os anticlericais cairão nos braços uns dos outros. »

A religião aparece, pois, como uma arma patronal destinada a sopear as aspirações operárias. « A burguesia — diz um chefe do socialismo austríaco — vendo agora claramente que a influência exercida pela Igreja é a única arma capaz de defender a dominação burguesa contra o assalto do proletariado, entende que o seu dever é manter o povo na religião, afim de que, por seu turno, o clericalismo mantenha êsse mesmo povo em estado de servidão relativamente a ela própria (1). »

Persuadida da veracidade dessas afirmações,

(1) Otto Bauer, *Le Socialisme, la Religion et l'Eglise*, p. 54.

a imensa maioria dos trabalhadores conclue ser-lhe impossível permanecer fiel á religião tradicional. E' forçoso convir, a attitude equívoca de certos católicos veio topar nêste beco sem saída.

A apostasia popular foi-lhes, em parte, a obra inconsciente.

O povo, no seu simplismo, acusa a Igreja daquilo que é obra de certos indivíduos (1): não soube distinguir entre a doutrina magistralmente exposta nas encíclicas pontificias, e o que deve ser atribuido ás resistências instintivas do egoísmo humano.

Em suma, a incompreensão eivada de egoísmo da burguesia, alargando o hiato que opunha o autoritarismo industrial ao democratismo político, ia ter sérias consequências, respeito á difusão do socialismo.

III. — A Acção socialista

O socialismo soube aproveitar-se da inércia social da classe burguêsa.

Em vão algumas vozes isoladas (Leão XIII, Ketteler, Ozanam, de Mun, Harmel, etc.) clamavam a profunda miséria da classe operária, num

(1) « Entre o proletariado e a Igreja — escreve o Pe. Thellier de Poncheville — cavou-se um abismo proveniente de uma idéa errónea mas a que deu aso a attitude equívoca de certos católicos. E' a convicção de que, jungida ao passado, a Igreja se desinteressa da sorte do operário, concitando-o a aceitar resignado a sua mísera situação, á espera dos bens da outra vida. Acresce que os nossos adversários tomaram o maior cuidado em occultar ou disfarçar as generosas iniciativas dos católicos, em matéria social, de fórma que o povo chegou á seguinte conclusão: "Catolicismo = religião dos burgueses; Comunismo = religião dos operários. » (*Aube Nouvelle*, julho de 1927, p. 152.)

século de surto industrial. Abafaram-nas o fragor das máquinas e o lamentavel clamor dos deserdados. Em vão Montalembert, perscrutando o futuro, denunciava o perigo: « Não ha meio termo, declarava êle do alto da tribuna; em nossos dias é forçoso optar entre o catolicismo e o socialismo. » Em vão alguns imprevidentes acreditam ser hábil manobra meter a ridículo os « utopistas » que sonhavam com uma sociedade mais justiceira, mais humana, e que pretendiam reconstruí-las sobre novos alicerces.

As melhorias introduzidas no regime do trabalho eram tão lentas, que a dura condição dos operários não foi, por assim dizer, minorada até o momento em que o socialismo entrou em scena. Então surgiram os chefes que, mercê de uma real actividade, bem como do temor que incutiam, levaram com rapidez a bom termo uma obra considerável. Devemos convir em que, directa ou indirectamente, foram êles a causa de grande parte dos melhoramentos sociais realizados nestes ultimos sessenta anos.

Alguns o deploram e, por despeito, maldizem o conjunto da legislação social que qualificam de socialista. Injustos e inconscientes ! Injustos: Essas reformas serão, por ventura, contrárias á moral, á justiça, á equidade? Inconscientes: Não percebem que, estigmatizando com semelhante brutalidade aquilo que a massa popular, as mais das vezes com razão, considera como um progresso, êles a afastam de si mesmos e da doutrina cristã — cujos representantes pretendem ser — e a impelem para o arraial socialista !

Jaurès havia previsto com perspicácia essa consequência de um tradicionalismo por demais simplista:

« Quando, com o intuito de desacreditar o socialismo, êste país estiver habituado a associar-lhe o nome a todas as reformas reclamadas pela democracia; quando toda gente estiver farta de ouvir que a limitação legal das horas de trabalho é acto exclusivamente socialista..., que a organização obrigatória e legal das aposentadorias para os trabalhadores — operários ou camponêses — é concepção socialista; quando o rótulo de socialismo tiver sido aplicado em todas as aspirações populares e em tudo o de que a República há mister... tereis decuplicado os aderentes do partido (1). »

Ora, á medida que o povo adere ao socialismo, êle repudia a religião que os chefes do partido lhe apresentam como irremediavelmente caduca (2).

* * *

Na verdade, os socialistas não intentam vedar sistematicamente, aos católicos, o ingresso em seus agrupamentos, ao contrário, apreciam até o valor moral e a probidade de tais recrutas, confessando, todavia, não lhes compreender a fé que consideram um enigma.

(1) Citado em *Politique*, janeiro de 1928, p. 14.

(2) Um surto espiritualista esboça-se no seio do movimento socialista e pretende impelir os aderentes « para além do marxismo. » Será, por ventura o alvorecer de uma nova era? O futuro no-lo dirá. Entretanto cumpre não olvidar que, se o espírito anti-religioso está em declínio, mórmente após a guerra, a indiferença, a incompreensão do povo no tocante á religião, se vão acentuando cada vez mais. Os que se afiliam aos agrupamentos marxistas — a experiência o demonstra — enviam ao parlamento, mediante a cédula de voto, deputados hostis á idéa religiosa.

E' fora de dúvida que êles reconhecem o maravilhoso surto produzido no mundo pelo christianismo, mas pretendem que o êxito emburguesou a êste último, travando-lhe assim a obra libertadora ! (1)

« Que importa ter o cristianismo abolido o cativo se, tornando-se administrativo, isto é, transformando-se em catolicismo, organizou a servidão ? (2). »

No jornal político do Partido, depara-se o seguinte tópico:

« Confesso ser do número dos que não podem admitir a possibilidade de conciliar o socialismo com a fidelidade aos dogmas actuais da Igreja. A mim me parece que, se eu não pensasse ser *esta* vida o *todo* da vida e *êste* mundo o *todo* do mundo, poria menos ardor na ânsia de

(1) Eis como se expressa um literato socialista: « A vista de uma só alma que, em sua probidade, ainda se fie na lei suave dos Evangelhos, suscita-me maiores dificuldades que toda essa ostentação de renascimento católico. Ora, algumas vezes deparei almas dessa têmpera e êsse facto obriga-me a graves reflexões. Dou de barato que êste ou aquele indivíduo, encontre na fé cristã alegria, felicidade e ensejo para admiráveis efusões de amor. Tudo isso justifica apenas o seu próprio coração. Um tal homem não é inimigo nosso; o seu bom natural lhe merecerá sempre um lugar em nossa confraria. Concedo que alguns não vejam nessa mesma fé, senão o motivo de uma dolorosa ansiedade, de um trabalho interior jamais satisfeito. Mas também isto não justifica senão a êles mesmos. O que remanesce, é que uma « cristandade » não póde ser mais que um mundo adormecido. Essa fé que outróra deu rebate ás almas, já não póde alimentar-se e propagar-se senão mediante o torpor que infunde e essa sonolência é a condição de sua solidez, de suas certezas, de sua confiança. O que remanesce, é que essa fé que produziu no mundo tão funda e prodigiosa comoção, de ora em diante não pode subsistir senão fazendo-o silenciar. O que remanesce, enfim, é que, depois de ter feito da Europa um incêndio de almas, hoje, ela só póde convertê-la em pantanal e após haver dado asas á esperança humana, não póde senão desalentá-la. Longe de nós êsse torpor, essa anestesia, essa morte, essa redenção. » (Guéhénno, *Caliban parle*, pp. 152-154).

(2) M. Guéhénno, *Nouvelles littéraires*, 2 de fevereiro de 1929.

tornar mais suave a existência dos homens e mais acolhedor o mundo que habitamos (1). »

Aliás, o ideal da Igreja já não corresponde às aspirações do povo. Se o estádio teocrático teve sua grandeza e utilidade, hoje êle se acha ultrapassado.

A preocupação de uma bemaventurança terrestre substituiu as esperanças de outra vida (2). Volver a estas seria retroceder e retardar a marcha do progresso.

Tais são, ao ver dos discípulos de Karl Marx, as evidências científicas do materialismo histórico (3). Temos assim explicada a oposição dos

(1) *Le Populaire* 15-5-1929, J. B. Severac, *Le Socialisme et l'Ecole*, p. 4.

(2) « O reino de Caliban é um reino terrestre. » (Guéhénno, *Nouvelles littéraires*, l. c.)

(3) Em *A. B. C. do Comunismo* n.º 89 (por Boukharine e Brajeuski) podem ler-se as declarações que seguem: « A religião é o ópio do povo, dizia Karl Marx. O partido comunista tem a obrigação de fazer que todas as camadas da gente operária, ainda as mais inferiores, se compenetrem desta verdade. A tarefa do partido consiste em inculcar nelas o seguinte axioma: A religião tem sido e continúa a ser, nas mãos dos opressores, um dos mais poderosos instrumentos para manter a desigualdade das classes, a exploração e a obediência servil das massas... »

« As leis do desenvolvimento social são determinadas pelo socialismo científico, com uma incomparavel larguesa de vistas, graças às teorias do materialismo histórico criado pelos nossos grandes mestres K. Marx e Engels. Segundo essa teoria, nenhuma fôrça sobrenatural teve influência no desenvolvimento social... »

« O comunismo científico explica todos os fenómenos da natureza, de acôrdo com os resultados das sciências naturais, irreduzivelmente hostis a todas as fábulas religiosas... »

« A luta contra a religião apresenta dois aspectos que um comunista nunca deverá confundir. O primeiro é o combate á Igreja como organismo, que é, de propaganda religiosa, e interessada materialmente em manter o povo na ignorância, no obscurantismo e na sujeição. O segundo consiste na ofensiva contra os preconceitos largamente difundidos e profundamente arraigados na maior parte das massas. »

Em *Cahiers du Bolchevisme* do mês de novembro de 1928, lê-se

chefes socialistas á idéa religiosa. Jaurès resumiu-lhe a táctica:

« Êles querem arrancar á Igreja a influência política, os privilégios sociais, a dotação oficial. Querem excluí-la de todos os serviços públicos, do magistério, da assistência, e reduzi-la a uma associação particular, até o dia em que o progresso da sciência, o influxo da educação leiga, a elevação do nível social das classes oprimidas, tiverem mirrado, pouco a pouco, hábitos e crenças cujas raízes se encontram ainda vivazes, tanto no proletariado como na burguesia (1). »

IV — A sciência, novo idolo

Liberdade ! Quantos por ela suspiram ! Que devaneios não alimenta ! Quantos esforços não suscita !

Um dia, a burguesia fez-lhe a conquista, estendendo-a, em seguida, a todos os domínios: político, económico, social e sobretudo intelectual onde a emancipação da sciência foi magnificada. Arvorando-se em apóstolo fervoroso dessa libertação do espírito, a classe burguesa incitou as massas a se precaverem contra a autoridade da Igreja que impunha, á razão, a disciplina da fé. Em nome, pois, dos direitos da razão, os pretensos sábios proclamaram a liberdade espiritual e a falência da religião.

o seguinte: « Para o partido comunista, a religião não póde ser questão individual. Marxista, sua concepção do mundo é materialista; por princípio êle é ateu. » (p.1101). E mais adiante, êste ataque á Igreja: « O milagre consiste na acção das massas proletárias organizadas para suprimir á causa profunda do mal social que a religião disfarça, mediante a sua filosofia cobarde de resignação e de servidão. » (p. 1.101).

(1) "Petite République," (3 de agosto de 1901).

O primeiro dever de um homem inteligente e livre é afugentar incessantemente do espírito e da consciência a idéa de Deus, porquanto a religião é hostil á sciência e ao progresso. » (Proudhon). Aliás, quem é Deus senão a própria natureza « idealmente bela, eternamente vivaz, absolutamente una e necessária? » (Taine, **Carta a Prévost**)

Assim, « a Humanidade suplanta definitivamente a Deus, sem olvidar-lhe os serviços provisórios ! » (Comte). E o labor universal de tudo o que vive é « aperfeiçoar a Deus; a razão, que até hoje nenhuma parte teve nessa obra que se realizava ás-cegas e ao sabor da tendência surda de tudo o que existe, a razão, digo, assumirá a intendência dêsse serviço e, depois de haver organizado a Humanidade, organizará também a Deus. » (Renan).

Emfim, Zola, cujas obras foram difundidas em edições massiças, declarava ser o cristianismo « uma doutrina anti-social e anti-humana; doutrina mortífera que suprime a vida em proveito de uma existência supra-terrestre, engôdo falaz que dissimula um intuito de dominação por demais tangível ! »

O povo deu ouvidos a essa linguagem insólita que todos os écos repetiam.

Em França, já no tempo do segundo império, os inquéritos revelavam o avanço da irreligião.

« A incredulidade voltairiana que não havia atingido a classe operária, na época da Revolução, invade agora as oficinas e é visível nos misteres que proporcionam tempo á reflexão, como sejam os de alfaiate, sapateiro, etc. O

camponês, em razão do seu isolamento e genero de trabalho, permanece afastado das grandes correntes populares, mas as coisas hão de mudar de face, até entre êsses "pagani" modernos (1). »

Elas mudaram, com efeito, e tanto mais que o ensino escolar organizado pela burguesia dirigente acelerava a apostasia das massas.

O Positivismo e o Scientismo eram professados pelos potentados do dia. A substituição da escola católica pela escola leiga (2) estava-lhes na lógica dos princípios. Quem poderia com maior eficácia, « não só refutar o papismo, mas extirpá-lo, não apenas extirpá-lo mas desonrá-lo não sómente desonrá-lo mas, como requeria a antiga lei contra o adultério, sufocá-lo na lama? » (Edgar Quinet).

Sem dúvida, tais expressões são antiquadas, porêm a mentalidade que elas denotam persiste (3).

Em quanto o escol intelectual se vai curando da paixão por um scientismo evanescente, a ciência continúa a ser o ídolo obsoleto dos pedagogos das escolas primárias. E quantos filhos do

(1) Georges Weill, "Histoire de l'idée laïque en France au IX^e siècle," p. 215. O autor do livro ajunta a seguinte nota: « Podemos cotejar as observações de Vacherot — que nos forneceu as comprovações acima mencionadas — com o quadro traçado por um antigo operário, Corban: ("Le secret du peuple de Paris," 1863). A seu ver, o escol dos operários parisienses, perdeu a fé religiosa substituindo-a por um ideal social; a fé no progresso. »

(2) A escola não foi o instrumento exclusivo de laicização de que se serviu o Estado; releva acrescentar os hospitais, as obras de beneficência ou de previdência social..., etc.

(3) Será preciso rememorar os artigos e volumes publicados por Couchoud, Bayet, Charny, Houlin? As edições Rieder especializaram-se nessa literatura anti-clerical, com pretensões científicas.

povo renegam a crença religiosa de seus maiores, para aderir á fé na sciência e em seu progresso !

Esperam ingênuamente que ela lhes desvende todos os mistérios e suprima de vez os milagres (Berthelot). E' o advento de uma « crença nova »: a fé na redenção da humanidade mediante o sofrimento e o labor exclusivamente humanos, crença que a escola leiga terá missão de vulgarizar. (Viviani). Ela quási o conseguiu e disso se envaidece.

« Eis em que consiste a excelência do nosso ensino leigo. » — « A humanidade toma assento como uma grande comissão de inquérito cujas prerrogativas não conhecem limites. » — « Se o próprio Deus se apresentasse diante das multidões sob forma tangível, o primeiro dever do homem seria negar-lhe submissão e considerá-lo, não como o senhor a quem se obedece, mas como o igual com quem se discute. » (Jaurès.)

E aquí vai a prova:

« O racionalismo descera da escola normal superior ás escolas normais ordinárias, para daí se difundir pelas escolas das aldeias. » (Gambeta.)

O plano correspondeu em cheio ás esperanças sectárias. O seguinte asserto firmado por um socialista é significativo: « A escola leiga não se reduz apenas a um prédio e professores; é uma forma de ensino que se erige contra os dogmas, é um esforço de alforria humana que se opera por meio do desenvolvimento do livre exame. Ora, isto contrasta a obsecação das crenças (1). »

A título de documento, examinemos agora

(1) A. Rey, "Information ouvrière," 17 de dezembro de 1925.

a situação do ensino livre, em França, cotejado com o ensino oficial, tal como se depreende do Diário Oficial de 28 de março de 1929:

Número de escolas: públicas, 67.884; particulares, 13.342. Número de alunos matriculados nas escolas: públicas, 1.402.300 do sexo feminino; 1.567.394 do sexo masculino; — particulares, 500.034 do sexo feminino; 260.825 do sexo masculino. (*O D. O. inverte, por engano, os dois últimos algarismos*). A Alsacia-Lorena e a Argelia estão excluídas dêste cômputo que corresponde ao censo escolar de dezembro de 1927.

Em algumas dioceses, o número das escolas livres diminue de modo assustador. Regiões há em que já não existe uma só escola primária de ensino livre (1).

Renan teve a ousadia de escrever isto:

« Não ha mais multidões crentes. Grande parte do povo já não admite o sobrenatural, e vislumbra-se o dia em que crenças desse genero desaparecerão das massas, assim como se esvaeceram as crendices em duendes e fantasmas. Se, como tudo leva a crer, uma reacção católica vier a se produzir, é fóra de dúvida que a massa popular não volverá mais ao gremio da Igreja. » (*Souvenirs d'enfance et de jeunesse*.)

E ainda êste testemunho de um historiador:

« Os progressos do ensino leigo, a liberdade de imprensa e de reunião, causaram em muitos espíritos, de há vinte anos a esta parte, um dano irreparável. Dos trinta e oito milhões de habitan-

(1) Relatório sobre a política escolar católica, lido na VI.^a assembléa geral da F. N. C., em 26 de junho de 1928.

tes que conta a França, apenas a quarta parte frequenta as igrejas.

« O número de cidadãos que não fazem baptizar os filhos, que se casam apenas no civil, e não permitem ao sacerdote acompanhar-lhes o entêrro, aumenta de ano em ano, não sómente nas cidades, porêem, facto altamente significativo, até entre os camponêses. Assim vai se descristianizando, pouco a pouco, um número considerável de Francêses (1).

E' a apostasia !

Apostasia de consequências pavorosas, porquanto a irreligião da classe operária já é tal que esta se tornou o factor principal de descristianização das novas gerações.

V — O meio ambiente da vida operária

Como se dá com os demais homens, as qualidades e os defeitos, as virtudes e os vícios dos operários são principalmente, para não dizer unicamente, a resultante da ambiência, das circunstâncias em que vivem e sobretudo em que são educados » (2).

(1) Debidour, "L'Eglise catholique et l'Etat sous la IIIe. République, t. II, pp. 497-498.

(2) Villermé, *L'etat physique et moral des ouvriers*, t. II, p. 50. « E' coisa bastante curiosa — notava já em 1856 Sensfelder, — autor de uma *Histoire de la cordonnerie* — que cada mister imprime no artesão que o exerce um cunho especial. O açougueiro é, por via de regra, grave e circunspecto; o estucador, patusco e estouvado; o sapateiro e o tamanqueiro, alegres, joviais, vivem cantarolando, a menos que não entabulem diálogo com a pêga ou se distraiam ouvindo assobiar o melro, seus inseparáveis companheiros. » (Citado por Martin Saint-Léon, *Les Sociétés de la Nation*.)

Essa ambiência, ou essas circunstâncias, é o que denominamos propriamente — os quadros da vida operária.

Eles foram propícios ao desenvolvimento do socialismo. Este, porém, aumentou-lhes a nocividade, agravando a crise religiosa e moral das massas enfeudadas ao partido.

E' frequente ouvir-se falar:

— da *habitação operária* — as mais das vezes um quarto de hotel ou um pardieiro exíguo e insalubre. A semelhante domicílio, o trabalhador prefere a tasca (1), fóco do alcoolismo, o grande escolho da moralidade pública.

Nos quartos acanhados, muitas vezes infectos, onde se amontoa a família operária, não raro se estabelece uma perigosa promiscuidade.

(1) A *Revue des Jeunes* (10-4-1928) e algumas páginas do *Belle-ville* de Garric, descrevem as funestas consequências dos tugúrios, relativamente á saúde física e moral dos trabalhadores.

« Visitei quarenta albergarias de operários — escreve A. Brémont — e só uma delas oferecia aos inquilinos a possibilidade de se aquecerem durante o inverno. Nenhuma radiação de calor havia sido prevista em uma hospedaria moderna onde se está dando a última demão á pintura. A razão é evidente para quem vê o taberneiro aquecer a sala de bebidas, no pavimento terreo. Mas uma terrível responsabilidade pesa sobre esse homem que atiza um fogo mortífero, alcoolizando o povo. » (*Christianisme social*, I. c., p. 746).

A conexão entre o domicílio danoso e o alcoolismo não é peculiar á cidade de Paris. Um observador da vida bretã, Ch. Géniaus, escreve: « Cumpre atribuir á habitação lúgubre e desprovida de asseio a mais grave moléstia social que desola a Bretanha — o alcoolismo. — O habitante do Morbihan considera o respectivo domicílio como uma necessidade sem atractivos; o lugar de luxo e de prazer é a taberna... O alcoolismo, esse flagelo do camponês bretão, é o corolário da indigência das habitações e da insuficiência dos salários. » (*La Bretagne pauvre: Grande Revue*, 25 de maio de 1910. Citado em *Année Sociale internationale* de 1911, publicada sob os auspícios da A. P.) Cf. também *Compte rendu de la Semaine sociale de Lyon* (1925) p. 477 e sqq.

E' nessa atmosfera deletéria para a saúde física e moral, que crescem e se educam as crianças (1);

— da *família*. — Perdeu ela a unidade, a intimidade e a influência moralizadora. A mulher trabalha na fábrica: o salário lhe é indispensável para arredondar as contas. O marido raras vezes aparece em casa. Assim foi-se dissipando, aos poucos, o gosto da vida familiar, de suas virtudes e de seu espírito. Terreno ingrato para a conservação da fé;

— da *escola* — cuja actuação laicizante já foi assinalada;

— das *reuniões* — entre jovens de diferente sexo, os quais se vão tornando cada vez mais independentes; de pessoas casadas, que se encontram a horas fixas, em razão das idas e vindas exigidas pelas ocupações quotidianas nas repartições públicas, nas oficinas e nas fábricas.

Durante o trabalho, os jovens operários de ambos os sexos são testemunhas ou vítimas de gracejos pesados, onde se mete a ridículo a religião; de actos de brutalidade, de promiscuidade perigosa, de conversas inconvenientes, de canções obscenas e até de solicitações directas (2).

(1) Cf. as publicações de *Jeunesse Ouvrière*, onde frequentemente citam-se factos, bem como, *Dossiers de l'A. P.* de 10 de abril de 1929.

(2) « O recrutamento de cada classe operária se faz por pequenos grupos de indivíduos que, aos poucos, se vão imbuindo das idéas, hábitos e costumes da massa em que se devem fundir. » (Villermé, l. c. p. 50.)

O Pe. Cardyn, apóstolo da J. O. C. belga, nota que « certas profissões condenam, de modo quasi fatal, os jovens operários a uma iniciação precoce do vício; outras são perigosíssimas, em razão das numerosas ocasiões de desmoralização. » Villermé impressionara-se com essa situação crítica: « Examinando as coisas dêsse ponto de vista, ser-nos-á

Frequentemente « aí se prega aos jovens, por palavras e exemplos, pelo livro e pela canção, os direitos da paixão irresistível, a leviandade, o jogo, a tafularia, o afan dos passatempos: bailes, cinemas, de ambulação pelas avenidas, o menor esforço, a revolta contra toda autoridade, o menosprezo de toda crença, o pejo de qualquer sentimento nobre. »

Muitos patrões confessam ser-lhes impossível pôr côbro a êsse contágio do vício.

« Em vista da inevitável promiscuidade da fábrica — declara um dêles — não me é possível dar combate á corrupção dos jovens operários; aliás as novas condições da luta económica, devida á concorrência internacional da grande indústria moderna, descarregam-me a consciência de grande parte da responsabilidade » (1).

Poder-se-iam comentar e discutir tais assertos; para nosso intento, basta-nos, porém, sublinhar o cúmulo de dificuldades com que devem arcar, na fábrica, os jovens trabalhadores. Como é possível, dadas as circunstâncias, que a maioria

lícito exprobar a todos os operários das manufacturas o desregramento e a indigência em que vivem?... Ignorais, por ventura, a linguagem licenciosa a que dá lugar essa mescla dos sexos, as lições de maus costumes que dela resultam até antes da idade em que os sentidos despertam, e as paixões fogosas desnorteiam, logo que a pérfida voz se faz ouvir? » (l. c., p. 51). Ora, de há sessenta anos a esta parte, as coisas agravaram-se ainda mais. As investigações de Valdour, de Brémont, numerosas ocorrências publicadas nos dois jornais católicos: *Jeunesse Ouvrière* e *Jeunesse Ouvrière Féminine* comprovam-no cabalmente. Quão temerosos são, pois, os obstáculos que os jovens operários devem superar, para conservarem com fidelidade as suas convicções religiosas!

(1) *Revue Pratique d'Apologétique*, novembro de 1927, p. 585.

dêles resista a tantas e tão reiteradas provocações? Que seria dos filhos de pessoas abastadas, se fossem obrigados a chafurdar nêsses lodaçais?

Há, porém, outras causas que tornam extremamente árduo o apostolado popular. A descris-tianização das massas é ainda o resultado:

— dos *periódicos, revistas ilustradas, literatura romanesca e popular*, que plasmam a mentalidade operária;

— do *cinema e do “dancing”*, as mais das vezes corruptores;

— das *reuniões sindicais*, na maioria de inspiração materialista e revolucionária;

— do *trabalho excessivo*: « A grande fadiga imposta aos membros torna o operário insensível a qualquer satisfação humana que não seja: comer, beber e dormir — escreve A. Brémont — porquanto o cansaço levado ao extremo limite materializa e faz emergir, quando não recalcadas, as acumulações sórdidas do velho fundo bestial da humanidade. »

Releva assinalar ainda a influência física e moral dos locais insalubres, das moléstias profissionais, do alcoolismo, a bem dizer inevitável, quando os indivíduos são adstritos a certos misteres mais penosos. Uma tal atmosfera atrofia os sentimentos nobres (1).

(1) « Em primeiro lugar a diferença do *meio ambiente*: para o operário sindicalizado, as grandes cidades ou, peor ainda, a aglomeração operária, a promiscuidade das habitações, a insalubridade dos quarteirões populares, a acumulação em albergarias mal arejadas, a multiplicidade das tabernas, dos cinemas, as incitações de imprensa rubra, tudo concorre para esgotar o sistema nervoso e preparar uma raça degenerada e de hereditariedade mórbida. » (Martin Saint-Léon, *Les Sociétés de la Nation*, p. 128.)

— da influência nefasta de uma *legislação* anti-familiar, deslembrada dos direitos de Deus e da Igreja;

— da acrimónia gerada no povo por uma grande desilusão: havia esperado mundos e fundos da sua *soberania política*. Não só a injustiça, mas todas as misérias seriam banidas da sociedade, transformada em paraíso terreal — pela vara de condão do sufrágio universal! Embalaram-no com essas esperanças... porê, ai dêle! outra é a realidade.

A amarga decepção acumula no fundo dos corações nuvens negras, precursoras de tempestade. Daí, os surdos frémitos de revolta.

Comprimidos em quadros que rápidamente os deprime, os jovens operários, ainda quando imbuidos de princípios religiosos, não oferecem resistência séria aos ataques da incredulidade e dos vícios que os assoberbam. Assim, o meio proletário constitue-se o principal factor da própria apostasia. Novo Saturno, êle devora os filhos.

* * *

Tal é o triste balanço de um século de liberdade e de progresso! Condições péssimas de existência e de trabalho, propaganda socialista, incompreensão de certos meios católicos, ensino leigo, anti-clericalismo da burguesia liberal: aí está mais do que é preciso, para explicar a crise religiosa e a apostasia das massas populares.

Um autor francês conclue melancólicamente: « Este povo (o francês) volveu ao paganismo. O subúrbio é país de missão. Poderíamos dizer

outro tanto da cidade de Paris, em sua quasi totalidade, assim como de grande parte da França. E' por uma grave obcecação que, de ha muito, recusamos admitir tal coisa, desobrigando-nos por êsse modo cómodo de agir e reagir em tempo oportuno. » (Valdour, *Le Faubourg*).

Assim, a França voltou a ser « um país de missão, onde os católicos são uma minoria em vias de restringir-se cada vez mais (1) », mercê da apostasia progressiva das massas.

Esta, a triste realidade !

A irreligião, qual maré montante, sobe, avassalando tudo. Será possível opor um dique a essa onda devastadora ? O povo perdeu o senso de Deus. Cumpre restituir-lho, mas como ?

E' o que importa averiguar.

(1) Mauricio Vaussard. *La Vocation missionnaire à l'époque contemporaine*. D. C. 25 de junho de 1927, col. 1608.

CAPITULO II

Em busca de um método de apostolado popular

Ante a situação angustiosa de grande número de almas, e o perigo que suscita, mormente numa democracia, o afrouxamento do espírito cristão, não é admissível que os católicos cruzem os braços, em atitude de culpável indiferença. Urge entrar na liça.

Já se tentaram várias experiências, no intuito de balizar êsse recuo da fé, mas nem sempre deram resultado. Que fazer então? Que método empregar para obter êxito completo?

Parte notável da mocidade intelectual hodierna considera a tal ponto necessárias, para o resultado feliz do apostolado a criação de uma nova organização política e a respectiva pressão externa sobre as almas que põe na criação de uma nova organização política e a respectiva pressão externa do que é lícito inquerir se, a sabendas ou inconscientemente, essa mocidade não acredita serem tais condições o instrumento adequado e suficiente (1).

Alguns entendem que essa insistência em exaltar as preocupações políticas demanda mais

(1) « Outras gerações puseram o seu entusiasmo ao serviço da liberdade religiosa ou do apostolado social; uma fracção, cada vez mais considerável, da que medra em nossos dias, coloca a política acima de tudo. » (*Annales de la J. C.*, 25 de março de 1926, p. 178).

que ressalvas. « Quanto a nós, que não consentimos em colocar a plenitude da esperança onde se não encontra a plenitude da caridade — escreve um membro da A. C. J. F. — o nosso dever está claramente delineado: cumpre não nos deixarmos invadir. A falar verdade, não desdenhamos a política, ao contrário, temô-la em grande apreço; apenas a quiseramos em tempo oportuno e em seu lugar. Ora, êsse não é o primeiro (1) ».

Os que assim discorrem enveredam por caminho diverso. De acôrdo com êles, também contestamos á actividade política o primado que alguns lhe querem atribuir. O Estado como tal não pode penetrar no santuário das consciências; a pressão do interêsse, ainda legítimo, ou as intimidações da repressão armada, não impulsionam a intelligência, nem dão rebate á vontade, a menos que esta não se deixe persuadir e aquela iluminar pela candente irradiação da caridade cristã.

« Ao Direito, compete garantir aquilo que os costumes introduziram, fixar e consolidar, por suas prescrições, as conquistas da caridade. A isso se reduz o seu papel. Comefeito, a fôrça do Direito se alicerça nos costumes que, condicionando-lhe a eficiência, completam o que ha de falho na acção toda exterior que êle exerce. Pois bem, os costumes que revelam as disposições íntimas das almas, obedecem tão sómente á potência que tem império sobre as almas: a caridade (2). »

Sim, para conquistar as almas, nada pode competir com a caridade que ama o proximo como a si mesma. Paciente, perspicaz, ela adivinha a

(1) *Annales de la J. C.*, l. c.

(2) Ch. Perrin, *Les lois de la société chrétienne*.

palavra que comove, a resposta que convence. Engenhosa, grangeia os corações pelo bom senso e delicadeza que a caracterizam. Cativado o coração, a conquista do espírito não se faz esperar muito.

« Mediante a caridade — escreve Lacordaire — não há coração em que a Igreja não possa penetrar... E' possível resistir-se á graça, á razão mas quem resistirá á caridade? » « Deus subordinou ao amor, todo o bem que o homem póde fazer a seu semelhante e, da mesma feita, tornou a insensibilidade inapta para infundir luz no espírito, virtude ao coração. »

« E' sobretudo de uma abundante efusão de caridade que se deve esperar a salvação.(1) »

Tal é o verdadeiro método de apostolado. Foi o que empregou S. Paulo, o apóstolo dos grandes empreendimentos e dos êxitos prodigiosos.

Escrevia êle aos Coríntios (2):

« Fiz-me tudo para todos, afim de ganhar a todos. » E pormenorizando: « Posto que livre, fiz-me escravo de todos, afim de ganhar o maior número possível. Fiz-me judeu com os judeus afim de ganhar aos judeus; com os que estão sujeitos á Lei, como se eu estivera sob a Lei (ainda que não esteja sujeito á Lei) afim de ganhar os que estão sujeitos á Lei; com os que estão fóra da Lei, como se estivera também fóra da Lei (ainda que não esteja fóra da lei de Deus, pois estou sujeito á lei de Cristo) afim de ganhar aos que estão fóra da Lei. Fiz-me débil com os débeis, afim de ganhar aos débeis ».

Aliás, o apóstolo das Gentes hauriu a sua

(1) Enciclica, *Rerum Novarum*.

(2) 1.^a epistola, cap. IX, V. 19 e sqq.

doutrina na escola de Jesus-Cristo. Conhecia o ponto de mira das amantíssimas delicadezas do Mestre. Inalterável bondade, compaixão sincera, gestos bemfazejos que restituem vida ao membro atrofiado, e enxugavam os olhos rasos de lágrimas, tudo isto era o feitio de Jesus-Cristo, sua maneira de se colocar ao nível de todos, afim de atingir a alma até então rebelde ou hesitante. Assim procedendo, êle fazia compreender o amor imenso que o impelia a sacrificar-se por todos e por cada um em particular.

Condescender com todos, afim de grangear os corações, é, pois, a exemplo de Jesus-Cristo e de S. Paulo, compreender os sofrimentos alheios e partilhá-los; é discernir as misérias, as angústias, as preocupações de outrem e esposá-las fraternalmente; é ainda renunciar ás próprias opiniões e preferências sociais para se assimilar áqueles cuja conquista para Jesus-Cristo é o alvo de todos os esforços; em suma, é adaptar-se, especializar o apostolado, em conformidade com as necessidades do meio em que se intenta penetrar.

Sem dúvida, a religião católica, seus dogmas e sua moral, são os mesmos para todos, em todos os tempos. Outrossim, não se trata de uma modificação da doutrina cristã, mas de uma assimilação de seu espírito, no intuito de applicá-lo com discernimento.

As preocupações das diferentes classes sociais divergem consoante os problemas peculiares a cada uma delas, e que á Igreja impende solucionar. O que dá cuidado ao credor, ao proprietário, ao chefe de Estado ou de emprêsa, não é

precisamente o que inquieta o devedor, o proletário, o trabalhador.

Uma orientação adequada ás necessidades de um grupo social especificamente determinado, dará maior eficiência ao labor apostólico, facilitando a conquista das almas. Assim compreendida, a instrução oferecerá mais atractivos, porquanto adaptada, ordenada em função do que constitue a vida própria do agrupamento a que ela se dirige.

A especialização, seja em que matéria fôr — e o apostolado não foge á regra — requer uma selecção que permita maior rendimento e melhor utilização das competências.

Para penetrar na massa operária e inculcar-lhe o espírito cristão, é mister apóstolos operários. Aos sacerdotes applicados ao apostolado popular, é indispensável o conhecimento especializado do meio em que trabalham e das respectivas necessidades.

Referindo-se aos missionários, dizia o Santo Padre Benedito XV: « O missionário católico, verdadeiramente digno dêsse nome, nunca deve olvidar que êle representa os interêsses de Jesus-Cristo, e de forma alguma os interêsses da nação a que pertence. »

De boa mente acrescentaríamos, aludindo aos sacerdotes que se dedicam ao apostolado das massas: Nem tão pouco os de uma determinada classe social.

Colhamos o exemplo actual de um antigo obstáculo ao apostolado. Para abeirarem-se dos japoneses, os missionários católicos têm que supe-

rar grandes dificuldades, porquanto, para esse povo, a religião de Cristo não merece consideração, por não ser de origem japonesa (1).

« O grande óbice á expansão da fé — observa um célebre brâmane convertido — é a estreita conexão do cristianismo com a cultura europeia e com instituições totalmente estranhas á India. » (2)

Da mesma sorte, os pagãos franceses do meio operário conservam-se instintivamente afastados do apóstolo pertencente a uma Igreja de feição por demais « burguesa. »

O apóstolo que consentir, de bom grado, na difícil e delicada operação de alijar essa mentalidade « burguesa em demasia », alheada das necessidades e preocupações da massa popular, esse adquirirá a autoridade moral que persuade sem constranger e restituirá, á caridade, sua força vitoriosa.

Aliás, é óbvio que essa caridade triunfante não se acha de modo algum divorciada dos outros predicados humanos: inteligência, sciência, cultura, em todos os pontos de vista. Ao contrário, ela os adquire ou desenvolve utilizando-se dêles

(1) Cf. *Compte rendu de la Semaine de Missologie de Louvain*, p.106.

(2) Pierre Dhamen, *Un Jésuite Brahmane*, Robert Nobili, p. 90.

Quais foram as razões que levaram os Sumos Pontífices a tanto insistirem na necessidade de recrutar-se um clero indígena? E' por ser este « mais bem adaptado que qualquer outro » á mentalidade de seus compatriotas. « Possuindo a mesma origem, — escreve Benedito XV — a mesma mentalidade, sentimentos e gostos idênticos, o sacerdote indígena se acha maravilhosamente aparelhado para insinuar a fé no espírito de seus compatriotas; ninguém conhece melhor os meios de persuasão. »

para mais facilmente insinuar-se nos corações, convencida de ser quem os valoriza, na exacta medida em que êles contribuem para a irradiação do amor.

Sucede, pois, — e vamos demonstrá-lo — que no decurso do século passado êsse método de intelligência e de adaptação deu excelentes resultados nos meios intellectuais.

CAPITULO III

Um precedente: Renovação católica na mocidade intelectual

O ressurgimento católico que se manifesta na mocidade estudiosa procede do facto de ter o cristianismo, tal como lhe foi proposto, correspondido ás suas íntimas aspirações.

A burguesia voltairiana havia começado por difundir nas massas a doutrina liberal de que se achava imbuida. Aconteceu, porém, que as machinações revolucionárias entraram a inquietá-la seriamente. Foi então que muitos se puseram a apreciar essa mesma Igreja que com tanta sanha haviam difamado. Nessa hora de incerteza, ela aparecia como a única fôrça capaz de sopear as paixões desenfreadas. Indubitavelmente, isto não constituia ainda um retôrno á fé; sem embargo, êle se operou graças ao clero e á burguesia católica, sobressaltados com o surto revolucionário. Ambos se esforçaram por reprimir o movimento subversivo, mediante um apostolado « mais bem adaptado á necessidade inquieta » de ordem, de paz, de estabilidade moral e intelectual que êles próprios experimentavam, e que sentiam latejar na burguesia incrédula...

I. — Decepções e receios

A' sombra da Restauração, a burguesia evidou esforços inauditos para difundir os princípios que em 1789 lhe valeram a conquista e o exercício do poder. Até então nunca se vira uma tal propaganda de impiedade:

« De 1814 a 1824, nada menos de 1.598.000 exemplares das obras de Voltaire foram postos á venda; 480.500 das de Rousseau; 81.000 de produções avulsas dêstes dois autores; 207.900 volumes de outros escritores do século XVIII; 128.000 romances de Pigault-Lebrun; 179.000 livros destinados á mocidade e da lavra de autores que medraram sob a Restauração; 67.000 compêndios de história, também posteriores a 1814.

A literatura anti-clerical avolumou-se consideravelmente nos anos que se seguiram (1). »

Com a queda da Restauração, os próprios « liberais » tomaram-se de pánico ante as consequências desastrosas da propaganda que êles haviam incentivado. A desordem intelectual ostentava-se sem peias; a moralidade pública esboroava-se e qualquer govêrno de ordem evidenciava-se inoperante. Nessas conjunturas, alguns, como o Sr. de Sacy, reconheceram os êrros passados.

« O Sr. de Sacy, que durante a Restauração havia sido « liberal » e « voltairiano » — conforme testemunhou no fim da vida — escreveu em 1835, sob a epígrafe: *Da reacção religiosa*, esta página, expressão eloquente do mal-estar ressentido pelos espíritos elevados dêsse tempo: « O

(1) G. Weill, *Histoire de l'idée laïque en France*, p. 31.

século XVIII deleitou-se na incredulidade; coube á nossa geração o tédio e a vacuidade que dela nos veio. Em matéria de filosofia, como de política, o melhor tempo é aquele em que toda gente é oposicionista. Então, cada qual se deixa ir na onda... Sim, mas cuidado com o despertar! (...) O que cala mais fundo na alma é a sensação do vácuo; é a necessidade inquieta de crença, é uma sorte de assombro, de terror, ao ver o isolamento em que a filosofia do século XVIII deixou o indivíduo e a sociedade: o indivíduo, num corpo a corpo com as suas paixões, sem norma que o ampare, sem facho que o alumie; a sociedade, a braços com as revoluções, sem uma fé pública que as modere, ou ao menos as integre em certos princípios imutáveis. Nosso coração divaga como um carro vazio que se despenha... Essa incredulidade que o século XVIII, cheio de confiança e de estulta alegria, fizera sua companheira de jornada, tornou-se para nós um gravame opressor; erguemos os olhos ao céu, em busca de uma luz que se extinguiu, e pranteamos por não mais a ver brilhar. »

Não seria ocioso respigar ainda o seguinte tópico do *Journal de Débats* de 13 de julho de 1835: « Presentemente, todos nós nos sentimos tomados de pavor e de funda magoa, ante o espectáculo da desorientação intelectual, causada pela falta de um liame moral, pela insubordinação, a independência semi-selvagem dos espíritos, o delírio, a impudência, a inconsequência e a contradição das idéas; pela degenerescência e o malôgro dos sistemas. » E o jornal qualificava êsse estado moral de « pavorosa anarquia. »

« Até aqueles que não chegavam a recuperar plenamente a fé diziam pela bôca de Jouffroy: « Eu não sou dos que pensam ser possível á sociedade moderna prescindir do cristianismo, hoje já não escreveria tal coisa. »

Ou ainda isto:

« Todos êsses sistemas para nada servem; um só acto de fé cristã, quando sincero, vale mil vezes mais. »

(2) Citado por Thureau-Dangin, *Monarchie de Juillet*, t. II. pp. 351-352.

A guerra declarada á Religião, em nome da Razão, redundou no desmoronamento da sociedade.

Os espectadores do desastre, desiludidos e desorientados ante as consequências funestas da irreligião, temiam uma ruínosa subversão social concernentes aos bens e situações adquiridas. Instintivamente os olhos volviam-se para a Igreja que a prudência, a moderação e o ideal de justiça designavam para constituir a alma indispensável de um « vasto partido de ordem. »

* * *

Patriota, como se evidenciara em todo o decurso do século XIX, a burguesia francêsa não pôde resignar-se á catástrofe de 1870. A patria enlutada e dolorida tornou-se para êle objeto de verdadeiro culto, de uma mística.

Ora, as massas populares, ansiosas por acelerar em o advento—que lhe bacorejava proximo de uma sociedade em que o proletariado estaria a coberto de toda injustiça, uniam-se por cima das fronteiras, com o fito de derribar os capitalistas, a seu ver responsáveis de todo o mal. E a burguesia inquietava-se com essas organizações internacionais, destrutoras do patriotismo.

Nêsse entrementes, rebenta o caso Dreyfus. Entram em scena as paixões e estabelece-se a confusão. A mocidade fogosa e exaltada divide-se em dois campos antagónicos. Uns, por amor á pátria, exigem o castigo de um traidor; outros recusam admitir a salvação da França, mediante

o suplício de um inocente, e pretendem combater tanto pela pátria como pela justiça.

Em dezembro de 1912, Lette escrevia ao director de « Revue de la Jeunesse »:

« Que desgraça a nossa ! Apenas vitorioso, o dreyfusismo, por súbita reviravolta, desencadeia contra a França e a justiça as mais danosas campanhas. Será mister recordar as torpezas do combismo, as prevaricações do Tribunal de Cassação, o aparecimento do anti-patriotismo, e a recrudescência da sanha anti-clerical ? (...) Nêsse momento preciso, o desenrolar dos acontecimentos levou-nos a considerar a Igreja ». Então a imensa compaixão de Peguy pelo exército humilhado e pela Igreja perseguida se transformou, « no que concerne ao exército, em simpatia cada vez mais ardente », á medida que crescia o perigo exterior; « no tocante á Igreja, em respeito e admiração ante a magnanimidade de sua atitude em frente da perseguição » (1).

Por volta de 1900, o surto de patriotismo havia assumido uma feição resoluta que não deixou de influir na corrente de simpatia que fez volver á Igreja parte notável da juventude intellectual. Quantos nomes se poderiam citar, desde Ernesto Psichari cuja conversão é típica, até Mauricio Barrès, que considerava a Igreja apenas como a protectora secular e necessária da França!

A Guerra mundial não afrouxou êsse impulso. A « Revue des Jeunes » podia escrever em 10 de janeiro de 1917:

(1) Laurec, *Le Renouveau catholique dans les lettres*, pp. 15 e 249

« A França é a segunda paixão da mocidade, que reserva a primazia á pátria das almas. *Católicos e Franceses* — no sentir da nova geração, estes dois termos exprimem uma sorte de equipolência. Uma França sólida, próspera, progressiva; uma França verdadeiramente *francesa*, não se concebe se abstrairmos do catolicismo admitido como razão social, como expressão da história, como axioma prático para a vida do país. »

O patriotismo havia provocado a volta á Igreja. Sem embargo, um formidável preconceito intelectual opunha-se ainda ao triunfo da fé: a confiança da burguesia no futuro do Positivismo, do Evolucionismo e da Sciência, da qual ela esperava a elucidação dos enigmas do universo. A desilusão, porém, já batia á porta. O fracasso do Scientismo era apenas questão de tempo. Ele dará ensejo a novas conversões.

* * *

A história do Scientismo confunde-se com a do movimento intelectual do século XIX. Comte, com a teoria dos Tres Estados; Renan, com a sua confiança no porvir da sciência; Spencer e Darwin, com o sistema da « revelação racional do progresso », haviam aos poucos abonado a opinião de que todas as « disciplinas humanas: religião, filosofia, moral, estética, deveriam ceder o passo á sciência positiva, ou absorverem-se nela. Além disto, a sciência obrigava a considerar o universo com um vasto conjunto de fenómenos encadeados uns aos outros, por inflexível determinismo. » O Scientismo tinha chegado a talho,

para captar a irreligiosidade do século. Em 1880, êle atingiu o apogeu. Não tardou que alguns de seus mais fervorosos adeptos, alçados ao poder, intentassem substituir a Igreja — « vestígio de crenças obsoletas, escrúpulos que paralizam a personalidade » (1) — pela escola leiga, missionária do Progresso.

Estultas e perniciosas ousadias ! O declínio avizinha-se. A impotência do Scientismo para realizar o que prometera, as aspirações que deixara insaciadas, a decomposição moral em que precipitara a sociedade, postulavam uma reacção que, aliás, não se fez esperar. Evento auspicioso que ia restituir aos valores de vida e de acção uma justa predominância sobre especulações mal-fazejas.

Facto paradoxal ! Os principais agentes dê-se retôrno foram os incrédulos do jaez de Renouvier, Fouillée, Bergson, William James. A Sciência havia prometido um substitutivo compensador dos dogmas e da moral tradicional, irremissivelmente prescritos, bem como a solução definitiva dos problemas da vida e dos de além-túmulo. Pois bem, eram os corifeus dessa mesma sciência que denunciavam a inanidade de semelhantes pretensões !

O « erzatz » (o substitutivo) não valia dois caracois !...

Foi então que muitos dos que haviam queimado incenso ante o altar do novo ídolo penitenciaram-se, proclamando-lhe a impotência. E'

(1) Salomon Reinach.

que êles descobriram as fôrças morais e o mistério da liberdade humana, refractária ao determinismo ! Iniciou-se, em breve, a era das conversões. Citamos, ao acaso, alguns nomes: os poetas Francis James, Adolphe Retté, Henri Ghéon; os romancistas Paul Bourget. Louis Bertrand; os pensadores e polemistas Massis e Maritain. Lista assaz incompleta.

Em 1926, o periódico « Figaro » publicava em suas colunas a resposta a um inquerito retumbante levada a efeito pelos membros da Academia de Sciências, sobre o « Sentimento religioso e a sciência » (1). O inferno concluia não se tratar mais de « falência da religião » nem tão pouco de « bancarrota da sciência ».

O Scientismo « vixit »... Suas pretensões exorbitantes haviam-lhe causado a ruína.

II. — Um apostolado que se adapta

Os resultados intelectuais, morais, sociais, e políticos, da ideologia revolucionária, deram que pensar. Foi isto o prelúdio de um abalo profundo que devia levar á fé grande parte da mocidade.

Mas, para que se efectuasse uma transformação desta ordem, era ainda mister que, do lado dos católicos, um largo espírito compreen-

(1) Inquerito compilado em livro pela casa editora *Spes*.

sivo viesse ao encontro dêsses primeiros anseios, dêsse semi-despertar da consciência (1).

Mercê de Deus, assim foi. « Os meios intellectuais foram atraídos pela firmeza doutrinal da Igreja, em face da anarquia política e social, da desorientação dos espíritos seduzidos pela ciência positivista. »

Desenganada, a burguesia volvia de suas abusões liberais, não tardando em render preito á solidez da doutrina cristã, erigida contra as ameaças revolucionárias.

Com efeito, eis em substância a opinião dos católicos, no tocante á matéria social:

O SOCIALISMO — cujos princípios contêm, « em seu conjunto, verdadeiras heresias » (2) (Instrução da Sagrada Congregação de negócios eclesiásticos) é qualificado de « monstro horrendo » e « vergonha da sociedade », do qual êle ameaça

(1) Se, entre os factores do ressurgimento católico, no seio da juventude intellectual, mencionámos apenas de relance a influêcia de certos movimentos de defesa, ou de formação religiosa, isto não implica ignorância ou menosprezo. Desconhecer o alcance de obras como a Congregação, as Conferências de S. Vicente de Paulo, e outras mais, bem como a actuação de homens da envergadura de Montalembert, Dupanloup, Lacordaire, Freppel, Veuillot etc., no movimento que devia restituir a fé á mocidade estudiosa, seria não só injustiça, mas êrro, do ponto de vista histórico. Afigurou-se-nos, porém, haver interêsse e proveito em pôr em relêvo, nestas páginas, outro aspecto do problema que por não ter sido ventilado tanto quanto o precedente, nem por isso é menos importante.

(2) O que a Igreja condena nas doutrinas socialistas — a tomar as coisas em concreto — é um conjunto de teorias sociais, filosóficas e religiosas; certos métodos officiais de propaganda e de acção, impregnados de materialismo manifesto; a luta de classes, a supressão da família, a negação do direito de propriedade.

Mas a Igreja reconhece a legitimidade das associações operárias e dos sindicatos. « Por sem dúvida — diz Leão XIII — aos operários assiste o direito de se unirem em associações, para o bem de seus inte-

« ser a morte. » (Enc. « Diuturnum ».) « Sua tentativa é uma insânia ». (Pio IX, « Nostis et nobiscum »).

A AUTORIDADE — não é « coisa idêntica á soma do número » (Encicl. « Quanta cura ».) « E' em vão que o homem procura subtrair-se a toda autoridade » (Enc. « Diuturnum ».) A distinção das classes é uma « condição providencial da sociedade humana. » (Leão XIII, Alocução á nobreza romana.) Linguagem inteligível para a classe detentora do poder. Porque não iria ela ao encontro dessa religião que « ordena a submissão e a obediência á autoridade política » (Enc. « Quod multum ».) e condena os que pretendem « ser lícito recusar obediência aos príncipes legítimos e rebelar-se contra êles? » (Encicl. « Quanta cura »).

« O DIREITO DE PROPRIEDADE e de domínio, provindo da própria natureza », deve ser « mantido intacto nas mãos do possuidor » (Enc. « Quod Apostolici ».) « Nunca, a pretexto de liberdade ou de igualdade, pode ser lícito entrar nos direitos alheios nem violá-los, de qualquer modo que seja. » (Pio IX, « Nostis et nobiscum ».)

Tal doutrina exercia poderosa atração na mocidade intelectual, inquieta com a arrancada revolucionária, predispondo-a para o retôrno

rêsses; a Igreja favorece tais agremiações e elas são conformes á natureza. » (Carta Apostólica, *Longinqua Oceani*.) « O direito á existência lhes foi outorgado pela própria natureza. » (Enc. *Rerum Novarum*.) E o mesmo Pontífice indica, como justo fim, a êsses agrupamentos operários: « o maior acrescimo possível dos bens temporais e espirituais, assim como do património familiar. » (Enc. *Rerum Novarum*.)

á fé. Aliás, ela encontrava apoio nos católicos, alguns dos quais, ainda na vespera galicanos ferrenhos, recebiam com tal entusiasmo as declarações pontifícias contra os « êrros modernos », que se transformavam, da noite para o dia, em fervorosos ultramontanos.

Cansada de oscilar á direita e á esquerda, a sabor das flutuações da opinião, a juventude admirava a firmeza do cardial Pie, a veia polémica de Veuillot, as definições nítidas do Concílio do Vaticano. Quem sabe se na filosofia escolástica, preconizada por Leão XIII, não iria ela encontrar, com a paz intelectual, o meio de conciliar estas duas palavras que pareciam divorciadas para todo o sempre: Sciência e Fé?

Para amparar-lhe a marcha ainda incerta e vacilante, deparam-se sábios profundamente crentes que souberam opor, ao Scientismo favoreado pela moda, a sciência verídica e sem mescla. O século passado oferece uma pléiade dêsses sábios de mão-cheia.

Citemos o matemático Cauchy, os físicos Volta e Duhem, os naturalistas Gaudry, Laennec, Laparent, Mendel (monge austríaco), Pasteur. Mas para que alongar a lista? O testemunho dêsses homens, cujo valor científico ninguém pode contestar, demonstra cabalmente a inanidade de um pretenso conflito entre a Fé e a Sciência.

Esta nunca deveria ter perdido de vista o princípio que lhe condiciona a veracidade: Não ultrapassar as raias do domínio próprio. O certo, porê, é que ela dissimulava preconceitos positivistas e negava « a priori » todo espiritualismo.

Mas isto já não era sciência, senão êrro que os católicos desmacararam por vários modos: mediante a palavra rútila de seus universitários, agremiados em torno de Georges Fonsegrive (Georges Goyau, André Pératé, os irmãos Brunhes, Victor Giraud); pela arte penetrante de seus escritores espiritualistas: René Bazin, Paul Bourget, Eugene Melchior de Vogûé, etc.; pelas obras de filosofia pura, da lavra de Ollé-Laprune, Blondel, ou por trabalhos de profunda erudição, tais como os de Le Play, Duchesne, Battifol, dos Bollandistas, dos Padres Migne e Broglie, etc.

Êstes sábios de escol, satisfazendo as exigências intellectuais de seus contemporâneos, ganhavam-lhes as simpatias e lhes facilitavam a adesão á fé.

Aliás, não é possível contestar aos católicos um patriotismo sadio e avisado. A sua colaboração com A. de Mun, o cardial Lavigerie, e o bispo Freppel, na política de expansão colonial, a fidelidade que conservaram para com as provincias perdidas em 1870, a literatura que lhes é peculiar — sem falar na eloquência do púlpito, que reagia contra o aviltamento da idéa de Pátria — tudo atesta a sinceridade dos sentimentos patrióticos, vivificados por uma fé admirável.

A nata da mocidade, trabalhando por um anseio de ideal, também lutava contra êsse anti-patriotismo deletério, e voltava-se para uma religião onde se cultivava tão grande amor da Pátria. Feliz por se ver compreendida, ela se deixava empolgar pelo ascendente sedutor de ilustres personagens: Dupanloup, de Ségur, d'Hulst, Newmann,

Manning. A candente e simpática eloquência de Lacordaire, ou de Gratry, os vibrantes discursos de Montalembert, as lições de Ozanam, faziam éco às suas mais íntimas preocupações.

A messe sazouava; a hora da colheita ia soar.

III. — Resultados e ensinamentos

O aumento do número de católicos integrais, o desenvolvimento do culto eucarístico, o interesse pela liturgia, a florescência de obras religiosas de todo genero (revistas de história eclesiástica, questões exégéticas, etc.); a voga das publicações de espiritualidade e biografias de santos, são *indícios* exteriores certos de uma vida cristã mais intensa e mais generalizada.

Há outros ainda.

No ensino secundário, o esforço católico foi deveras corôado de êxito. Apesar dos óbices pecuniários que dificultam a existência do ensino livre, na maioria das dioceses, os colégios católicos igualam, ou sobrepujam, em número o efectivo aos estabelecimentos similares leigos (1).

Lição eloquente que, se atentarmos nas vantagens materiais oferecidas pelas escolas do governo, põe em magnífico relêvo o nível religioso da burguesia. A preferência dada ao ensino livre explica-se, não como insinuam certos adversários, pelo « snobismo » religioso das classes ricas, mas

(1) Cf. o relatório Guibal, sobre a política escolar católica, apresentado á F. N. C., junho de 1928.

pelo ressurgimento católico do escol, renovação explicavel, por seu turno, pela acolhida carinhosa que os intellectuais cristãos fizeram a essa mocidade selecta.

Com efeito, abstraindo-se desta, a reacção espontânea dos meios cultos, contra os êrros e injustiças do materialismo e do socialismo, nunca teriam redundado no renascimento religioso. Se a burguesia, outrora em grande parte incrédula, volve hoje á fé, é por ter encontrado no catolicismo a resposta adequada ás suas inquietações sociais e intellectuais. Burgueses e católicos experimentavam o mesmo receio immediato ante as ameaças da propaganda revolucionária, o mesmo interêsse simpatizante, no dominio das idéas.

Nêsse terreno, o ensino secundário e o superior tiveram grande eficiência, precisamente por terem os católicos sabido aproveitar-se dêles. De facto, não basta ensinar para cristianizar. Por que o magistério das sciências profanas e ainda sacras se transforme em instrumento eficaz de apostolado, é mister que se faça apreciar e acatar, correspondendo ás novas e especiais necessidades das almas. E tais necessidades existem.

Assim, além das preocupações comuns aos jovens das classes abastadas, notam-se outras peculiares a esta ou áquela categoria, que demandam ensino especializado e determinam a constituição de agrupamentos mais homogêneos. Estes surgiram, não apenas entre estudantes das Escolas Superiores e de diversas faculdades, mas também entre alunos de liceus, entre professores,

normalistas, médicos, engenheiros, patrões... etc. (1).

Magníficos quadros de apostolado « especializado »! Quais os resultados?

Vejamos os factos:

Por ocasião das festas de Pascoa, antigos e actuais alunos das Escolas Superiores convidam os camaradas a virem desobrigar-se. O movimento progride num ritmo acelerado a promissor. O número de signatários, que em 1924 era de 4.037, já em 1929, subia a 12.400. Importa ainda consignar que muitos dêsses jovens participam assiduamente das organizações catequistas, e consagram a manhã de cada domingo á instrução religiosa de adultos, nos subúrbios e arrabaldes da capital.

Os resultados são auspiciosos e provam o valor do método. Graças a êle, torna-se mais fácil atender, nos grupos assim constituídos, ás aspirações vitais de cada um, aspirações que formam a trama da respectiva existência e despertam o mais vivo interêsse, porquanto êles vêem claramente não ser possível encontrar-se a almejada solução das dificuldades profissionais, sem levar em conta a sciência, a técnica dos negócios e as possibilidades da vida, tudo, porém, subordinado á suprema jurisdição dos princípios morais do cristianismo, e com o sólido apoio dos mesmos.

(1) Mencionemos, sem insistência, o *apostolado especializado* que o ensino profissional católico realiza com grande êxito, num meio intermédio entre a burguesia e o operariado. Correspondendo directamente ás necessidades de porvir dêsses jovens, pôde proporcionar e de facto proporciona um excelente ensejo para a expansão religiosa.

Desta feita, o catolicismo integra-se num « *complexus* » vital. Menosprezá-lo implica o risco de comprometer a vida em opções aventurosas, ou decisões falhas de critério, onde o coração se endurece e são olvidadas as obrigações da justiça social e da caridade fraterna.

Eis-nos a cem leguas da concepção simplista que alguns faziam da Igreja: colecção de fórmulas obsoletas e mirradas, cuja seiva o tempo estancou; código mundano de hábitos e costumes em voga na alta sociedade.

Um apostolado que corresponde de modo tão preciso ás aspirações e necessidades de cada qual é uma verdadeira escola onde se formam cristãos de rija ténpera, para quem a religião é a própria vida.

Logo êle é, e será cada vez mais, um indispensável e excelente instrumento de conquista, com a condição, todavia, de ser manobrado com acêrto e prudência, porquanto, sob uma aparente singeleza, é sumamente delicado e complexo. Esforçando-se por se adaptar a um determinado meio social, êle se acha na contingência de falsear a perspectiva da doutrina católica, apresentando um só dos aspectos da moral cristã e, por êsse feitio unilateral, de se expor a cometer êrros positivos (1).

(1) Não ignoramos que os católicos, no empenho de simpatizar com as massas incrédulas, no afan de lhes penetrar a mentalidade, afim de mais facilmente levá-las a Cristo, nem sempre souberam resguardar-se de certas infiltrações do espírito que intentavam transformar. Alguns caíram em um liberalismo repreensível; outros regatearam demais os direitos do capital (factor tão indispensável em nossas civilizações evoluídas como o próprio trabalho;) êstes, não se premuniram devidamente contra os exagêros imanentistas e evolucionistas; aqueles, tendo

Exemplifiquemos:

— Mencionar os pontos em que a religião se opõe á anarquia política, sem esboçar as grandes linhas da doutrina católica sobre os deveres (e direitos) da autoridade pode induzir no êrro de supor a Igreja solidária dos regimes ditos « autoritários » (monarquia, ditadura, fascismo, etc.), e oposta, por princípio, a qualquer democracia.

— A Santa Sé tem condenado, por várias vezes, os processos socialistas e comunistas; porém, insistir nêsse aspecto, de certo modo negativo, de sua doutrina, e silenciar o que ela prescreve em matéria social — prescrições frequentemente reiteradas, de há sessenta anos a esta parte — é correr o risco de desfigurar o juízo da Igreja, no que concerne a esta grave questão.

A religião respeita a idéa de pátria e reconhece a esta o direito a um amor de predilecção, tão fundamentado como o espírito de família. Não obstante, exagerar o patriotismo numa

se convencido da solidariedade internacional, depreciaram os direitos e o bem real da Pátria; outros, emfim a pretexto de sciência, dilataram indevidamente o domínio da mesma, em detrimento dos valores espirituais.

No decurso do século passado, e no início do presente, numerosos documentos emanados da Santa Sé — desde a condenação de Lamennais (encícl., *Mirari vos*) a do modernismo (encícl., *Pascendi*,) ou ainda a do *Sillon* — denunciaram êsses desvios, aliás excepcionais, provenientes de infiltrações do espírito da época. A nosso juízo, êles não infirmam o valor do método de apostolado cujo êxito animador acabámos de apontar.

Compreensão não quer dizer aprovação. A inteligência afectuosa das dificuldades e inquietações morais e intellectuais das almas que buscam a Deus, não implica necessariamente a participação em seus êrros. No que diz respeito ao apostolado, essa compreensão parece constituir a condição de êxito.

época em que muitos só crêem no império da força, é expor-se ao perigo de orientar as inteligências para um genero de nacionalismo avêso á caridade cristã.

— O Scientismo e diversas teorias evolucionistas são diametralmente opostas ao espirituismo católico; todavia, ao combater tais doutrinas, cumpre usar de grande cautela, para não descambar em um fideísmo extremado.

Êrros dêstes nem sempre foram evitados pelo escol intellectual. Ora, um catolicismo mutilado por tão estreito exclusivismo deve recear ferir as mais legítimas aspirações desta, ou daquela categoria social, e afastá-la de uma Igreja que, como já se tem dito em certos meios, pactua com os interêsses de classe.

« Foi com o maximo prazer que notámos o afluxo de vida cristã, tanto na mocidade universitária, como na juventude das Escolas Superiores. Indubitavelmente, essa mocidade crê e ora. Mas quão diminuto é o número de seus membros que compreendem a grande lástima da alma popular, tão ávida de luz eterna como de justiça social ! » (Menthon, *Annales de la J. C.*, 25 de maio de 1925).

Digamos para terminar: tais deficits não são o resultado da especialização do apostolado, porém, de sua incompreensão, de sua mutilação. Aplicado com critério e competência, o método surtiu efeito nos meios intellectuais, como acabámos de ver. Por que não daria resultado nos meios populares, com as devidas adaptações que exporemos em seu lugar ?

CAPITULO IV

Aplicação do método às massas populares

Duas soluções inoperantes

Não obstante os esforços de um clero zeloso, admiravelmente secundado por leigos de grande competência e de uma dedicação a toda prova, a apostasia das massas descristianizadas, ou indiferentes, acentua-se num ritmo assustador.

« E' rigorosamente exacto que, em geral, as obras sociais católicas *não as impressionam* — não lhes falam ao coração, e nem sequer as atingem ! Assim como não assistem aos sermões, os incrédulos e indiferentes também não se alistam nos agrupamentos de Juventudes católicas nem fazem parte dos círculos de operários católicos, ou das Associações profissionais igualmente católicas. Apenas um reduzido número de crianças pertencentes a êsses meios frequentam os patronatos e associações desportivas de carácter confessional(1) ».

Esta a triste realidade !

Terá ela sido encarada, pelo clero e pelo escol católico que labuta no campo social ?

Os métodos actuais: missões, prédicas, confrarias, catecismos, escolas livres, patronatos,

(1) Maurice Vaussard, *La Vocation missionnaire contemporaine*. Doc. cathol., junho de 1929, col. 1608.

curso noturnos, colónias de férias, círculos de estudo, associações desportivas, dispensários, etc., tudo obras excelentes e até indispensáveis, já não bastam.

Que lhes falta?

Por sem dúvida, estar mais bem adaptadas ás necessidades das classes laboriosas, á sua mentalidade e preocupações vitais.

Notámos, quando do exame das causas que provocaram a apostasia popular, até que ponto o sentimento da própria inferioridade, agravado nêstes últimos tempos, por circunstâncias peculiares, pesa dolorosamente sobre a classe operária. Já não é mais possível contentarmo-nos com exortá-la á resignação, como se lhe fôra interdito melhorar a sua situação material e social. Agora, o que ela exige de nós são actos e não palavras.

E a conclusão é esta:

1.º — As massas populares continuarão a desertar da Igreja, ou a desconfiar dela, em quanto suspeitarem que os católicos não se empenhem por melhorar as condições da vida afanosa onde elas se debatem.

2.º — Os esforços apostólicos serão baldados se não visarem a recristianização do ambiente em que se desenrola a existência do trabalhador.

3.º — E' de suma importância atingir o cerne do problema. Uma das causas primordiais da luta de classes, tão funesta para a Igreja, é a antinomia entre o democratismo político e o autoritarismo industrial. O desequilíbrio social é, em parte, devido ao facto de ser o povo politicamente soberano, ao passo que permanece na obrigação de

se submeter a um regime industrial cujo bom andamento exige dêle uma subordinação absoluta.

Em quanto não se conseguir pôr termo a êsse aflitivo paradoxo, mediante uma solução que concilie os direitos do povo, suas legítimas aspirações, com os justos interêsses da colectividade, o apostolado das massas redundará em fracasso.

Entremos agora no estudo dessas graves e candentes questões, persuadidos de que o apostolado não fará conquistas globais entre os operários, se não se adaptar ás suas preocupações e dificuldades, afim de solucioná-las com acêrto, A magnitude do assunto não nos causa apreensões. Que havemos de temer quando os ensinamentos reiterados dos Soberanos Pontíficos nos estão a traçar luminosas directrizes?

Sem embargo, antes de atender ás sugestões da doutrina e da experiência, detenhamo-nos um instante a considerar as fórmulas simplistas, insuficientes ou falaciosas, que pretendem resolver o problema. A ilusão donde procedem e que as torna inoperantes, não exclue, aliás, em grande número de católicos e filantropos que as professam, nem um amor sincero pelo povo, nem actos de nobre generosidade.

Autoritarismo politico e social

§ 1. A TESE

A ordem no seio da paz é indispensável tanto ao bem do Estado como da profissão. A autoridade é o agente e a garantia dessa ordem.

Mercê de um bolchevismo latente, ou declarado, a autoridade civil e a patronal vêem-se actualmente, não só discutidas, mas desacatadas, já pela acção política das massas, já pelo poderio dos operários profissionalmente sindicados.

Não reagir vigorosamente importa em perigo público. A braços com as contínuas reivindicações, fomentadas e atizadas por uma doutrina subversiva que lhe compromete a empresa tanto no presente como para o futuro, o industrial considera, imediatamente e de modo instintivo, as facilidades que, para a direcção interna da fábrica, traria consequentemente uma ditadura política que mantivesse a ordem no país. Se lhe fôr objectado que não é lícito colocar meios políticos ao serviço de interesses particulares, êle retorquirá — não sem proposito — que o sufrágio universal, expressão genuína do regime democrático, se transformou em arma de que se servem as massas populares para fazer triunfar reivindicações sociais, por vezes excessivas. Será, pois, desarrazoado privá-las de um instrumento cuja nocividade é cada vez mais patente? Incentivando aspirações injustas e perigosas, precipita-se a ruína moral e portanto religiosa das classes laboriosas, longe de lhes facilitar a volta ao grémio da Igreja,

§ 2. A CRITICA

« Para resolver o problema, será bastante suprimir o cidadão para deixar tão sómente subsistir o proletário? Mas quem não está a

ver ser esta proposição de todo inaceitável? A' medida que o regime económico transforma o trabalhador moderno em proletário, êle reivindica com mais ardor as suas prerrogativas de cidadão.

E' que o operário sente (e quem poderá contraditá-lo?) que, em sua pessoa, o cidadão contrabalança o proletário e restabelece a este último em sua dignidade (1). »

Entretanto, não se pode negar o que há de justo no raciocínio dos partidários do autoritarismo social e político. Os perigos que êles denunciam são por demais evidentes; os extremismos revolucionários de certas pretensões, a crise de autoridade são factos comprovados e incontestes (2).

Sem embargo, o silêncio sistemático observado no que concerne á parte legítima das aspirações populares, a falta de tino e a incompreensão que dela provêm, suscitam necessariamente a crítica e o receio.

Há quarenta anos, Piou fazia o seguinte juízo de uma parte da aristocracia « fóra de seu elemento nos novos ambientes sociais, e, não obstante, animada das melhores intenções. »

« Em seu conjunto — diz êle — a nobreza é generosa, dedicada, caritativa. Apesar disto, não logra as simpatias de ninguém; ajuda os pobres a viver, mas não favorece a

(1) Pierre Bayart, *Simple réflexions sur la psychologie patronale et ouvrière*. "Chronique sociale de France," abril de 1929, p. 258.

(2) A crise de autoridade é um facto que se nota, não apenas na esfera política e na dos negócios, mas até no seio da família, na escola, na oficina e em todo genero de organizações.

ascensão dos humildes. Funda hospitais, escolas, orfanatos, etc., em benefício do povo, mas proclama a necessidade de mantê-lo na sua condição nativa, e isso para o bem do mesmo povo(1). »

Sem ousar confessá-lo claramente, há quem pense « ser a grande expansão da cultura um estôrvo para a marcha dos negócios, (2) e que ocupar-se alguém das necessidades materiais e

(1) *Les Conservateurs et la Démocratie*, "Revue des Deux Mondes", 15 de junho de 1895.

(2) « Ficámos espavoridos, e ao mesmo tempo edificadas — escreve Jean Pupier em *Journée Industrielle* (9 de junho de 1929) — ao ler, há poucos dias, o seguinte asserto, firmado pela douda pena de um grande industrial da Norte-América: « A grande difusão do cultivo intelectual, é um empecilho para o bom andamento dos negócios; de ora em diante, faz mister pôr ordem nisso e reservar a inteligência para os instidores designados e formados para « utilizá-la »... Taylor incorreu na mesma pecha respondendo a um operário que com êle discutia: « O senhor não tem necessidade de discorrer; temos aquí pessoas pagas para isso ! » Ao que o operário retrucou: Nunca tive intenção de ceder ao Sr. Taylor o meu direito de pensar. » (H. Dubreuil, *Standards*, p. 162

Em data mais recente, o periódico *Courrier de Geneve* (5 de julho de 1929) denunciava essa « conspiração contra a inteligência » essa « mecanização do homem pelos técnicos. » E' esta, com efeito, a tese que acaba de dar a lume um professor da Universidade de Colúmbia (a mais importante dos Estados-Unidos) Walter B. Pitkins. A seu ver, os homens inteligentes e de grande competência constituem obstáculo á civilização dêsses paíes. O seu grande número faz perigar a prosperidade americana. Bastariam 1.800 homens instruídos onde existem actualmente 1.200.000.

Verdadeiro perigo — afirma Pitkins — porquanto, « seria um desastre se a mínima parcela de inteligência, ou de originalidade, se esgueirasse no trabalho, se a menor iniciativa, ainda avisada, rompesse a perfeita exactidão e regularidade das peças fabricadas por séries. Na fábrica, é mister que os homens sejam falhos de imaginação, de nervos, de idéas e de distrações. »

A instrução esmerada é igualmente prejudicial ao chefe de empresa, cujo objectivo deve ser, antes de tudo, fazer-se obedecer. Para isso, importa que êle tenha « uma linguagem chã, que seus gestos e sentimentos sejam da igualha dos que se notam nos operários, que suas concepções e preocupações não difiram das do trabalhador (...)

No que respeita ás decisões que exigem informações completas e

morais do operário, procurar melhorar-lhe a condição, constitue verdadeiro perigo social... »

Indubitavelmente, a civilização das massas implica um problema de autoridade; porém, resolvê-lo por esta forma nem é cristão nem humano.

Devidamente graduado, um franco desenvolvimento da personalidade humana, nas massas populares, é o que há de mais legítimo. Mas uma tal evolução não se processa, sem pôr em risco o equilíbrio social. Como evitar o desastre?

A novos problemas, soluções novas, do contrário é impossível haver estabilidade. Não é impunemente que se deita vinho novo em odres velhos (1).

E não se vá crer que isto sejam elocubrações de anarquista. A autoridade póde revestir formas diversas e conservar-se integral, a saber, permanecer autoridade!

inteligência culta, o chefe deve reportar-se aos poucos técnicos a par do problema. »

Que fundo materialismo revela uma tal concepção! Ela inverte a hierarquia dos valores. A prosperidade económica nacional deve contribuir para o aperfeiçoamento humano dos cidadãos. Sacrificar o homem á matéria é, por sem dúvida, uma monstruosa aberração! (Cf. *Documents de la Vie Intellectuelle*, 20 de novembro de 1929, p. 342 e seq.)

(1) « Em primeiro lugar há crises, ou antes, pseudo-crises, ocasionadas pelo próprio curso da vida e que se podem reputar inevitáveis. (...) Para explicar-lhes a aparição, basta lembrar que a sociedade, como todo organismo vivo, está sujeita a mudanças. Aspirações até então desconhecidas, abrem caminho, ora lenta e insensivelmente, ora irrompendo tumultuosas num súbito arremesso. Necessidades estranhas ás gerações precedentes, afirmam-se e reclamam solução. Fôrças de que ninguém cogitava, surgem e se vão disciplinando com maior ou menor docilidade. (...) Tudo isso gera um mal-estar que perdurará até o dia em que se tiver conseguido uma adaptação completa á nova situação. » Deploige, *La Crise de l'autorité. Doc. Cath.* 9 de janeiro de 1926, col. 68.

A do *pai de família* — é absoluta e até « des-
pótica » (no sentido escolástico que exclue a
idéa pejorativa) durante o período em que a
personalidade da criança se esboça apenas. Com
o correr do tempo ela se abrande e torna-se
« política » até á emancipação total do adoles-
cente. Se este abusar da liberdade que lhe foi
outorgada, será necessário o emprego de meios
coercitivos, afim de obrigá-lo a tornar à senda
do dever. Tal recurso, porém, não é e nem póde
ser um sistema ideal de educação, como não o
é tão pouco a casa de correção, sem embargo
imprescindível em certos casos (1).

As *classes populares* — ainda as mais hu-
mildes, são susceptíveis de um desenvolvimento
social que lentamente lhes modifica a natureza
da dependência. Antigamente, era a subordina-
ção dos escravos — — « escravos-natos (2) »

(1) « Os meios coercitivos externos podem ser úteis e até indis-
pensáveis. Tornam-se porém, nocivos se fizerem descurar o interior que
é o essencial. » (E. Mersch, *La Fonction de l'Autorité*, « Nouvelle Revue
théologique, » fevereiro de 1926, p. 89.)

(2) Charles Maurras atreveu-se a escrever isto:

« Quantos escravos-natos, conhecidos nossos, encontrariam a paz
no fundo dos ergástulos de onde estultamente os arrancou a história
moderna. (Chemin de Paradis, LXXX-VII).

Sem dúvida é o pensamento de Aristóteles que se acha exarado
nêsse tópico, senão vejamos:

« O trabalho do artesão e do lavrador, contrastando com a beleza e
o lazer, é indigno do cidadão, isto é do Grego por excelência. Talvez que
um dia a máquina venha a substituí-lo; mas por enquanto, é preciso
que seres inferiores trabalhem para a porção nobre da humanidade. A
natureza não descurou disso. Há homens naturalmente escravos, tão
inferiores aos outros como o corpo é inferior á alma e o bruto ao homem;
são instrumentos que, em virtude de uma selecção natural se acham ao
serviço da classe superior. Uma desigualdade nativa constitue a origem
da escravidão. Assim se explica a carência de direitos em certos indivi-
duos. »

rebaixados ao nível de « coisas » — os quais, devido, em grande parte, á influência da Igreja, se tornaram homens livres, dotados de direitos e, como os demais homens, puderam aspirar á felicidade.

Pelo tempo adiante, a civilização, impregnada de cristianismo, acentuou essa libertação extendendo-a á vida jurídica ou civil em toda a sua amplitude. Por êsse motivo, a obediência do povo teve algo de menos passivo e de mais alto-neiro. A razão penetrou o « porque » daquilo que a autoridade prescrevia, não para negar-lhe submissão ou obedecer com restricções, mas para sujeitar-se de melhor grado e assim render-lhe um preito de mais subido valor.

Em suma, a obediência tornou-se mais « humana »; penetrou mais profundamente o homem atingindo-lhe todo o ser. O progresso da civilização modifica, pois, a maneira de exercer a autoridade e, por uma consequência feliz que póde passar despercebida, a um exame feito pela rama, exalta a excelência da autoridade necessária.

A difusão do ensino, a imprensa, a convivência no quartel entre jovens de diferentes

duos, dado que o direito só existe entre iguais; êles não teem vontade própria, o querer sendo apanágio do senhor; o serviço restringe-se ao que fôr de utilidade para o amo. As relações entre o senhor e o escravo assemelham-se ás do operário com o instrumento de trabalho, ás da alma com o corpo. » (Citado por H. Schelpe, S. J., *L'Eglise, nos maux sociaux et l'ouvrier catholique*, p. 17).

A expressão de Aristóteles será, por ventura, mais pagã que a de Maurras? Pelo menos não incorre na balda de ter sido escrita após dezenove séculos de cristianismo.

classes sociais, as reuniões públicas, os agrupamentos sindicais, são outros tantos factores que, actuando sobre a inteligência, contribuem para a dignidade e altivez da obediência, nas massas populares (1).

Em verdade, não pretendemos negar que a obediência cega possa ser humana e razoável, visto que é, antes de tudo, um acto de merecida e afectuosa confiança naquele que ordena. Acreditamos, porém, tornar-se cada vez mais necessário, á autoridade, apresentar as credenciais e portar-se galhardamente no desempenho de suas atribuições, porquanto a obediência tende a obter a adesão activa, plena e directa da inteligência.

A autoridade politica — seja qual fôr o regime em que se exerça — deve atender a essas novas circunstâncias e mostrar-se realista, se quiser manter-se. A maneira de governar uma tribo selvagem difere do modo por que se governa um país de civilização adiantada. Em pleno século XX, não é exequível o emprego dos métodos em vigor na Idade Média, porque os organismos sociais são diferentes e diversas as disposições daqueles que devem obedecer (2).

(1) Cf. E. Mersch, *L'Obéissance fière*, "Nouvelle Revue théologique," janeiro de 1927, p. 36 e seq.

(2) « Sob pena de se tornar estreita, molesta, e romper-se como traje velho de criança em corpo de adolescente, a obediência tem que se adaptar á idade das nações como á dos indivíduos. Uma forma de governo perfeita ainda ontem, já hoje pode parecer intolerável, porquanto o presente é um germe e não um tornilho. » (Mersch, *L'Obéissance fière*, l. c, p. 46).

« O que constitue uma realidade actual e essencial — nota A. Giraud — é a consciência cada vez mais nítida que tem o povo de si

As mesmas observações podem aplicar-se á ordem económica. Não porque nela a autoridade deva ser atenuada: a importância progressiva das emprêsas, e o ardor da concorrência, a tornam mais indispensável que nunca. Porém, governar não consiste sómente em dar ordens — coisa relativamente fácil — governar é sobretudo obter o livre assentimento da vontade. Para tanto, cumpre levar em conta o despertar da consciência colectiva, provocado pelo maquinismo. Sob a pressão dos acontecimentos, o proletariado, cónscio de sua fôrça, pretende tirar partido de seus novos direitos (1).

Se, para prover à sua subsistência, o operário empresta a fôrça de seu braço, ou de sua

mesmo, de sua originalidade, de seu valor; a necessidade que sente de viver vida própria, de se elevar como povo, e participar como tal, no governo do país. » *L'Ecole Unique et la Démocratie politique*, 15 de fevereiro de 1928).

O Marechal Foch entendia que a autoridade militar também precisa de se conformar com as circunstâncias. Aludindo aos generais aliados diz: « Eu não podia dar-lhes ordens brutalmente. Isto não é modo de comandar, sobretudo a êles. Ninguém sabe o que poderia advir. Era preciso atendê-los, do contrário, ter-se-iam postado em atitude hostil. Sem que dessem pela coisa, eu os levava, aos poucos, a esposar as minhas idéas. Apresentava-lhes uma solução, mas não a impunha; ficavam satisfeitos e então esforçava-me por convencê-los. » (Cf. Ch. Bugnet, *En écoutant le Maréchal Foch*. p. 216).

1) Esse progresso humano de uma classe social modifica-lhe a situação no seio das emprêsas. « As exigências da equidade social — escrevia o cardinal Ratti — legitimam a competência provada de certos indivíduos e de certas classes destinadas a uma colaboração mais directa, de maior responsabilidade e ao mesmo tempo mais útil para a produção. Esse fenómeno já foi observado nos séculos precedentes quando as formas económicas inferiores foram substituídas por outras mais aperfeiçoadas e mais bem adaptadas á dignidade humana: êle se há de repetir ainda, no futuro. » (Pastoral do cardinal Ratti, arceb. de Milão e dos bispos da Lombardia. — *Doc. cath.*, 25 de fevereiro de 1922, col. 456).

inteligência, êle exige que o contrato e a regulamentação do trabalho lhe não sejam extorquidos pela fome. Aspira a poder discutí-los livremente: é esta a razão de agruparem-se em sindicatos (1).

Fenómeno desconhecido até a época actual. Verdadeira revolução que se opera ante nossos olhos, as mais das vezes distraídos. « O papel do patrão não terá talvez perdido de sua importância, porém, modificou-se. Em lugar de tratar os operários como crianças, como menores incapazes ou eternos pupilos, o patrão deve considerá-los como homens e esforçar-se por educá-los (2). »

(1) Evidentemente a criação dos sindicatos modificou o exercício da autoridade do patrão, imprimindo-lhe feição menos patriarcal. Não poucos chefes de empresas reconheceram a legitimidade dessa evolução sem se iludirem a respeito do abuso que o sindicato pode fazer de sua força. A título de exemplo, veja-se a orientação que dá o *Regulamento oficial* das oficinas de artilharia, no que concerne às relações entre directores e operários, ou sindicatos. « Nas suas relações com os operários ou seus delegados, o director não deve perder de vista que os sindicatos, de direito para os operários, podem converter-se em preciosos auxiliares da autoridade, com a condição de lhe ser facilitado o funcionamento, salvaguardando-se, embora, os direitos da mesma autoridade. » (Citado pelo tenente coronel Rimalho, na comunicação feita á Directoria de Estudos Sociais e Políticos, 16 de dezembro de 1929).

(2) Anatole Leroy-Beaulieu, *Le Règne de l'Argent*. "Revue des Deux Mondes," 15 de maio de 1895, p. 315.

« Seria mesquinho, injusto e prejudicial — escreve H. Peyerimboff — reduzir (a categoria) do trabalhador manual, ou dos pequenos empregados, ao simples papel de obediência mecânica, em troca do salário mensal ou hebdomadário. O pessoal tem o direito, ou melhor, o dever de se organizar livremente, para a defesa dos respectivos interesses, segundo os métodos e fórmulas que a experiência ou a tradição houver aconselhado. E' mister que o patronato reconheça de bom grado e definitivamente êsse direito e admita a colaboração operária em suas empresas contanto que as representações efectivas, designadas pelo pessoal, sejam construtivas e não destrutoras. » (*Organisation Economique et ses formules modernes*. "Revue des Deux Mondes," 15 de março de 1929, p. 445).

Aliás, o « autoritarismo social » supõe certa « filosofia patronal »:

« Filosofia positivista — diz Bayert — que acredita facilmente ser o governo do mundo uma questão de força e de interesse; que um sistema ditatorial, baseado em medidas policiais, é o que melhor convém ao povo; que este, hoje como outrora, por fim de contas só pede « panem et circenses », e com isto se dá por satisfeito; que todo esforço para educá-lo será sempre trabalho perdido e mais ou menos ridículo, por se inspirar em um misticismo algo pueril, dado que a massa não tem aptidão para ser educada, o que precisa é ser tangida. »

« Quem ousaria afirmar não ser essa a filosofia dominante em um determinado sector da política social, e que explica certas atitudes incompreensíveis, se dela abstrairmos? Enquanto imperar semelhante doutrina, é inútil tentar, entre as organizações profissionais uma aproximação votada ao fracasso, por ter que tropeçar num obstáculo irreductível, porquanto invisível: o que reside no próprio espírito. »

E concluimos com o eminente conferencista, de quem tomámos as seguintes linhas:

« O catolicismo, a antiga fé cristã não entrará triunfante no coração do operário moderno, senão no dia em que a acção católica se harmonizar com as aspirações do homem do povo a elevar o nível de sua condição, mediante um esforço educativo que tenda a desenvolver nêle o senso da iniciativa e da responsabilidade... E é aquí que a questão de método, a questão do espírito, que deve animar as obras sociais, assume toda a sua importância.(1)

E volvemos, assim, ao ponto central de nosso estudo sobre os métodos do apostolado popular,

(1) *Simplex Réflexions sur la psychologie Patronale et Ouvrière*, "Chronique Sociale de France," abril de 1929, pp. 259-260.

porque, se a acção social é indispensável a quem quizer se entregar, com fruto, a êste apostolado, o espírito que o vivifica é de igual relevância.

Que valor podem ter as instituições, se a mentalidade que as anima fere a susceptibilidade do povo, menospreza-lhe o grau de cultura e as possibilidades de progresso? Nêste caso, os esforços, a dedicação, a generosidade das idéas, correm o risco, pelo menos, de não ter nenhuma utilidade para conservar e difundir as crenças e a moral religiosa.

* * *

Paremos aquí. Em nossos dias impende, á autoridade, uma tarefa singularmente delicada. De todos os lados surgem indivíduos e colectividades cujo poderio aumenta de modo irresistível. Tal desenvolvimento, sendo a resultante do dinamismo humano, é inútil tentar embargar-lhe o passo, e, mais ainda, fazê-lo retroceder. Havia de ser o mesmo que reter uma torrente por meio de diques que seria mister elevar e reforçar incessantemente, afim de impedir o avanço das aguas. Baldado intento! O nível sobe... sobe... Dia virá em que a caudal represada, irrompendo fragorosamente, saltará o obstáculo e se despenhará na planície, impetuosa e devastadora, levando tudo de roldão, porque não souberam, a tempo, regularizar-lhe o curso, ou melhor, distribuir, judiciosamente, em canais de irrigação, a onda que então se teria tornado bemfazeja.

A' autoridade compete decidir. Temos o direito de esperar dela uma solução ousada e liber-

tadora, solução realista, que se não inspire sómente nas lições do passado, mas tome em consideração as novas circunstâncias que modificam os dados do problema (1).

Em vez de comprimir inútilmente energias irreductíveis que, entregues a si mesmas, subverteriam completamente a ordem social existente, deve educá-las, dirigí-las e regular-lhes o violento impulso. Deste modo, a autoridade vivificará o organismo social, em benefício de todos.

II. — Igualitarismo politico e social

A' concepção autoritarista, opõe-se directamente outra, quiçá menos sistematizada, antes em estado de tendência, e que qualificaremos de « Igualitarismo social e político. » Também ela, na opinião de seus aderentes, implica, no âmago, uma tese que se póde enunciar da maneira seguinte:

§ 1. A TESE

Em primeiro lugar cumpre relevar um facto tangível: a susceptibilidade desconfiada e cres-

(1) Solução ousada e libertadora — dizíamos. — De facto, na ordem moral, e com maior razão, em moral social, nada mais perigoso que a solução frouxa e indecisa. Apesar de insuficiente, ela acalma as consciências aparentemente inquietas acêrca do dever que lhes incumbe. Mas como se mostra vã e irrisória, aos olhos de pessoas bem avisadas !

Semelhante a uma diligência a que — em pleno século do automobilismo e da aviação, — se tivesse aplicado um motor afim de lhe dar ares de carruagem moderna !

cente do povo. Parte-se daí para se chegar a uma sorte de Direito novo.

O povo é soberano, proclamam todos á uma voz. A massa dos trabalhadores interpreta: o povo somos nós; e de bom grado crescente de si para si: « somos nós exclusivamente ». Soberanos em políticos, proletários na fábrica: Isto não pôde durar. »

E é em vão que se multiplicam as instituições destinadas a socorrê-lo. A finalidade benéfica dêsses organismos, sublinhando-lhe a dependência, humilha-o e provoca-lhe a repulsa.

Este sentir não traduziria, por ventura, o desconhecimento ou a violação de um direito? Por que razão o povo « proletário » não poderá tomar parte na direcção das emprêsas que lhe asseguram a vida, assim como participa no governo do Estado?

Por que não substituir as organizações de beneficência, onde êle recebe sem ter o direito de dar seu parecer, por outras que, dirigidas por êle próprio, lhe diminuiriam a dependência permitindo-lhe focalizar livremente o ponto de vista dos trabalhadores, sem correr o risco de se ver privado de um auxílio indispensável?

Dessas diversas premissas, em que o êrro vai de envolta com a verdade, os igualitaristas concluem ousadamente: Estamos em vesperras de uma revolução. A soberania política reclama logicamente a supressão lenta, porém radical, do proletariado e a igualdade das classes sociais. Por que os católicos não encabeçariam êste movimento irreprimível? Êle é conforme á doutrina evangé-

lica que exalta os humildes e corresponde ás íntimas aspirações das massas populares; além disto, dissiparia o funesto equívoco que separa a Igreja do povo.

§ 2. A CRITICA

De há muito, vimos insistindo no dever, que incumbe aos católicos, de tomarem a peito as preocupações das classes laboriosas. Tantas vezes temos ferido essa tecla, que nos achamos a gosto para reconhecer o que há de generoso e de plausível no ponto de partida do raciocínio acima mencionado. Nem por isso o perfilhamos na íntegra. E a razão é que, em sua parte positiva, se acha sub-jacente uma doutrina tão inadmissível como o Autoritarismo a que ela se opõe, a saber: o Igualitarismo irrestrito.

Não podemos aceitar semelhante doutrina, porque ela conduz a um nivelamento social absoluto e acaba por admití-lo ou implicá-lo; porque encobre, as mais das vezes, um formidável egoísmo colectivo e desconhece a complexidade do mecanismo social.

A. — Erro do nivelamento social

O direito natural — sancionado neste ponto pelas legislações modernas — legitima as aspirações do homem a um mais largo aperfeiçoamento pessoal, condicionado pelo direito do próximo, pela benevolência que lhe é devida, e assenta as

bases da igualdade jurídica, isto é, igualdade de todos perante a lei (1).

Mas a igualdade jurídica não postulará a igualdade civil e social absoluta, mediante a qual a primeira surtiria pleno efeito!

Seguramente não. A igualdade, entendida no sentido de identidade rigorosa das diversas classes sociais, identidade buscada e imposta — igualitarismo que evoca o leito de Procusto — implica, de facto, uma pavorosa tirania, por violentar a natureza, aliás sem êxito durável, porquanto, na frase de Leão XIII: « Contra a natureza, todos os esforços são baldados. Foi ela que determinou entre os homens diferenças múltiplas e profundas: diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de fôrças; diferenças necessárias donde brota espontâneamente a desigualdade de condições (2). »

(1) E' incontestável que a natureza de origem e de finalidade cria entre os homens uma verdadeira igualdade na ordem moral. Em seu *Motu próprio* contra o socialismo, Pio X relembra as palavras de Leão XIII, na encíclica *Quod apostolici muneris*:

« A igualdade dos homens consiste tão sómente em que, tendo todos a mesma natureza, são todos chamados á mesma altíssima dignidade de filhos de Deus, e ao mesmo tempo, um fim único e comum, sendo proposto a todos, cada qual será julgado segundo a mesma lei afim de obter recompensa ou incorrer em castigo, de acôrdo com o seu mérito ou demérito. »

(2) Leão XIII, encícl. *Rerum Novarum*.

E ainda o mesmo Pontífice:

« Assim como Deus determinou que, no próprio reino dos Céus os côros dos anjos fossem distintos e subordinados uns aos outros; assim como estabeleceu na Igreja diferentes graus de ordens com a diversidade das funções, afim de que todos não fossem apóstolos, nem todos doutores, nem todos pastores, assim também constituiu na sociedade civil, várias ordens diferentes em direito, dignidade e poder, afim de que o Estado, como a Igreja, formasse um só corpo composto de

Em suma, o igualitarismo social é mera utopia. Sem embargo, a distância que separa os diversos grupos sociais tende a reduzir-se, mercê da mútua compenetração — notavelmente acentuada depois da guerra de 1914 — e da assimilação que dela resulta (1), mercê também das correntes democráticas que favorecem a ascensão das massas (2).

Uns se arruinam e por isso mesmo decaem, ao passo que outros se elevam acima da primitiva esfera. A tendência a uniformizar as condições da vida e dos costumes, impulsionada pelos

grande número de membros, uns mais nobres que outros, porêm todos necessários uns aos outros e ciosos do bem comum. » (Encicl. *Quod apostolici*).

« Haverá sempre individualidades a quem o nascimento, a riqueza, a cultura intelectual ou moral, conferem grande autoridade no seio da sociedade. » (Encicl. *Graves de communi*).

(1) A compenetração das classes não data de nossos dias. Seria erro supô-lo. Quando dos Estados Gerais de 1614, o tenente civil de Mesme declarou, certo dia, ao rei « que êle se comprometia a extrair do Terceiro Estado, a quarta parte da nobreza, e que a quarta parte do Terceiro Estado, provinha da nobreza. » A situação respectiva das duas ordens — ajunta o historiador de quem colhemos este asserto — era com efeito assaz complicada: « Mais de um deputado da nobreza, mormente no sul do país, pertencia às famílias municipais e não aos troncos feudais, ao passo que muitos deputados do Terceiro Estado, possuíam privilégios nobiliárquicos. » (H. Martin, *Histoire de France* t. II, p. 21).

(2) Na verdade, « sempre haverá ricos e pobres. Quer dizer que isso justifique o acúmulo de capitais fabulosos, em frente de uma lamentável miséria? A noção cristã da igualdade, onde se nota um cuidado tão atento em não abalar a sociedade, põe, ao contrário, a consciência do crente em guarda contra a imoralidade de certas desigualdades desmedidas, nos haveres. Ela incita a reduzi-las, sem todavia autorizar a esperança de suprimí-las de todo. E' essa mesma maneira de encarar a igualdade, que anima — quando pacífico e moderado — o movimento ascensional a que naturalmente aspiram as massas e que recompensa o esforço e o mérito. Toda civilização é uma lenta elevação... » (*Revue Apologétique*).

progressos da civilização material, é tão patente que é lícito inquirir se a noção de classe não caducou (1).

Não obstante, é certo que o igualitarismo ultrapassa os factos, e desconhece o real em detrimento da própria humanidade a quem pretende servir, porquanto nêle impera o número com prejuízo da qualidade e do valor.

Em política, o Pe. Lemire denominou-o « le barème de l'injustice, (2) » por parecer estranho que o número domine unicamente porque é número, e não porque se presuma ser êle a expressão do direito; é ainda estranho que o número pretenda identificar-se com a autoridade quando êle não a cria, porém, tendo-a recebido de Deus, na qualidade de corpo social, transmite-a pura e simplesmente aos chefes que designa ou aceita.

« Na família — escreve o Pe. Marsch — a criança atingirá um dia tal desenvolvimento, que virá a ser homem ao mesmo título que seu pai e, neste caso, a obediência já não tem razão de ser. Ao invés, na sociedade civil, os cidadãos tomados individualmente, por mais atinados que sejam, no que concerne ás necessidades sociais, jámais chegarão a identificar-se com o organismo que encarna a unidade colectiva: a multiplicidade, como multiplicidade, não pode constituir a sua própria unidade. Entre gover-

(1) Todavia, não exageremos. Nunca, como em nossos dias, o luxo se ostentou de modo tão provocante, aos olhos de uma multidão de trabalhadores cada vez mais consciêntes das dificuldades da respectiva situação, e que se rebelam contra a insegurança do dia de amanhã, cuja ameaça se transforma, para êles, em verdadeira obsessão.

(2) « Le nombre sera-t-il pour vous un barème exclusif et suffisant ? Le nombre, c'est le barème de l'injustice. » (J. O., 19 de março de 1913).

nantes e governados, a distinção pode variar de modalidade e de grau, mas permanece indestrutível. O que deve diminuir é a distância que medeia entre ambos(1).

Mas, para não degenerar em anarquia, essa aproximação gradual presuppõe, na massa, uma educação da inteligência e da vontade. Trabalho de largo fôlego, que se opera no íntimo das almas, porquanto:

« E' uma ilusão acreditar que numa sociedade humana, qualquer que seja, a ordem e a unidade possam realizar-se espontaneamente, sem nenhum constrangimento. Onde houver homens, sempre haverá vontades divergentes que cumpre harmonizar, vontades rebeldes que importa reduzir. Não é possível lograr-se tal coisa, sem a actuação de uma energia dominadora que se exerça de cima para baixo, em nome de um direito superior. »

« E' uma ilusão esperar que a função governamental possa ser reabsorvida, um dia, pela massa dos governados, limitando-se a autoridade a registar as opiniões e as aspirações individuais, afim de deduzir as consequências, tal um termómetro eficaz e inteligente. Não, o seu papel é positivo, progressivo, criador. Ela deve tomar iniciativas e assumir responsabilidades, senão desfalecerá. »

E com ela a sociedade inteira !

« E' uma ilusão considerar os detentores do poder como mandatários do povo. Um mandato é, por sua natureza, sempre revogável e justifica a intervenção do mandante, na gestão dos negócios. Tal asserto foi, com efeito, sustentado. Mas a crónica das assembleas parlamentares mostra aonde vai dar a lógica desta concepção. Ainda que não chegue ás últimas consequências, ela se evidencia

(1) "L'Obéissance fière" (*Nouvelle Revue théologique*, janeiro de 1927).

sumamente nociva. As contínuas e paralizantes intimações ao executivo, de que o legislativo se tornou useiro e vezeiro, constituem um dos mais incontestáveis perigos do regime parlamentar(1). »

Os patrões, com razão, temem essas intempestivas e paralizantes intimações. Um soviete de fábrica é incapaz de assegurar o bom andamento de uma empresa moderna de grande envergadura. Cada qual no seu ofício; do contrário, teremos a anarquia.

E' mister uma autoridade que saiba impor-se (2).

Mas então nunca será dado aos trabalhadores emitir o seu parecer, naquilo que directa ou indirectamente os interessa, ainda quando o possam fazer de modo competente? Quem ousaria negar-lhes este direito (3)?

H. Peyerimhoff declara ser vantajoso consultar o trabalhador, não sómente para convir

(1) Paul Archambault, *Réalisme Démocratique* ("Politique," 15 de abril de 1927, p. 503).

(2) O próprio regime bolchevista teve de admitir essa necessidade. O periódico *Le Temps*, em 11 de setembro de 1929, comunicava um decreto da junta executiva de Moscou, ordenando « que se suprimisse todo vestígio de direcção colectiva na fábricas » e fosse « observado o princípio da autoridade *ditatorial* do chefe, único responsável, nos limites das instruções que tiver recebido das autoridades superiores. »

« E' formalmente proibido aos sindicatos operários, ás células comunistas e ás organizações locais do Partido intrometerem-se na direcção das fábricas; a sua colaboração deve restringir-se em manter a ordem entre os trabalhadores. »

(3) « A ordem de justiça, que faz convergir para o bem comum, a função de cada classe social, é geralmente um papel de coordenação e não de superposição. A imagem da pirâmide só convém á ordem baseada sobre o direito da fôrça e de modo algum á ordem social cristã. » (La Tour du Pin, *Association catholique*, outubro de 1901, p. 303).

do salário, mas em tudo o que concerne ás condições do seu labor: as garantias, a hygiene, a habitação, as aposentadorias, as instituições sociais, a formação profissional, as diversas obras de cultura ou de beneficência, etc. (1)

Seriam para censurar os trabalhadores que, ligados a uma emprêsa, pela necessidade de ganhar a vida, e percebendo míseros salários, reclamassem um árbitro imparcial para denunciar uma renda exagerada do capital, obtida em detrimento dêles, operários?

Ou ainda se sugerissem, êles próprios, melhorias técnicas que redundassem em benefício comum?

E' indubitável que — no concreto — se torne extremamente melindoroso manter o equilíbrio entre as aspirações ou reivindicações populares e as necessidades práticas daqueles que teem o leme. O que, porêm, não padece dúvida é que o Autoritarismo, onde quer que se ache, erigido conscientemente em sistema, conduz fatalmente á desordem; e que o Igualitarismo, aquí

(1) *L'Organisation économique et ses formules modernes*, "Revue des Deux Mondes", 15 de março de 1927, p. 448.

« E' mister conceder gradualmente aos operários — declara também o Episcopado Norte-Americano — uma representação mais ampla no organismo denominado, pelo grupo inglês de patrões « Quakers, » a parte industrial da Direcção dos negócios: verificação dos métodos e dos instrumentos de trabalho, natureza da produção, ajuste e despedida do pessoal, horas de trabalho, taxas do salário, condições favoráveis do mesmo, ordem nas oficinas, relações com os organismos operários, etc. A criação das juntas de oficina que colaborem, sempre que fôr possível, com a organização operária, tal é o meio sugerido por esse grupo de patrões, para que se dê ao pessoal a parte que lhe toca, na direcção da emprêsa. » (*E. C.*, 11-18 de outubro de 1919, p. 473).

visado, dissimula uma forma de Autoritarismo demagógico, pelo menos tão pernicioso como qualquer outro.

B. — *Egoísmo colectivo*

Há pouco, deixámos consignada uma crise de autoridade. Não obstante, um exame mais atento, nos levaria á convicção de que *nunca a obediência contou tão grande número de adeptos e de devotos*. Mas a autoridade que êles exaltam é a que lhes reflecte os próprios sentimentos, lhes objectiva as aspirações pessoais, lhes concretiza o ideal e lhes salvaguarda os interêsses. A esta tão só, êles se entregam livremente.

E aí temos uma das características de nossa época.

A juventude se mostra sedenta de autoridade, porém, de autoridade de sua livre escolha. Ela se entrega de boa mente, mas repugna a ser captada. Jàmais admitirá o chefe que se impõe brutalmente sem justificar seus títulos, sem se esforçar por se fazer compreender. (...) De alto a baixo da escala social, nota-se o mesmo anseio de organização, a mesma necessidade de disciplina, o mesmo amor á obediência. (...) Tal operário terrivelmente individualista se dará de corpo e alma á sua centuria de juventude comunista e fará timbre em desfilar, com impecável aprumo, nas hostes da guarda rubra, quando não fôr distribuir á porta dos quartéis « folhetos » antimilitaristas e excitações á revolta (...) Qual será o partido político que, aos olhos da mocidade, gozará de maior prestígio? Indubitavelmente, o mais disciplinado, o que tiver autoridade incontestável. *Fascistes du Nouveau Siècle*,

Jeunesses Patriotes, Camelots du Roi, todos á porfia, se organizam enérgicamente. A vitória sorrirá ao que exigir maiores sacrifícios (1).

Estranho paradoxo ! Hoje, que cada qual se entrega ao chefe de sua escolha, como jamais ninguém se entregara, é essa mesma obediência « deliberada » que produz a crise de autoridade, por fraccionar a massa dividindo-a em partidos cuja fragmentação, muitas vezes, corre parelhas com uma consciência mais nítida e mais profunda que teem os indivíduos, dos próprios interesses e da própria personalidade (2).

Outrora, a falta de unidade provinha principalmente das rixas entre senhores feudais, e da maneira insofrida por que êles suportavam a tutela ducal ou real. A arraia miuda tomava das armas e esposava a pendência do castelão, sem ter a menor idéa de que as coisas pudessem ser de outra forma. As divisões eram, pois, o feito de alguns príncipes poderosos. Hoje, o caso é diverso; o país é uno, mas os partidos subsistem em maior número. O desmembramento, não do território, mas da opinião política, procede menos das camadas superiores que das classes populares: consequência normal do impulso democrático que se intensifica dia a dia. Nisto consiste a novidade.

Não é intento nosso censurar a aparição

(1) V. Dillard, *Etudes*, 5 de novembro de 1927.

(2) O mesmo fenómeno diminue o número de cristãos de rotina e aumenta a proporção dos de fé reflectida e pessoal. (Cf. *Politique*, 15 de abril de 1927, p. 199).

e o desenvolvimento de fenómenos naturais a uma civilização em marcha, nem tão pouco estranhar que uma educação mais adiantada leve os indivíduos a se preocuparem com seus interesses particulares.

Conjugar os esforços com o fito de alcançar um bem de que todos serão partícipes, prosseguir de comum acôrdo na realização do mesmo ideal: que póde haver de mais justo e de mais natural?

Foi essa sociabilidade que deu origem aos Estados, ás organizações profissionais, e a todo genero de associações. No sentir da Igreja, o princípio em que se inspiram tais agrupamentos é absolutamente legítimo (1).

E, mais ainda, por vezes êle aparece como o único meio de impedir a injustiça. Como reduzir certas tiranias, reprimir-lhe o poder de causar dano a outrem, senão pela conjunção dos esforços daqueles que, isolados, seriam fatalmente vítimas da prepotência e do arbítrio?

(1) « E' fóra de dúvida que, na esfera política, póde haver matéria para legítimos dissentimentos e, com a reserva dos direitos da justiça e da verdade, que é lícito intentar a aplicação prática das idéas que se julgam mais conducentes ao bem geral. » (Leão XIII, encícl. *Sapientiae Christianae*).

« A experiência quotidiana que tem o homem da escassez de suas forças o induz a recorrer á cooperação estranha. (...) Dessa progressão natural (...) procede, em primeiro lugar, a sociedade civil, depois, no seio desta, outras sociedades que, por serem mais restritas e imperfeitas, nem por isso deixam de constituir sociedades verdadeiras. » Aos operários « assiste o direito de se unirem em associações, para a defesa de seus interesses respectivos; a Igreja favorece tais agremiações e elas são conformes á natureza. » (Leão XIII, encícl. *Rerum Novarum*).

Assim, aos poucos, a sociedade se organiza em um sistema de forças equilibradas e prepara uma era em que todos colaborem de modo eficaz para o bem comum (1).

Mas êsse ideal a que importa tender não deve fazer descurar as dificuldades do presente, bem como a organização internacional do mundo futuro não permite licenciar os exércitos, antes que todos os povos se tenham tornado pacíficos, ou tenham sido colocados na impossibilidade de prejudicar os vizinhos.

Ora, o equilíbrio das forças sociais que assegura actualmente uma paz relativa, se bem que precária, oculta muitas vezes, de uma e de outra parte, um individualismo feroz, um egoísmo extremamente perigoso, porquanto colectivo (2).

(1) O sistema que preconizasse, como ideal, o equilíbrio de poderes, quer em sociologia, quer em política nacional e internacional, quer em economia seria passível de uma severa crítica. E' um programa inteiramente negativo: a solução justa que a Igreja não cessa de aconselhar se acha na colaboração de todos para a prosperidade e bem-estar de cada um.

(2) De alguns anos a esta parte, vem-se falando muito de colaboração entre patrões e sindicatos operários. (Cf. os bem documentados artigos que apareceram no *Correspondant*, com a firma de J. Bertelot, em 10 de julho de 1929 e seg., e *Standards*, de H. Dubreuil, Grasset, 1929). Este programa é exactamente o dos sindicatos católicos.

Até entre os dirigentes da C. G. T. se esboça uma tendência — aliás pouco acusada — no mesmo sentido. Alguns dêles buscam por-se em contacto com os representantes dos patrões, visando a um contrato colectivo. Por seu lado Robert Pinot desejava tais entendimentos. Convidado expressamente para uma entrevista, chegou a firmar com os chefes operários da metalurgia um contrato onde era admitido o dia de oito horas (medida que a lei devia tornar obrigatória, poucas semanas mais tarde).

O êxito obtido tornou-lhe mais amarga a recepção hostil que lhe fizeram os operários, que não ratificaram o acôrdo assinado por seus mandatários. Com efeito, os elementos extremistas denunciaram os

O Igualitarismo, tal como alguns o entendem, não está isento do espírito de luta; pelo contrário, é um meio de que êles se servem para se assenhorear do poder. Se conseguirem o seu intento, é de temer que organizem a sociedade em proveito do respectivo partido e da classe respectiva (1).

Mas, fôrça é convir, entre os adeptos do « Autoritarismo político e social, » muitos consciente ou inconscientemente não fazem outra coisa. Não se poderia comparar uns e outros a ousados corsários que pretendessem assegurar a

chefes dos sindicatos, como estando de conivência com os patrões, de terem traído a classe operária, e lançaram-lhes em rosto o « crime de colaboração. »

« Nada de contratos, de acôrdos ou de pactos — dizia outróra Williams Bayard aos sindicalistas ingleses — são alianças ímpias que devem ser execradas como traições, quando se efectuam com a classe capitalista. Para alguns esta senha ainda continúa em vigor.

Infelizmente, devemos confessá-lo, semelhante hostilidade não é sómente imputável aos trabalhadores. Existem agrupamentos patronais que recusam sistematicamente todo entendimento com os representantes dos sindicatos, ainda católicos. Tais práticas se lhes antolham como um reconhecimento do direito sindical.

« Cada vez que vos concedemos uma entrevista — escrevia recentemente um representante de importante firma industrial — é apenas para vos fazer scientes das decisões da organização patronal, (...) não admitimos o direito de discussão. » (Cf. *Inform. soc.*, 22 de abril de 1929).

Evidentemente, é isto um método. Mas a questão é de saber se êle se adapta ás exigências da hora presente. Acaso será favorável á colaboração das classes? Aí é que bate o ponto.

(1) Consequência do materialismo histórico ! O direito é apenas uma questão de força. Atualmente o burguês é o mais forte e disso se aproveita — dizem os operários, e muita gente lhes dá razão. Mas que os papeis venham a se inverter, os operários farão outro tanto. Se, mercê de suas organizações, êles conseguirem subir ao trampolim, não

liberdade dos mares, cada qual a seu talante?

A doutrina cristã é infensa a todo individualismo, qualquer que seja: de pessoas isoladas ou de agrupamentos, ao passo que as doutrinas autoritaristas e igualitaristas encobrem, as mais das vezes, colectividades rivais, disciplinadas, coerentes, em razão mesmo da divergência de interêsses e, surda ou declaradamente, em estado de permanente hostilidade. A despeito da denominação, por vezes falaciosa que ostentam, uma e outra ambicionam o benefício particular que lhes poderia advir de uma ditadura.

Tais egoísmos colectivos são de todo em todo contrários ao ideal da moral cristã. A êsses reparos que já por si tornariam suspeito o « Igualitarismo político e social, » acrescentemos ainda êste: suas pretensões unilaterais o induzem a perder de vista a complexidade da técnica dos negócios.

há dúvida que por sua vez ditarão a lei aos burgueses. Para corroborar o nosso asserto, aí está a Rússia soviética.

Assim, os partidos que segundo o cardinal Ratti, são inevitáveis e legítimos, tornam-se repreensíveis quando cessam de se interessar pelo bem comum e de se inspirar nos princípios cristãos. « Assim como ninguém ousaria emitir a pretensão de ser infalível, nas coisas contingentes, assim é natural que se produzam divergências, entre os que tendem para o bem comum. Daí procedem os partidos, porêem estes degenerariam em facções se, perdendo de vista o bem comum, preferissem o interêsse particular de certos indivíduos, ou de certas classes, em detrimento das demais; ou ainda, o que seria mais funesto, se combatessem os princípios cristãos, que constituem, para a família humana, a melhor garantia de paz e do progresso. » (Pastoral de S. Em. o cardinal Ratti, arcebispo de Milão, e dos bispos da Lombardia. D.C., 25 de Fevereiro de 1922, col. 455).

C. — Olvido das complexidades económicas

A demagogia, que caracteriza, quasi fatalmente, as pretensões igualitaristas, pode levar ao descuido de certos factos e de certas leis, mormente da importuna questão do preço líquido.

Não se ouvem, por vezes, reivindicações pelo menos prematuras? Ainda quando legítimas, nem por isso são susceptíveis de immediata realização. Se um maquinista se pusesse a determinar a velocidade que poderia dar a um trem, ignorando-lhe a extensão e o pêso, a resistência e a fôrça da locomotiva, a qualidade do combustível e os meandros do percurso, bem como a posição dos sinais, que idéa formaríamos de tal indivíduo?

Pois bem, quantos teóricos da questão social poderiam ombrear com êste surpreendente mecânico! Preocupados unicamente em satisfazer as aspirações populares, cada qual redige o seu programa de realizações immediatas, sem levar em conta os direitos adquiridos e as possibilidades das emprêsas (1). Soluções arbitrarias que, além de prejuízo que causam ao capital, arriscam prejudicar também aos próprios trabalhadores.

(1) « E' preciso afastar da democracia cristã outro agravo — declara Leão XIII — a saber, que zela de tal modo os interesses das classes populares que dá a impressão de não curar sufficientemente das demais; entretanto estas não são de menor utilidade para a conservação e progresso do Estado. » (Encicl. *Graves de communi*).

De facto, « cumpre notar que, se a redução dos dividendos e benefícios dos chefes de emprêsas ultrapassar certos limites, os interêsses dos operários achar-se-ão comprometidos, porque essa perda excessiva desanima o pessoal dirigente e priva as emprêsas do concurso dos capitais (1) », de que ela não pode prescindir. Não sacrifiquemos a galinha de ovos de ouro.

Quer isto dizer que uma emprêsa não poderá evitar a quebra, senão descurando as justas reivindicações operárias? Seria mister comprová-lo, porque não se deve exagerar o perigo de falência.

« Que eu saiba — escrevia, em 1902, Paul Bureau — nunca jâmais se deu o caso de uma emprêsa se ver forçada á liquidação, pelo excesso das pretensões sindicais (2). »

Não há muito, Pierre Bayart, cuja competência é universalmente reconhecida, consignava, em uma conferência á secção da U. S. I. C., de Roubaix (17 de março de 1929), a opposição injustificada « dos patrões e das classes conservadoras »: « Não há, por assim dizer, um só dos melhoramentos realizados, pelo menos antes da guerra, que, — a dar-lhes ouvidos — não devesse acarretar, a breve trecho, a ruína total da indústria (3). »

(1) *La politique syndicale et les problèmes économiques*. (Doss. de l'A. C., outubro de 1925, p. 15).

(2) *Le Contrat de travail*, p. 260.

(3) *Simple réflexions sur la psychologie patronale et ouvrière*, "Chron. soc. de France, abril de 1929, p. 260.

A verdade se acha entre os dois extremos.

Outrora, « a indústria era mais ou menos uma empresa familiar; as relações conservavam, entre si, um carácter pessoal e os problemas eram prontamente resolvidos. » A necessidade de uma organização autónoma operária ainda não existia.

Com o tempo, sob o impulso do capitalismo, em vias de desenvolvimento, o carácter familiar da empresa se foi esvaecendo até desaparecer de todo. Consequência da aglomeração dos trabalhadores nos arredores da fábrica, isolando-os das demais classes, consequência também da concentração dos capitais e do progresso da cultura nas massas populares.

O patrão participa, por assim dizer, das dificuldades e responsabilidades sociais de um chefe de Estado: efectivamente não tarda em seguir-lhe as normas.

« Quando um homem tem ás suas ordens milhares de operários, além dos contra-mestres, técnicos, engenheiros, que lhe povoam as oficinas e escritórios, quando, sobretudo, êle possui a faculdade de modificar as condições sociais e, quiçá, políticas, de seu tempo, quer pela orientação que imprime aos negócios, quer pela concentração dos capitais que realiza, é evidente que tal homem revela uma superioridade nova, que o constitue, no sentido amplo da palavra, *princeps artificum*, porquanto se diferencia, essencialmente, de tudo o que não é êle próprio.

« Dizer que êsse patrão moderno foi promovido a *patriarca* seria, a nosso juízo, desconhecer-lhe a verdadeira natureza. Mais facilmente poderia ser considerado como um senhor feudal, senão como um imperador; por-

que, se a antiga oficina constituia uma grande família, a fábrica moderna assemelha-se a uma cidade em pequeno(1). »

Cidade em pequeno ! Também a fábrica está sujeita ao desenvolvimento e às transformações das cidades modernas, e os indivíduos aí se grupam e se organizam de acôrdo com os respectivos interêsses. *A emprêsa pessoal cede o passo às emprêsas colectivas*, tais como já existem nas companhias ferroviarias, lavras de minas, etc. Nêssas emprêsas, o patrão — como de justiça — continúa a ser o detentor da autoridade; esta, porém, se acha modificada. O chefe procede menos como potentado, que como incumbido de um serviço público (2), investido, em razão mesmo da em-

(1) Pe. Valensin, *L'injustice dans les relations dérivant du travail*. ("Sem. soc. de Toulouse," 1921, p. 143).

(2) « Auras novas » da política bafejaram também a fábrica e, ad instar das instituições públicas, as instituições operárias tendem a se « democratizar, » escrevia já em 1895 Anatole Leroy-Beaulieu. « E' mister depormos o scetro patronal — dizia-me um patrão de Reims — é mister que as organizações patronais se transformem, pouco a pouco, em associações operárias. » Ainda uma realeza que se despede !! E' uma verdadeira revolução que se opera ante nossos olhos, as mais das vezes distraídos. Caixas de socorros mútuos, de aposentadorias, económicas, enfim, todas as instituições fundadas pelos dirigentes das emprêsas, em benefício dos operários, tendem a passar das mãos dos patrões para as dos empregados. Os chefes se vêem constrangidos a abdicar, ou, se conservam ainda iniciativa, daqui a pouco tempo não lhes será mais possível assumir a direcção. O papel do patrão não terá talvez perdido sua importância, porém modificou-se. Em lugar de tratar os operários como crianças, como menores incapazes e eternos pupillos, o patrão deve considerá-los como homens, esforçar-se por educá-los, por habituá-los a prescindir de sua direcção, afim de que êles se governem por si mesmos. E convenhamos, é esta uma mui nobre missão a que — cumpre notá-lo — uma companhia se presta mais facilmente que um patrão individual. » (*Le Règne de l'argent*, "Revue des Deux Mondes" 16 de maio de 1893, p. 316). Assim, as organizações sociais, de carácter patronal, das emprêsas pessoais, e aquelas em que a direcção se acha nas mãos dos operários, apresentam-se como dois aspectos de uma mesma evolução social.

prêsa, de uma função social que êle deve desempenhar de modo competente, sob pena de ter de passar o cargo a outro mais hábil.

Mas a fórmula das exigências do bem comum não se encontra facilmente. Se a renda do capital é insuficiente, êste se retrai; se as obras sociais não correspondem ao que requerem as delicadezas e necessidades de uma mão-d'obra mais consciente de sua dignidade e de seus direitos, (1) o rendimento ressen-te-se do descontentamento dos operários. Se houver negligência em introduzir os melhoramentos indispensáveis, para diminuir o preço líquido de uma tonelada de carvão, de um quilovátio, de um quilómetro de carril, o encarceramento da vida nacional impressiona a opinião pública, a tal ponto que o próprio Estado se inquieta com isso.

Em suma, a vida da emprêsa e a vida da sociedade transformam-se paralelamente. No seio da nação, os partidos surgem e se fraccionam; no interior da fábrica, a conciliação de interêsses divergentes torna-se, dia a dia, mais difícil (2).

(1) « A indústria moderna — diz a *American Federationist*, de julho de 1925 — é uma vasta associação cujo fim específico é prestar á humanidade, os serviços de que ela não póde prescindir. A indústria ferroviária existe, porque a civilização actual necessita de meios de transporte. Ora, nêssa indústria, notam-se dois grupos gerais de accionistas: os operários, cêrca de dois milhões, que colocaram nela o seu único capital — a própria vida; o segundo grupo consta de uns cem mil accionistas que aí puseram o sobran-te de seus dólares. » (Citado por H. Dubreuil, *Standards*).

(2) Outrôra, o rendimento do capital era, por assim dizer, o único cuidado do industrial. Hoje, com o aparecimento da emprêsa colectiva, a situação se complica em proveito do trabalho e de tal sorte, que o

As relações internacionais ampliam-se e fazem perder a cada sociedade algo de sua autonomia, de seu absolutismo individualista. A complexidade e a solidariedade crescentes dos interesses particulares desenvolvem e complicam indefinidamente a função social do chefe de empresa.

Se a função social toma um tal incremento, é preciso convir em que, *na organização da fábrica, existem diversos períodos*. Não é possível realizarem-se no centro africano, por exemplo, as comodidades e instituições exequíveis sómente nas grandes cidades modernas. Do mesmo modo, a autonomia das associações e agrupamentos operários não apresenta idêntico grau de utilidade e necessidade numa pequena oficina ou numa empresa vultuosa cujo patrão faz apenas o papel de gerente.

« Se, em uma sociedade anónima que utiliza dez ou quinze mil operários, a delegação sindical é o único meio de pôr em contacto empregadores e empregados, para discutir as bases de um contrato de trabalho, o mesmo não se dá nos estabelecimentos cujo pessoal é notavelmente menor. Nêste caso, o sindicato operário não parece, á primeira vista, tão necessário(1). »

empresario, para quem o accionista anónimo está mais distante e menos organizado que a mão-d'obra, é induzido a conceder a esta, para o bom andamento dos negócios e por seu próprio interesse, parte do benefício dantes reservado ao capital.

(1) Pe. Guitton, S. J., *Léon Harmel*, t. II, p. 53.

Em um estudo sobre os conselhos de empresas, na Alemanha, lê-se o seguinte:

« Nas fábricas situadas no campo, as relações pessoais entre patrões e operários, por serem directas e familiares, parecem excluir a necessidade de delegações que se interponham entre elas. (*Bull. du Min. du Trav. belge* 1926, p. 104).

Exprimindo-se por êste modo, o historiador de Léon Harmel não pretende diminuir a importância do sindicato, na organização das profissões. Nêste particular — importa não olvidá-lo — o autor é francamente afirmativo e não trepida em concitar os católicos a aderir aos sindicatos de inspiração cristã(1). Mas, ao mesmo tempo, considerando esta ou aquela empresa determinada, dá a entender *que para estabelecer e manter nelas boas e cordiais relações entre patrões e operários*, a intervenção sindical nem sempre é necessária; isto depende das circunstâncias e da modalidade da empresa.

Negar tal coisa não seria fechar os olhos á evidência?

« Para temperamentos diversos, remédios diferentes. Estabelecidos, segundo o tipo tradicional das economias familiares, a pequena exploração agrícola, os ofícios de menor monta e a pequena indústria, podem continuar a resolver, por sua própria conta; o problema de autoridade, em quanto se mantiverem nêsse ambiente de família, que proporcionou tantos dias felizes ao antigo mister. Porê, tal solução surtiria o mesmo efeito, se aplicada pelos 160.000 accionistas da « Stal corporation, » aos 275.000 operários que fazem da colossal firma americana a « cidade em pequeno », de que há pouco falava o Pe. Valensin? »

« Entre a empresa infinitesimal e a desmesuradamente grande, existe toda uma gama de empresas intermédias. Aonde irão buscar a fórmula do seu regime interno? No *espírito de família*, ou no *espírito de sociedade*? A primeira conduziria a essa espécie de autoridade que

(1) Pe. Guittou, S. J., *Pour collaborer*. Ed. Spw. 1930.

Le Play qualificou, mui apropriadamente, « Patronato. » Todos nós conhecemos e eu conheço actualmente, empresas consideráveis a que tal prática, exercida com tino e desinterêsse, continúa a proporcionar uma inegável tranquilidade.

Comprovamos o nosso asserto com o exemplo do próprio Ford e de seus 30.000 operários. Mas êsse exemplo nos adverte que a solidariedade moral-social, encarnada no Patronato, não se julgou diminuida por se desdobrar em uma solidariedade paralela, no terreno económico. Acreditar em tal não é implicitamente admitir a segunda fórmula ? (1)

Esta última consideração põe em foco a *inevitável corrente que impele as instituições sociais, para uma mais ampla autonomia da classe operária.*

« Se, na indústria, os trabalhadores mostram uma attitude mais favorável, relativamente ao serviço social, é porque se vão convencendo, cada vez mais, de que as obras sociais instituidas em benefício dêles constituem, não uma esmola feita por comiserção, porém, um direito que lhes confere a sua contribuição para a prosperidade da empresa.

Assim como os habitantes de uma cidade gozam de boa mente das distrações que lhes oferecem os parques públicos, e não creem que a frequência dos mesmos redunde em quebra da sua dignidade, assim também os operários se vão capacitando de que podem aceitar, sem *desaire*, as facilidades especiais proporcionadas pelos patrões, ou por associações de beneficência, porquanto, directa ou indirectamente, êles contribuíram para criar as *riquezas* necessárias á manutenção de tais instituições

(1) *Ps. Danset S. J., L'autorité dans l'entreprise. "Semaine Sociale de Lyon," 1925, p. 341.*

sociais. Com efeito, quando os empregadores fundam obras destas, a despesa que elas acarretam é normalmente coberta pelos recursos gerais da empresa, cuja prosperidade é, em parte, devida á contribuição operária(1). »

Aí temos, ao vivo, a mentalidade e as instituições sociais, em vias de uma lenta transformação. De familiares que eram, tornam-se profissionais e exclusivamente operárias. O *pater-nalismo* converte-se em *associacionismo*, como dizia Léon Harmel, que soube discernir com tanta perspicácia as necessidades de seu tempo.

O grande industrial imprimiu, consequentemente, á sua caridade, um cunho antes fraterno que paternal. Despertou a iniciativa de seus operários, associou-os á gestão das obras que estabelecera, para a educação profissional e a mútua assistência.

Por várias vezes rebentaram conflitos violentos e greves sangrentas, em regiões onde, todavia, um patrão havia dado fartamente para obras filantrópicas. Após as jornadas revolucionárias de Montceau-les-Mines (1884), Léon Harmel emite o juízo seguinte:

« Em favor da população manufatureira, o patrão não cessara de fazer sacrifícios dos mais onerosos e engenhosos; mas os operários foram postos á margem dessas admiráveis instituições (...) A nosso ver, o movimento revolucionário de Montceau não teria sido levado adiante com tanta facilidade se as associações beneficentes tivessem posto um termo ao isolamento funesto em que viviam os operários(2). »

(1) *Revue Internationale du Travail*, setembro de 1928, p. 361.

(2) G. Guillon, S. J. *Léon Harmel*, t. I. p. 165.

E o conde de Mun ajunta:

« Não há salvação possível a não ser na participação directa dos operários e dos camponios, no labor social do patrão e do proprietário. E' o motivo por que, quando fundamos associações operárias, fazemos questão de que elas sejam dirigidas pelos próprios trabalhadores. »

Eis como se expressava Cheysson, paternalista convicto:

« Como sob o patronato patriarcal, importa sempre, e hoje mais que nunca, pôr os operários a salvo da imprevidência que lhes é peculiar. Cumpre, porém, fazê-lo sem que êles dêem por isso. Sugerir as soluções adequadas e, em seguida, confiá-las á própria iniciativa do trabalhador, prévia e engenhosamente provocada, prudentemente guiada, afim de que se não desgarre. Em suma, deixar-lhe primeiro a ilusão da liberdade e, progressivamente, encaminhá-lo para uma participação, cada vez mais ampla, na gestão das instituições de previdência(1). »

« O pesar que experimentamos não nos deve iludir — notificava Leroy-Beaulieu — estamos em presença de um estado de coisas que seria ocioso dissimular. As crescentes prevenções do operariado — ao menos nas grandes cidades — contra tudo o que tenha aparências de tutela patronal, assimilada, por êles, á tutela dos senhores feudais, nos fazem perder a esperança de instaurar a paz social, empregando exclusivamente os métodos do patronato(2). »

(1) *Guide social d'A. P.*, 1908, p. 226.

(2) *Le Règne de l'Argent*, "Revue des Deux Mondes", 15 de maio de 1896, p. 316.

Observação esta que nada perdeu de sua actualidade. Ainda que, em uma emprêsa, o método paternalista não encape um ardil do autoritarismo, no tocante ao pessoal(1), êle perde contudo, dia a dia, as probabilidades de êxito, por ter contra si a mentalidade operária e a propaganda socialista.

Por sem dúvida, não há negar o perigo de exagêros demagógicos, e é precisamente o que tratamos de evitar, prevenindo a tempo os menos cautos.

Mas, uma pergunta se impõe: Para fugir de Caribdes, será forçoso ir dar em Scila?

Tranquilizemo-nos. Entre o Autoritarismo e o Igualitarismo, encontra-se uma via mediana: o Catolicismo social.

(1) E' mui frequente, nos meios operários, a suspeita de que as obras de beneficência de character patronal estão, no interior da fábrica, ao serviço da política autoritarista. Analizando a mentalidade operária, um artigo publicado em *Cahiers de la jeunesse catholique belge* diz o seguinte: « Até hoje, quando intellectuais e patrões tomavam a iniciativa de organizar obras sociais, quasi sempre pretendiam dirigir pessoalmente tais instituições, á margem do movimento operário e sem o concurso dos trabalhadores. » (20 de junho de 1926, p. 372).

CAPITULO V

A Solução:

Sociologia católica e seu programa

Não é nosso intento apresentar, nestas páginas, a exposição didáctica da sociologia católica, aliás, por contraste, já esboçada em suas linhas mestras, no exame crítico do Autoritarismo e do Igualitarismo. Tradicional e progressista, ela se acha por igual afastada de um conservantismo sedição e de inovações intempestivas ou temerárias. Seus pacientes trabalhos, bem como a sua repulsa pelas soluções prematuras, contribuíram mais para resolver as questões intituladas « candentes » que certos apressuramentos nocivos á marcha regular das emprêsas e ao verdadeiro interêsse das classes populares.

Faz uns quarenta anos que os sociólogos católicos declararam ser conforme á moral natural a tese do salário familiar (1). A sugestão foi objec-

(1) Os católicos sociais, estribados nos mais seguros teólogos, declararam-se a favor do salário familiar, considerado, não como um acto de liberalidade ou de beneficência, porém, como justa paga do trabalhador adulto. No que concerne á penetração da idéa, no domínio dos factos, elles não atinavam com a maneira prática de realizá-la, sem prejudicar os interêsses dêsses mesmos operários, com encargo de fa-

to de galhofas e zombarias. Uns, enfatuados de ciência económica, criticavam ásperamente êsses visionários assás ignorantes para formularem semelhante heresia;(1) outros, ansiosos de realizações imediatas, punham a ridículo êsses « inovadores solertes, cuja petulância se traduzia em um palavriado ôco ! »

A falar verdade, se os princípios pareciam irrecusáveis, não se percebia claramente a maneira de pô-los em prática, dado que muitos industriais se declaravam incapazes de assumir tal responsabilidade.

Dolorosa antinomia ! A verdadeira técnica estaria, por ventura, em contradição com as leis da moral ? Os sociólogos católicos negavam-se a admití-lo, e pacientemente procuraram a solução. A despeito das críticas do liberalismo económico, esperavam chegar a um resultado, mas compreendiam que o problema não estava ainda bastante amadurecido para comportar aplicações algum tanto generalizadas, e que apressar-se demais poderia redundar em fracasso.

mília, que intentavam proteger. (Cf. Vermeersch, *De Justitia*, 78c, 430-431). Qual o patrão que, nessa época, se teria decidido a ajustar um trabalhador, pai de muitos filhos, quando havia outros com menos família, que lhe podiam prestar o mesmo serviço, por preço mais barato ?

(1) Passava-se isto no tempo em que o trabalho humano era reputado um tráfico: « De ponto do vista económico — escrevia Molinari — os operários devem ser considerados como verdadeiras máquinas, que fornecem certa quantidade de energia produtora mas que, em compensação, requerem determinados gastos para a sua conservação e renovação, afim de poderem funcionar de modo seguro e constante. » (*Cours d'Economie politique*, p. 203).

Foi então que um dêles, Romanet, ideou as caixas de compensação, iniciativa devida, por fim de contas, ao impulso generoso e prudente que haviam dado os estudos dos católicos sociais.

Era a solução desejada.

As proporções desta obra não nos permitem assinalar o influxo católico, nas recentes reformas sociais, nem tão pouco delinear o conjunto das doutrinas que inspiram os nossos sociólogos; limitar-nos-emos, portanto, a um rápido bosquejo dos princípios que determinaram a atitude por êles assumida, no que respeita ás reivindicações populares, a melhoria do ambiente social dos trabalhadores, o sindicalismo e as dissensões políticas.

Veremos como o catolicismo social se coloca resolutamente em face da alma popular, escrutallhe as necessidades e aspirações, esforçando-se por satisfazê-las, na medida em que o exigem a justiça e a equidade, em que o prescreve ou sugere a caridade cristã, consoante ao bem da sociedade inteira. Esta concepção, emanada do amor de Jesus-Cristo pelos humildes, é a alma da sociologia católica, o princípio fecundo das aplicações que constituem o seu programa, de que o presente estudo desenvolve alguns pontos.

I. — Tomar a peito as justas reivindicações populares

**A' luz dêstes factos, como penetram fundo
na alma as confidências do Cardial Manning !**

« Vivi cinquenta anos no meio do povo; dezessete entre os lavradores e pastores de Sussex; dezenove no meio do povo de Londres. Presenciei, ouvi e compreendi-lhe as necessidades, os sofrimentos e misérias, o fracasso de suas reclamações e esperanças, e minh'alma inteira está com êle(1). »

Indubitavelmente, o ilustre Cardial não aprovava os excessos demagógicos de certos cabecilhas interesseiros; sem embargo, muitas das queixas populares lhe pareciam legítimas. Como o bispo Ireland, havia compreendido a necessidade de fazer ver ao povo que lhe reconhecemos os direitos e buscamos remédio a seus males. « Quando a massa se tiver capacitado — dizia aquele — de que pusemos mãos á obra, para lhe proporcionar a felicidade compatível com as vicissitudes desta vida, ela virá a nós, agradecida e confiante... Mas, pelo amor de Deus, não nos contentemos com entoar-lhe sempre o mesmo estribilho: Paciência, paciência(2). »

« Pelos tempos que correm, nem todos os operários merecem as simpatias, é fóra de dúvida. Em seus lares respira-se um ar mefítico e o visitante tem de suportar muitas vezes contactos desagradáveis. Em geral, os homens do povo são rudes, grosseiros, desasseados, em suma, pouco atraentes. Blasfemam amiúde e proferem palavras repassadas de rancor. Por vezes trazem no rosto os estigmas do vício.

Será isto razão suficiente para menosprezá-los? Consideremos que, em muitas oficinas, os operários são trata-

(1) Citado por Thureau-Dangin, *La Renaissance catholique en Angleterre*, 11, p. 261.

(2) Alocução aos estudantes de Paris, 25 de junho de 1892.

dos como meros instrumentos de trabalho. Se tivéssemos atravessado as mesmas provações, quem sabe se não nos teríamos degradado mais que eles. Vamos, pois, ao encontro dêsses homens, de uma maneira cristã, amando-os como a irmãos, e o amor nos fará descobrir nêles qualidades e atractivos.

Sim, é mister ir ao encontro do operário, porém, cumpre fazê-lo com a maior compreensão possível de sua mentalidade, mentalidade acaso repulsiva, mas que entretanto é a consequência do egoísmo em que, por tanto tempo nos temos deleitado(1). »

Não é de surpreender que as preocupações do operário sejam sobretudo de ordem material. E' muito natural que o povo, comparando a sua sorte com a daqueles que o rodeiam, aspire a melhorá-la. Consequentemente, anseia por uma situação mais desafogada, por um trabalho menos penoso e, acima de tudo, por ver dissipado o pesadelo da insegurança cuja ameaça lhe paira incessantemente sobre a vida. Os encargos de família, a enfermidade, os accidentes, a falta de trabalho, a velhice precoce — são outras tantas preocupações que o angustiam.

Eis por que a caridade cristã, antes de qualquer objectivo propriamente apostólico, impõe aos católicos, o dever de cuidarem do bem-estar material dos trabalhadores.

A desconfiança que o povo manifesta para com a Igreja, e a necessidade que a esta impende, não obstante, de manter o contacto com as classes laboriosas, urgem a obrigação da assistência material ao operário.

(1) Georges Blondel, *La Question sociale et le devoir social*.

« Estomago esfaimado não tem ouvidos, » reza o provérbio. O terror do proximo vencimento de uma dívida, ou a angústia causada pela falta de trabalho, não predispõe favoravelmente o espírito para tirar proveito de uma pré-dica.

Aliás, a carência do necessário torna difícil a aquisição da virtude. Ora, o grau de bem-estar que a prática da mesma virtude exige é relativo ao estágio de civilização em que se acha um povo.

Comprovações desta natureza são de grande utilidade para o bom êxito do apostolado popular; felizmente, a sociologia católica se acha com-penetrada de tais ensinamentos.

Seguramente, a Igreja nunca faltou ao dever que a caridade lhe impõe. Sob seu impulso, as obras de beneficência florescem por toda a parte: orfanatos, hospitais, dispensários, casas de preservação, maternidades, asilos etc. Porém, ainda que a sua filantropia esteja acima de toda comparação, o próprio desinterêsse que lhe grangeia tantos corações torna-se objecto de suspeita. Organizam-se campanhas de difamação sistemática; lança-se em rosto, aos católicos, a balda de se terem contentado com sanar feridas, aliviar misérias, sem procurar as raízes do mal, afim de suprimí-lo de vez (1).

(1) Vem a talho de foice um episódio altamente significativo da vida de Henri Lorin. Sócio das Conferências de S. Vicente de Paulo, visitava êle regularmente a família que lho fôra confiada. Bem acolhido pela mãe, tinha o pesar de ver o pai, aliás quasi sempre ausente de casa, conservar uma attitude hostil. Um dia, querendo sair das dúvidas, inter-

Insinua-se, ao contrário, que, mais ou menos deliberadamente, êles o entretêm com receio de ver diminuída a influência que exercem. A verdade, porém, é que surgiram novos problemas: o desenvolvimento da grande indústria, transformando a vida do operário e, de certo modo, agravando-lhe a falta de segurança, transformou totalmente a economia social; sob a pressão das circunstâncias, vai-se elaborando lentamente um vasto código do trabalho, ao passo que as instituições de previdência — outrora inconcebíveis e até prematuras — repontam no horizonte social. Evidentemente, elas constituem um campo imenso franqueado á caridade católica e em que esta se deve exercer.

Longe de nós a pretensão de amesquinhar, por pouco que seja, o papel capital das virtudes pessoais do apóstolo. Abstraindo da vida interior, « alma de todo apostolado », e da santidade que dela irradia, a acção social não será de nenhum proveito para a propagação da fé (1).

pelou-o francamente a este respeito. « Não lhe tenho a menor afeição e não lhe devo reconhecimento algum, retrucou o operário, porque o que desejo não é esmola senão trabalho, e trabalho com que me possa manter a mim e aos meus. » (Cf. *Dossiers de l'Action Populaire*, 25 de janeiro de 1925, p. 26).

A grande alma de Ozanam havia pressentido essas exigências delicadas da caridade prudente quando êle escrevia: « Até quando ireis vós, nas associações católicas, praticar a caridade do copo d'água? Que ides fazer entre homens que aliviam a miséria sem curar de lhe estancar a fonte? Antes viésseis engrossar as fileiras dos intrépidos vanguardeiros que se esforçam por desarraigar o mal de um só golpe, por regenerar o mundo e reabilitar os deserdados! »

(1) Em carta dirigida a Mons. Marelli, bispo de Bergamo, dizia o papa Benedito XV:

« Não é possível que trabalhem eficazmente, em benefício do ope-

Todavia, se, para converter os indivíduos, se faz mister atender a suas instantes preocupações, os católicos — a exemplo do divino Mestre, cuja solicitude ia, de preferência aos mais desamparados — devem esforçar-se por conseguir ou favorecer as medidas tendentes a minorar a dura sorte dos trabalhadores.

Esta acção social é indispensável ao apostolado das massas e, aliás, conforme a mais pura e tradicional doutrina da Igreja.

Aludindo á multidão de operários que não frequentam mais as igrejas, exclamava o cardinal Verdier no dia de sua entronização:

« Ah ! se o povo nos conhecesse melhor, se soubesse tudo o que a Igreja pode e quer fazer por êle, como volveria de pronto A'quêle que tão sómente o pode tornar feliz !

Para ampará-lo, não tem a Igreja uma doutrina social que aceita grande número das reivindicações operárias, revestindo-as do carácter sagrado da justiça ? Para aliviar toda sorte de infortúnios, não possui inúmeras instituições de caridade, cuja dedicação e desinterêsse estão acima de todo louvor ? Ah ! ela quisera tanto, na ordem dos factos como na ordem das idéas, tornar patente que, se deve velar pelos principios fundamentais da sociedade e seus interêsses eternos, nem por isso é infensa aos me-

rário, aqueles que, fazendo praça de querer melhorar-lhe as condições da existência, lhe derem apenas a mão para ajudá-lo a conquistar os bens frágeis e transitórios dêste mundo, prescindindo de lhe esclarecer a consciência acêrca de seus deveres primordiais, considerados á luz dos principios da doutrina cristã. »

Henri de Man declara sem rebuços: « E' rematado absurdo pretender que uma qualquer organização social possa assegurar a felicidade. As instituições podem sómente suscitar ou eliminar os obstáculos que se opõem a certas modificações da questão do bem comum. » (A. Philip, *Henri de Man et la crise doctrinale du socialisme* p. 182).

lhoramentos e ao progresso! E, assim, apregoa alto e em bom som que, tendo contribuído, na medida do possível, para a felicidade de nossos maiores, ela se acha com forças para continuar a sua bella missão, convencida de ser ainda necessária ao bem-estar da humanidade.

Sim, não obstante os preconceitos, os ódios, os obstáculos de todo genero, acorramos solícitos em auxílio dos que trabalham, dos que sofrem, dos que vivem ao desamparo.

Deus nos ajudará(1). »

Aliás, êsse contacto nos convencerá de que as aspirações populares não se restringem a um maior confôrto material.

« Muita gente cuida que o problema do trabalho é uma simples questão de pão com manteiga. Não é tal. Trata-se de um problema de educação, de religião, de norma de vida conveniente para o homem, em sua qualidade de homem e não apenas em qualidade de assalariado.

Em geral, os operários ambicionam ombrear com os demais homens. Querem ser tratados como seres humanos e participar dos benefícios da instrução que, a despeito do universal afan de riquezas e prazeres exteriores, se apresentam hoje em dia ante a humanidade e fazem reviver antigos enigmas sob novas formas. O materialismo não pode oferecer coisa que valha aos operários(2). »

« Por que razão — inquirê um joven socialista — o povo, em sua totalidade, não poderia

(1) *Semaine religieuse*, 25 de janeiro de 1930.

(2) Barnes, membro do partido trabalhista inglês, citado em *Doctr. Cathol.* 15 de maio de 1920, p. 662.

• O operário que reivindica o aumento do salário e a diminuição das horas de trabalho, representa apenas o resultado visível de um « processus » mui complexo (...) No início da cadeia, encontramos quasi sempre um pensador frio, um filosofo, atento unicamente ás abstrações, por vezes um literato, um poeta, um romancista de nomeada e até um

ter acesso ao que constitue a nobreza de existir, á vida moral, á percepção do sentido da própria existência, á tranquilidade metafísica, á certeza de viver em conformidade com os princípios imutáveis do pensamento, da consciência e do espírito ? » Então mais de um quisera ultrapassar as raias do marxismo e da « socialização das riquezas materiais, para tentar a socialização dos bens morais inclusos na vida humana (1). »

Semelhante transformação será exequível fóra do Cristianismo? Não o cremos. Só a religião de Cristo está á altura de poder dar ao povo, « na ordem social, soluções verdadeiramente fecundas e, na ordem moral, as satisfações que êle busca em vão, na mística comunista (2). »

E isto é verdade (3), porque o problema social

dogma religioso desgarrado do seu contexto doutrinal (...) Imaginar que as greves são exclusivamente o feito de apetites materiais, ou excitadas por políticos sem escrúpulos, e crer que tudo se explica pela famosa vaga de preguiça — é dar-se por satisfeito sem grande esforço mental e condenar-se a uma incompreensão absoluta de todo o movimento social. » (Eug. Renoult, *Les grèves et l'âme populaire*, "Rev. Hebdomadaire", 24 de abril de 1920, pp. 423-425).

(1) Blume, (l. c., p. 80). « O socialismo — escreve também A. Philip — não é mais que a condenação da moralidade actual, em nome da moral absoluta, ou, por outra, a condenação do capitalismo, em nome do cristianismo. » (*Henri de Man et la crise doctrinale du Socialisme*, p. 142).

(2) Jacques Rodel: *Aube Nouvelle*, maio de 1927, p. 114.

(3) Ramsay Macdonald se mostra muito menos materialista que os chefes socialistas franceses. « O homem que garantirá o advento do socialismo — diz êle — não há de ser o que estiver imbuído de doutrinas económicas, de espírito de classe, e julgue poder expungir, a vassouradas, as taras da sociedade, mas sim o que crê no ideal, o que tenha recebido uma formação histórica e cuja inteligência se incline submissa ante a acção dominante da Religião e do senso de tudo o que é recto. » (*Socialism and Society* p. 179, citado em *Revue des Jeunes*, 10 de maio de 1927, p. 278).

é, antes de tudo, um problema moral e religioso. A reforma da sociedade não se póde realizar senão mediante a reforma moral... Para restaurar a vida de um povo, é necessário que de antemão se lhe eleve a alma; para reformar a sociedade, importa reformar primeiramente o homem: o rico e o pobre, o operário e o patrão, infiltrando na alma de uns e de outros o que a todos falece: o espírito verdadeiramente cristão (1). »

O mesmo dizia Le Play: « Se o progresso material não fôr acompanhado de um progresso equivalente, na ordem moral, êle engendra a decadência. O progresso moral traz sempre um acrescimo de prosperidade. »

Portanto, é dever dos católicos cercar de « simpatia fraterna todos aqueles que, em nossos dias, buscam ás apalpadelas, através de uma ideologia enganosa, e das realidades brutais da vida, o caminho dessa felicidade que é o apanágio da fé cristã, ainda neste mundo (2). »

(1) Leroy-Beaulieu, *La Papauté, le Socialisme et la Démocratie*, citado em "Études Religieuses", n. 171, p. 52.

Na pastoral colectiva do Episcopado austríaco, de 30 de janeiro de 1921, lê-se o tópico seguinte: « Leão XIII e Pio X declararam expressamente ser a questão social, antes de tudo, um problema que se há de resolver conforme as leis e o espírito da religião. Notaram ainda que até os conflitos provenientes, seja de greves, seja da regulamentação das horas de trabalho, ou da fixação de taxas do salário, não são de ordem puramente económica e, portanto, não podem ser solucionados sem que se tomem em consideração as prescrições da autoridade eclesiástica. » (*Doc. Catholique*, 6 de março de 1921, p. 273).

2) *Revue Pratique d'Apologétique*, abril de 1928, p. 399.

II — Actuar no meio ambiente agrupando os trabalhadores católicos

Consignemos, antes de tudo, duas verdades que esclarecem e preparam a nossa conclusão.

Primeira: *Para reconduzir a Cristo as massas populares, não basta a acção sobre os indivíduos.* E' facto inconcusso que a perseverança de um neo-convertido é comprometida pelo influxo desmoralizador do meio onde êle vive. Torna-se, pois, indispensável sanear tal ambiente. A fé das jovens gerações operárias asfixia-se numa atmosfera deletéria. A formação religiosa é contrariada pela influência do lar, da escola, e até da rua. Aos treze anos, o adolescente entra para a fábrica — a grande escola de perdição. — Talvez o patronato prolongue por algum tempo a resistência; porêem, o meio ambiente completa a sua obra nefasta e, em breve, o vício conta mais uma vítima.

Não obstante, será justo e razoável exigir de um jovem operário o abandono do lar, porque a vida que aí se leva lhe desfibra a ténpera moral? Poderá êle renunciar ao pão quotidiano, pelo facto de se ver obrigado a suportar, na fábrica, ao longo do dia, uma promiscuidade deprimente? Como inibi-lo de auferir as vantagens e a segurança que lhe proporciona a filiação ás organizações sindicais — tal proibição collocando-o em risco de se achar um dia sem trabalho, sem dinheiro e reduzido á miséria — para

preservá-lo com maior eficácia das influências marxistas? Mas isto seria confessar uma irreduzível antinomia entre as exigências da doutrina cristã e as necessidades concretas do operariado.

Cumprе portanto, actuar no ambiente da vida popular e melhorá-lo. E' imprescindível acabar com os tugúrios, facilitar aos trabalhadores a aquisição de uma modesta vivenda, multiplicar os parques destinados aos operários, cuidar da hygiene nas oficinas, bem como da organização sindical. Assim, o povo poderá gozar de maior confôrto e o saneamento físico e moral redundará em proveito para a Igreja, porquanto veremos infalivelmente rarearem-se as fileiras do partido socialista. Além disto, quando se tratar de reprimir os excessos do alcoolismo, de velar pela decência, nas ruas, os incriminados porão uma surdina ás suas reclamações e sem dúvida alguma a tranquillidade pública e a moralidade só terão que lucrar com tais medidas.

Porêм, antes de mais nada, uma dupla observação se impõe: Não pretendamos organizar de modo autoritário, ou por outra, organizar de fóra, o ambiente onde se move o operário, esperando assim moralizar a este último e reconduzí-lo a Cristo. Evitemos, sobretudo em matéria de organização operária, o emprego de meios coercitivos para levá-lo — a despeito de suas crenças ou possíveis reacções — a se filiarem exclusivamente em associações de carácter confessional, a pretexto de uma renovação da fé entre os homens do povo. Tal método, baseado na coacção e todo extrinseco, não daria resul-

tado, ao contrário, provocaria a reacção das massas. O povo não suportaria que se lhe impusessem organizações que destoem de suas convicções pessoais. E' cioso demais de suas prerrogativas e de sua independência, para aceitar que o submetam, por esta forma, a um sistema de doutrinas morais e religiosas, sem o próprio assentimento.

Segunda comprovação: Para ser eficaz, importa que a acção se exerça simultâneamente sobre o ambiente e sobre os indivíduos, atingindo-lhes, na medida do possível, a vida íntima e os princípios básicos que a devem nortear, princípios que se faz mister incutir ou revivescer, por meio de uma instrução francamente espiritualista.

Em consequência, pesadas as razões, preferimos o método que a Igreja preconiza, quando incita os fieis á Acção Católica, a qual se exerce paralelamente sobre os indivíduos e sobre o meio onde vivem e, aos poucos, vai modificando a sociedade.

Porém, para que em ambos os casos ela tenha maior eficácia, será utilissimo *grupar os crentes*. Em torno dêsses agrupamentos, forma-se uma ambiência católica que penetra o meio todo e o imuniza contra os miasmas deletérios. Desta sorte se estabelecem centros de resistência e de expansão que, disseminados por toda a massa popular, formam pequenos núcleos, os quais, ás caladas, á maneira misteriosa da levedura, a fazem fermentar, transformando-a progressivamente.

Entretanto, ao instituir tais agrupamentos, cumpre evitar a todo transe um êrro capital: edificar sobre fórmulas apriorísticas organizações que se não compadecem com os indivíduos que devem enquadrar; criar artificialmente um organismo que nenhuma necessidade premente justifique, e não corresponda a nenhuma sorte de aspiração.

E nem se diga ser imaginário o receio de tal dislate. Toda gente conhece de viso, ou de outiva juntas directoras dêste jaez... que não representam fôrça alguma, porque não dispõem de nenhum pessoal. Fachadas sem fundo, organismos ôcos, que os interessados procuram preencher para que tenham razão de existir; estados-maiores cujos efectivos são livrescos ou imaginários. Vegetam por algum tempo, e desaparecem sem ter logrado reunir as fôrças que sonhavam representar.

Preocupar-se, por exemplo, com a directoria de uma organização popular, e não dispor dos operários que devem fazer parte dela, vivificá-la e levá-la avante, é edificar na areia.

Feita esta ressalva, inquirimos: Como organizar associações vivazes, que correspondam ás exigências da realidade? Várias formas se nos antolham que se coadunam perfeitamente com as necessidades do nosso tempo: associações religiosas, profissionais, desportivas etc. Importa, tão sómente, arredar os agrupamentos de carácter político, capazes de comprometer a Igreja e a induzir o povo no êrro de fazê-la solidária de regimes ou partidos políticos mais ou menos

efémeros e transitórios, ao passo que a sua missão deverá prolongar-se até o fim dos séculos. Afóra este caso particular, é mister incitar os católicos a se associarem, a se organizarem. Unindo energias dispersas, conjugando fôrças individuais, êles multiplicarão as possibilidades de êxito e se porão em condições de conservar e propagar a fé cristã. A sua união fará surgir, no seio das massas populares, em grande parte paganizadas, oasis de vida essencialmente católica.

O catolicismo social empenha-se em multiplicar êsses núcleos de expansão religiosa. Curando sobretudo da infância, procura melhorar as escolas e aumentar-lhes o número, favorece os patronatos, as associações desportivas, etc. Para os jovens operários, funda instituições post-escolares, cursos de aprendizado, agrupamentos de juventude operária, escoteiros, etc. Moraliza o lar facilitando os matrimónios católicos; organiza as profissões e institue, nas mesmas, associações católicas ciosas de melhorar a situação dos trabalhadores e defender-lhes os direitos (1).

Quando o catolicismo social houver intensificado a sua organização, fazendo-a abranger

(1) Em carta ao cónego Mury, director das obras sociais da diocese de Autun (7 de maio de 1919), dizia o cardinal Gasparri: « Sua Santidade deseja vivamente que, em toda a extensão do território francês, se estabeleçam poderosos sindicatos, animados de espírito cristão os quais, mediante vastas organizações gerais, fraternalmente associadas, grupem operários de ambos os sexos, pertencentes ás diversas profissões.

O augusto Pontífice sabe perfeitamente que, formulando êste voto, vela os mais sagrados interêsses da classe operária, assim como a paz social. »

simultâneamente todas as frentes, (1) terá soado a hora das grandes conquistas, conquistas essencialmente pacíficas, baseadas na persuasão, isentas de violência e constrangimento, emfim, calcadas sobre o modelo que nos legou Jesus-Cristo !

III. — Amparar o sindicato e a autonomia da classe operária

A organização dos sindicatos católicos é considerada pela Igreja como uma necessidade dos tempos modernos. (2)

(1) Sim, dizemos bem, a Acção Católica deve exercer-se *simultaneamente em todas as frentes*. Não pôde descurar nem a profissão, nem a infância, nem a adolescência, nem a família, sem fazer perigar a sua finalidade.

Não acontece, muitas vezes, contentarem-se os católicos com soluções insuficientes ? Alguns pensam ser unicamente por meio da escola que obteremos a recristianização das massas populares. Evidentemente, tão maravilhoso instrumento de conquista não é para desdenhar, — aliás os nossos adversários, tanto do ponto de vista religioso, como político e ainda social, não trepidam em lançar mão dêle contra nós — sem embargo, a sua eficácia é limitada. Não convêm, tão pouco, exagerar a importância das obras sociais, actualmente anexas ás escolas.

« A obra dos patronatos é capital — escrevia outrora Leão XIII ao superior dos Irmãos das Escolas Cristãs. Com a instrução ministrada em suas escolas, os irmãos cumpriram apenas a primeira parte da tarefa que lhes incumbe; a segunda é talvez de maior relevância, porquanto, sem as obras de preservação, o longo e penoso trabalho da escola seria comprometido e quiçá aniquilado. »

E assim é. A experiência o comprova. Porê, os patronatos já não conseguem mais reter o operário. Faz-se mister que se lhes adaptem, **contantemente**, novos organismos destinados a enquadrá-los nos diversos estádios da vida própria de cada um dêles.

(2) Na sua campanha de propaganda, em prol da encíclica *Rerum Novarum*, Léon Harmel teve, varias vêzes, que responder á seguinte objecção: Não vêdes que contribuindo dêste modo para a ascensão da classe operária, ao mesmo tempo, a organizais contra vós mesmo ? Ao que o bom Pai replicava com energia: « Ela se organizará sem o vosso concurso e que ganhareis com isso ? Sobretudo, e é o que importa, que ganhará Jesus-Cristo ? » (Pe. Guittou S. J., *Léon Harmel*, t. II, p. 48).

« Nos dias tormentosos que atravessamos, e ante a ameaça das forças arregimentadas para destruir a ordem social existente, impende a cada um de nós o dever inadiável de colaborar na obra de reconstrução da sociedade. Mas, para que essa colaboração seja eficaz, é imprescindível a filiação nas organizações sociais, mormente nos sindicatos, porque dêles depende, em grande parte, a feição da sociedade futura. Influir no desenvolvimento dessa mesma sociedade, mediante a organização social, é, pois, um dever imperioso a que nos não podemos esquivar e de que, um dia, daremos contas a Deus(1).

Entre « todas as obras próprias a aliviar eficazmente a indigência, e a operar a aproximação das classes », Leão XIII « dava a primazia às corporações operárias que abrangem, pouco mais ou menos, todas as outras obras sociais. » Indubitavelmente, o grande Papa não podia imaginar uma revivescência das corporações medievais, tais como eram, as circunstâncias presentes sendo mui diversas das de então.

« Não padece dúvida que seja necessário adaptar as

(1) Aegenent, bispo de Harlem, *L'internationale syndicale chrétienne*, 1929, n.2, p. 29.

Não podemos resistir ao prazer de citar ainda as seguintes linhas, da lavra do mesmo prelado: « Considero a organização sindical, como o movimento mais pujante e de mais larga envergadura, de quantos surgiram em nossos dias. Tal organização tem direito ao apoio de todos, porquanto dela depende o porvir da sociedade. Quisera fazer ressaltar, e não me cansarei de repetir que, aos operários bem como aos patrões, incumbe o dever social de se organizarem! Muita gente pensa — o que não é exacto e póde acarretar sérias consequências — que é suficiente cumprir os deveres religiosos (...) Vejo-me obrigado a afirmar que, no dia da prestação de contas ao Juíz Supremo, não bastará dizer que muito trabalhámos por salvar a nossa alma. Isto é apenas uma parte da obrigação que nos é imposta; somos indivíduos, mas também seres sociais, logo, se cumprimos conscienciosamente os nossos deveres religiosos, está bem, porém, fizemos tão sómente a metade da nossa tarefa. »

antigas corporações ás novas condições sociais, dizia êle. Por isso vemos com grande satisfação surgirem, por toda parte, sociedades análogas, quer compostas exclusivamente de operários, quer mistas, reunindo ao mesmo tempo, patrões e trabalhadores. E' de desejar que elas aumentem em número e intensificação a acção que exercem ». (1)

Tais ensinamentos levaram os católicos sociais a se ocuparem dos sindicatos, verdadeiras corporações dos tempos modernos.

De início, os sindicatos mixtos lhes mereceram as preferências, por parecerem oferecer maiores garantias de paz social. Em 1894, o Congresso dos Círculos Católicos, reunidos em Reims, declarava que: « sem dissimular as dificuldades que se opõem á generalização dos sindicatos mixtos (...), a formação dos mesmos deve ser o ponto de mira de nossos esforços. »

Sem embargo, os óbices eram graves. Ridicularizados pelos socialistas que os apelidavam « vendidos e traidores á classe operária », os aderentes viam suas fileiras rarearem-se dia a dia. A evidência saltava aos olhos: a conquista das massas populares não seria obra dos sindicatos mixtos.

Não refugamos, de plano, o tipo do sindicato mixto — dizia o Pe. Rutten, em um relatório sobre o movimento católico — reconhecemos até que, teóricamente, é o mais perfeito de todos. Mas isto não é motivo para fecharmos os olhos á evidência e nos obstinar em não admitir que, presentemente, o sindicato mixto é uma utopia

(1) *Encicl. Rerum Novarum.*

irrealizável, em 90%, ao menos, das comunas industriais do país(1).

Não foi sómente na Belgica que a experiência fracassou.(2) O conde Medolago Albani, presidente da União Económico-Social da Itália, escrevia, em uma circular de 1912:

« As uniões profissionais mixtas não surtiram efeito, por terem esbarrado com dificuldades concretas; se a doutrina social católica aconselha tais sindicatos, onde a realização dos mesmos é possível, ela recomenda, não obstante, como meio seguro de salvaguardar a ordem social, a organização bilateral das duas categorias de classes; os pobres e os ricos. »

Por sua vez, Martin Saint-Léon observava que:

« O sindicato misto não deu resultado em França, ainda que se possam notar, em contrário, alguns casos isolados, como, por exemplo, o sindicato da indústria textil de Roubaix. Há profissões onde êsse tipo de sindicato se impõe, haja vista a indústria de vestuário para senhoras ».

(1) Citado em *Histoire des Doctrines économiques de Gide et de Rist*, 5.^a edição, p. 583.

(2) Fenómeno curioso — nota por seu turno Danel — assim que os legisladores puseram a baixo a barreira artificial que proibia a agremiação das diversas profissões, o primeiro efeito produzido foi a solidariedade das classes. Ninguém ignora a sorte infeliz dos sindicatos mixtos que nasceram mortos, por assim dizer; nem tão pouco que os outros sindicatos foram e ainda são, na sua maioria, manifestações do espírito de classe e da solidariedade das mesmas. E isto é aplicável tanto a certos sindicatos patronais, como também a grande número de associações operárias. » (*L'Autorité dans la profession*, "Politique", 15 de junho de 1927, p. 616).

E conclue:

« Tanto quanto possível, o sindicato operário deve manter-se independente; todavia, é preferível que esteja unido ao sindicato patronal, por vínculos estreitos, como sejam as comissões de arbitragem e de conciliação(1). »

*

* *

Com efeito, os meios de acção do sindicato não se reduzem a ameaças de greve. Leão XIII havia divisado « interêsses comuns entre patrões e empregados... O melhoramento das condições de vida da classe operária é questão de cordialidade e não de luta, de união e não de discórdia, de mútua confiança e não de ódio(2). »

O cardinal Maurin disse excelentemente:

« A luta de classes é essencialmente oposta aos princípios do cristianismo. « No caso em que qualquer das duas classes se julgue, de algum modo, prejudicada — diz Leão XIII — seria muito de desejar que os próprios estatutos designassem pessoas íntegras e prudentes, encarregadas de resolver o litígio, em qualidade de árbitros. »

Convém não esperar que surjam conflitos, para se estabelecerem relações mútuas. A cordialidade poderia ser permanente por meio das comissões mixtas, como o cardinal secretário de Estado, em nome do Papa Benedito XV, escrevia ao presidente da União Económico-Social, em 26 de fevereiro de 1915: « E' conveniente, útil e muito conforme aos princípios católicos continuar, na medida do que fôr praticamente possível, a fundação simultânea e em separado de associações patronais e operárias,

(1) *Guide social de l'A. P.*, p. 67, 1927.

(2) *Encicl. "Rerum Novarum"*

tendo-se, porêm, o cuidado de criar, como ponto de contacto entre elas, Comissões mistas incumbidas de discutir e resolver de pronto as contestações que surgirem entre os membros das ditas associações, segundo os ditames da justiça e da caridade. Estou convencido de que se evitariam muitos conflitos e greves, se os patrões testemunhassem maior simpatia pelos agrupamentos operários, conferenciando, por vezes, amigavelmente com os seus delegados, sobre assuntos concernentes á profissão, sm que isto importe necessariamente, em uma participação efectiva dos mesmos operários na gestão dos negócios.

E' mister substituir o regime da fôrça quer individual, quer colectiva, pelo regime normal da colaboração das classes(1). »

Assinar aos sindicatos uma tarefa meramente negativa seria incorrer em êrro e êrro grave:

« Orgão de defesa por sua origem, o sindicato se transforma á medida que se desenvolve. Depois de ter logrado regulamentar, seja o contingente de produção, seja o preço de venda, é chamado a exercer um labor construtivo(2). »

Sim, labor construtivo de ordem profissional, porquanto, se há sindicatos que, movidos pela doutrina de luta de classes, parece cuidarem unicamente das « instituições julgadas aptas a facilitar propagandas subversivas e preparar a revolução social, » existem outros — entre os quais devemos incluir os recentes sindicatos católicos — que se « inspiram, ao contrário, em um

(1) *Lettre aux patrons et travailleurs catholiques du diocèse de Lyon*, 11 de abril de 1924.

(2) H. Peyerimhoff, *L'Organisation économique et ses formules modernes*, "Revue des Deux Mondes", 15 de março de 1929, p. 445.

ideal de reorganização social e de organização corporativa (1). » Estes « se esforçam por instaurar todos os serviços de tal modo que, sem subverter a ordem económica, tornem a vida profissional mais agradável, mercê de maior concordia, de bem-estar e seguridade. »

As corporações de antanho, suprimidas em virtude de um decreto liberal e revolucionário, que anarquizou as condições do trabalho, reorganizam-se penosamente sobre novas bases, porém, até o presente, de modo assaz rudimentar. Nessa organização profissional, ainda em formação, os agrupamentos operários, patronais e mixtos, visam a erigir, peça por peça, o edifício que conceberam. As construções erguem-se umas ao lado das outras, e tendem a se unir, formando assim o corpo do Trabalho (2). »

Mas a esta é necessário um código e uma lei fundamental. Ora, que essa legislação se

(1) Em. Gounot, *L'Organisation professionnelle et l'économie contemporaine*. Sem. Soc. 1922, p. 133. O autor diz ainda: « Por profissão organizada, ou em vias de organização, entende-se, consoante aos que se ocupam da questão, ou ainda às circunstâncias, ora, uma profissão onde se desempenham determinados serviços de utilidade colectiva, tais como as agencias de empregos, cursos profissionais, mutualidades, cooperativas; ora, uma profissão onde as comissões mistas são reconhecidas como órgãos de autoridade, e assembleas colectivas têm por missão definir e impor a todos os profissionais uma lei comum proveniente da mesma profissão.

(2) G. Desbuquois, S. J. *Rôle de la profession organisée contre l'injustice dans les relations économiques*. (Sem. Soc., p. 176, 1921). « A corporação de hoje em dia terá... uma estrutura complexa. Como o Estado ela há de ser forçosamente uma sociedade de sociedades, isto é, de indivíduos previamente agrupados segundo as afinidades de interesses, em sociedades distintas, que se entendem por meio dos respectivos delegados. » (Defourny, *Vers la réorganisation corporative*, p. 166).

elabore de modo « estatutário » ou puramente « contractual(1), » os sindicatos, tanto patronais como operários — organismos os mais qualificados para representar os diversos elementos da profissão — devem desempenhar um papel efectivo e de facto assim é(2).

A sociologia católica reconhece tal direito aos sindicatos. Aliás, a ordem social nada perde com essa participação das classes populares.

« E' de suma importância, escrevia o barão de Stain — o grande ministro que reorganizou a Prussia logo após

(1) Os juristas notam cuidadosamente os progressos do que elles denominam direito « estatutário » sobre o direito puramente « contractual. » O processo unilateral, que consiste em criar uma situação jurídica, ganha terreno sobre o processo bilateral que se funda no suposto consentimento livre de duas vontades. A crescente complexidade dos interesses em jogo, no meio nacional, e as complicações provindas da inter-dependência das nações, explicam que o « estatuto » amplie a sua esfera de acção, em detrimento do « contrato. » Mas esta transformação se prestará a muitos abusos, se a autoridade pública que legisla não tornar maleável, tanto quanto possível, o exercício de seu poder estatutário, e não associar a êste os próprios interessados. Como se há de ela avir para que tal colaboração seja efectiva? Em França, procede-se de duas maneiras: O Estado concede, aos acôrdos voluntários, intervindos entre indivíduos e colectividades, unidos pelo liame profissional, uma sanção suficiente para que, de facto, o contrato se converta em estatuto. Outras vezes a autoridade pública vai mais longe: provoca tais ajustes, afim de incorporar-lhes todo o contiúdo, a certos actos quasi legislativos, cuja execução ulterior ela reserva a si própria. » Eug. Duthoit, *Comment adapter l'Etat à ses fonctions économiques. Sem. soc.*, 1922, p. 50.

(2) O projecto do Código do Trabalho não se elabora apenas na esfera circumscripção de uma profissão ou no plano meramente nacional, senão também no plano internacional, no B. I. T. onde se congregam os representantes dos patrões e dos operários, assim como os delegados officiais de várias nações. Porquanto, acima dos estatutos particulares de cada profissão, e do regulamento geral do trabalho, em um determinado país, faz-se mister uma lei mais ampla, mais comprehensiva, que regule as relações e a coexistência das diversas profissões, no conjunto dos Estados, afim de harmonizar a actividade, em benefício de todos.

as batalhas de Iena e Auerstaedt — chamar a atenção do povo para os interesses da província e do município. Assim que o fizerdes participar efectivamente dos negócios, notareis em suas fileiras um admirável surto de dedicação e de espírito cívico. Se, pelo contrário, lhe negais essa participação, vereis germinar e propagar-se o descontentamento, e surgirem maquinações subversivas, que cedo ou tarde hão de estalar, fazendo-se mister o emprego da força para reprimí-las(1). »

Esta observação não seria ainda mais exacta na ordem social e profissional?

A autonomia dos sindicatos operários e as relações que seus dirigentes mantêm com os delegados das associações patronais, para discutir e redigir os estatutos profissionais, são factos que demonstram *não ser unicamente nas fileiras da « classe dirigente » que se encontram os chefes*(2).

A consideração de que êstes são objecto — atesta o marquês de la Tour du Pin — pode de ora avante « adquirir-se legitimamente em cada classe social e assim pôr em relêvo certas famílias » — ou indivíduos, já que a autoridade se vai tornando cada vez menos hereditária — « a

(1) Georges Blondel, *La Question sociale et le devoir social*.

(2) Seria ocioso negar a existência de classes sociais onde a instrução, o atavismo, a educação e a ambiência, dão aso a um desenvolvimento da individualidade próprio a favorecer o surto dos valores e qualidades peculiares aos chefes. A êste título, elas têm que desempenhar um papel especial na sociedade.

Por outra parte, no seio de cada grupo social, ainda o mais humilde, surgem actualmente os chefes que reclamam a organização dessas categorias sociais, convertidas em entidades morais. Este facto, que não está em contradição com o precedente, modifica os dados do problema. Cumpre, portanto, tomá-lo em consideração.

quem se acha também vinculada uma autoridade social (1). »

O apostolado popular deve levar em conta essa transformação, recrutando parte de seus apóstolos — iamos dizer de seus cabecilhas — no próprio seio da classe operária (2).

« Ninguém ignora — escreve o Pe. Doncoeur — que os primeiros fundadores (da Obra dos círculos católicos de operários) apelavam para as classes dirigentes e se mostravam ciosos de manter uma hierarquia social que as condições dos tempos modernos e sobretudo da vida industrial tornam inadmissíveis (3). »

E' a evidente lição dos factos.

« Os Círculos Católicos — nota Maurice Deslandres — inspirados pelo nobre ideal da fraternidade, não levavam suficientemente em conta as fraquezas humanas, a

(1) *Des classes sociales. (Association catholique, outubro de 1901, p. 308).*

(2) E ninguém se apresse em denunciar a ignorância e incompetência dêsses chefes operários. Alguns dêles ocupam um posto honroso, nas comissões nacionais e internacionais, a par dos delegados patronais.

Já Albert de Mun notava:

« Fiquei deveras surpreendido ao ver o conhecimento prático das questões operárias, o valor dos informes que os socialistas, membros dos sindicatos e simples trabalhadores, apresentam em favor de suas idéas, colocando-os ao serviço da paixão que os anima. E' que êles estudaram, ao passo que em nossos círculos católicos não se estuda, sobretudo, não se estuda á maneira profissional, se fôr lícito expressar-me por esta forma. A conquista das almas e das inteligências populares deve ser obra dos próprios trabalhadores, porquanto, só êles conhecem as aspirações e tendências de seus companheiros. Para que o operário se torne verdadeiro apóstolo, é imprescindível que a sua formação intelectual e moral lhe proporcione o ascendente e a autoridade de que há mister. A nós, compete facilitar-lhe a tarefa, objectivo esse que as mais das vezes as obras sociais põem á margem. » (Citado por Fontanille em *L'Oeuvre sociale d'Albert de Mun*, p. 227).

(3) P. Doncoeur, *Les Espoirs présents du Catholicisme*.

extrema dificuldade da compenetração e fusão das classes, nem tão pouco o que havia de artificial nessas reuniões que não procediam de relações naturais, inerentes á vida, porém de encontros fortuitos(1). »

Já em 1897 Léon Harmel escrevia a Albert de Mun:

« Tive ensejo de verificar que, nas reuniões onde há mescla de classes, se os operários não assumem francamente a responsabilidade, sentem-se acanhados e, apesar de toda a condescendência dos patrões, produz-se certa pressão, inconsciente, sem dúvida, porém bastante para impedir o trabalhador de manifestar livremente suas ideas(2). »

Logo, o apostolado dos operários deve ser, em parte, obra dos próprios operários(3).

(1) *Une vocation sociale*, Henri Lorin, "Sem. soc.", 1911, p. 91

(2) Citado por G. Guitton S. J., *Léon Harmel*, t. II, p. 94.

(3) Já consignamos em outra parte como o apostolado das classes laboriosas assemelha-se, em certos pontos, ao apostolado missionário e pode aplicar a si mesmo (com a devida adaptação, bem entendido) algumas das directrizes da Santa Sé, relativas á formação do clero indígena (Cf. p. 42), porquanto é forçoso render-se á evidência: o retôrno á fé das massas populares, não é possível senão mediante o apostolado operário. « Cada vez mais o povo nega a quem lhe fôr estranho toda competência para lhe propor uma idéa ou um sistema. Só seus cabecilhas lhe merecem fé. (*Etudes*, 20 de abril de 1927, p. 151).

« Variável segundo o lugar, o tempo e as circunstâncias — lemos em « *Annales de la Jeunesse Catholique* » — o legítimo desejo dos operários de se emanciparem da tutela dos chefes respectivos, uma vez que se vêem fora da fábrica, constituirá um óbice para a volta das massas ao catolicismo, sob a exclusiva influência dos católicos das outras classes sociais. Sucede até originarem-se, por vezes, resultados de todo em todo contrários aos que se esperavam. Assim, não sofre dúvida que os progressos do catolicismo entre os engenheiros pouco ou nada influe na conversão dos operários. »

Em suma, a regeneração cristã do operariado só se fará por meio dos próprios trabalhadores. A classe laboriosa tem que se salvar a si mesma e por esta razão o autor do artigo que extractamos pôde afir-

« Se não se tiver conseguido — escreve o Pe. Arendt — incutir convicções profundas em um grupo de jovens operários, entusiasiná-los e decidí-los a se sacrificarem pela obra que se trata de implantar, será inútil toda a tentativa de evangelização das massas populares. A batalha estará perdida de antemão e seria grande êrro malbaratar um tempo tão precioso. Múltiplas e prolongadas experiências convenceram-me de que não é preciso buscar alhures a causa principal do desnervamento das organizações operárias, em certas regiões(1).

« E' evidente que, ao apostolado operário, está reservado em grande parte acabar de vez com a incompreensão funesta que separa a Igreja da Sociedade... Não raro, o simples fiel encontra-se em melhores condições que o sacerdote, para exercer essa necessária mediação... Iniciado pela Igreja, nos ensinamentos e práticas do cristianismo, confirmado em suas crenças, por experiências pessoais, e, além disto, vivendo no meio da sociedade de que não o separa preconceito algum, êle reúne os dois predicados indispensáveis ao difícil papel de mediador(2). »

mar: « Semelhante cometimento só é realizável mediante operários católicos influentes e de sólida formação. Os factos e a experiência demonstram o asserto da Associação Católica da Juventude Francesa, que julgou inexequível uma acção católica de grande envergadura, sem o concurso do escol operário. » (p. 1.019).

O rápido incremento da J. O. C. corrobora esta afirmação.

(1) *Cahiers de la Jeunesse Catholique* (belga), 20 de abril de 1926, p. 248.

Uma das causas do êxito da propaganda socialista, entre os trabalhadores, é o profundo conhecimento da alma popular que possuem os dirigentes do partido. Eis o que refere um apóstolo, em contacto com os operários durante a guerra de 1914: « Um trabalhador londrino, antigo chefe socialista, que tivemos a fortuna de fazer voltar a melhores sentimentos, dizia-me: « A grande vantagem dos socialistas é que êles conhecem a fundo a alma proletária e lhe explora o fraco, ao passo que os católicos, por demais confiados na verdade objectiva de suas doutrinas, não se dão ao trabalho de grangear a confiança, compenetrando-se de sua psicologia. » (*Dossiers de l'A. P.*, 10 de maio de 1926, p. 134).

(2) Pe. Cloud, *La Crise religieuse et le Devoir de la jeunesse chrétienne*, citado por G. Goyau, em *Autour du Catholicisme social*, 1.^a série, p. 8.

De conquistador — diríamos nós — de recrutador de almas, para conduzí-las ao sacerdote e, por êste, a Cristo (1).

« A nós, pobres samaritanos — escrevia em 1834 Ozanam a seu amigo Currien — é confiada a missão de tentar a cura do pobre enfermo (é como designava a classe proletária). Mãos á obra. Talvez que êle se não arreie de nós. Começemos por sondar-lhe as chagas e derramar nelas o balsamo da caridade; façamos ressoar-lhe aos ouvidos, palavras de consolo e de paz. E mais tarde, quando as escamas lhe tiverem caído dos olhos, o colocaremos em mãos daqueles que são constituídos guardas e médicos das almas, e de certo modo nossos hospedeiros, durante a peregrinação desta vida, a que dão, ao nosso espírito, a palavra santa por alimento e por refúgio, a esperança de um mundo melhor » (2)

Desempenhar o ofício do bom Samaritano

(1) A evidência é manifesta: reduzido a suas próprias fôrças, o sacerdote se acha na impossibilidade de levar adiante esta obra de conquista, sem um auxílio especial da divina Providência. « A actualização do sacerdote restringe-se ao interior de sua igreja e ás obras sociais por êle suscitadas — escrevia recentemente o bispo de Dijon, Petit de Julleville, — porêr, um vasto campo de acção escapa ao seu influxo, o da vida quotidiana dos homens, onde êles pensam, trabalham, se afrontam e influem uns sobre os outros. Aí, não chega a acção do padre que não se acha nem nas fábricas, nem nas secretarias, nem nas assembléas legislativas, nem nos sindicatos operários... Em consequência, quantas almas, logo ao sair da infância, se subtraem á sua influência e passam a seu lado, indiferentes como se êle lhes fôra um estranho! No campo, o contacto é mais fácil, porêr nas aglomerações das cidades, não é exagêro afirmar-se que muita gente chega aos umbrais da eternidade, sem ter procurado um padre em quanto tal, seja com o fito de tratar dos interêsses de sua alma. Se assim é — e ninguém poderá contestá-lo — quem irá, nos lares ou nos centros profissionais, fazer luzir algumas scentelhas de verdade, entre as quais será possível insinuarem-se as divinas condescendências da graça?... Quem, a não ser os seculares sinceramente católicos, conscientes de levarem consigo, por toda a parte, a Cristo-Deus? » (Carta pastoral do bispo de Dijon, *Sur l'Action des laïques dans l'Eglise*. » *La Vie Diocésaine*, 1-3-1930, p. 127.

(2) Citado por Monsenhor Baunard, *Frederic Ozanam*,

é o ardente anelo dos aderentes das Associações sindicais dos Jocistas, êsses « trabalhadores missionários, » dos « Imprescindíveis » da Liga de Jovens, das militantes da União Feminina Cívica e Social, e de todos os apóstolos ansiosos de reconduzir a Cristo os operários seus irmãos. Mas, para levar avante o seu intento, com todas as probabilidades de êxito, importa que êles se mantenham na sua esfera e conservem a mentalidade operária, porquanto o operário que cessa de pensar como operário não compreende mais o operário e perdeu sobre êste todo ascendente moral.

*

* *

Quer isto dizer que as demais classes sociais não possam colaborar nessa apostolado especial?
Em absoluto.

Não se pode fazer idéa da facilidade que encontrariam os apóstolos operários no desempenho de seu labor, se os católicos pertencentes á burguesia se mostrassem mais sociáveis, e testemunhassem maior compreensão do problema operário. Quantos preconceitos se não desvaneceriam !

Mas esta actividade, por assim dizer negativa, não basta. Cumpre passar á acção positiva. O socialismo deve sobretudo a sua existência a uns tantos intellectuais burguezes que foram seus chefes e pedagogos. Um ex-seminarista, Fernand Pelloutier, funda a C. G. T.; Lenin era príncipe tártaro. Seria fácil alongar a lista. Igual-

mente, os Ferroviários católicos tiveram o seu padre Reuman, e a J. O. C. o padre Guérin.

Ninguém ignora a actividade de Garric e das « Equipes » sociais, sem falar de muitas outras instituições populares. Porêr, e importa notá-lo, em todos êsses agrupamentos, os verdadeiros recrutadores, os que induzem o camarada a fazer parte do sindicato, da secção, da « équipe, » são quási sempre — e é muito natural — os militantes, os apóstolos operários, únicos a penetrar nas massas. Abstraindo dêsses missionários do trabalho, que vivem a vida do trabalhador, e estão a par de todos os refólhos da mentalidade operária, por pertencerem também á classe popular, a acção dos chefes, dos estados-maiores, seria tão ineficaz como a de um general desprovido de soldados e de tropas de assalto.

Se, porêr, aos apóstolos vindos da burguesia e que se dedicam com tamanha generosidade, não fosse dado entrever outra perspectiva senão a esperança incerta de chegarem algum dia a desempenhar o papel de iniciadores ou de auxiliares secundários do movimento trabalhista, é fóra de dúvida que tal situação estaria muito aquêr de suas aspirações e em flagrante desproporção com o seu número. Mas não lhes dê isto cuidado ! Múltiplas ocasiões de prestarem serviço, mil maneiras de serem uteis, se lhes hão de deparar. Até no seio das organizações especificamente operárias o zêlo que os anima encontrará largo campo de acção. Assim lhes será fácil utilizar em benefício das instituições populares

o privilégio de uma educação mais esmerada, os conhecimentos técnicos que possuem e as numerosas relações de família. A sciência doutrinal de que dispõem e os judiciosos conselhos que podem dar, quando se lhes oferecer ocasião oportuna, farão dêles inestimáveis colaboradores. Se não pertencem ao número dos que, na fábrica, aliciam adeptos, mais tarde poderão contribuir para consolidar as crenças e torná-las duradouras (1).

Assim, a seu modo, êles farão as vezes de missionário, mas também do missionário deverão ter o desprendimento. Por amor às almas dos operários, será mister sacrificar legítimas preferências de classe (2), examinar os problemas do ponto de vista dos trabalhadores, afim de compreender-lhes a psicologia, banir toda idéa de

(1) E' claro que a educação religiosa é, sobretudo, afecta ao sacerdote, mas em nossos dias o clero necessita de quem o ajude. Podemos e devemos ser auxiliares úteis senão indispensáveis, porquanto o secular inspirando menos desconfiança, goza de relativa facilidade para atrair suavemente as ovelhas e reconduzi-las ao aprisco. Já houve quem dissesse: « Certas verdades impressionam mais, ditas por um leigo, que por um padre, porque este o faz, em razão de seu officio. » (*Bulletin de l'U. S. I. C.*, março de 1926, J. Gay).

(2) Cada qual tem por si mesmo, por sua família, profissão, pátria, enfim por tudo o que lhe toca mais de perto, uma legítima predilecção perfeitamente compatível com o amor universal que o catolicismo reclama. O povo ama a sua classe com um amor de preferência, que está em inteira conformidade com a lei natural, desde que não exclua o amor das demais classes sociais. Esta é a razão por que a Santa Sé tem sempre aprovado as organizações autónomas da classe operária. Já citámos vários exemplos a respeito. A Igreja estimula as instituições cujo fim é « promover os verdadeiros interesses da classe operária, objecto de especial solicitude e de um amor de predilecção para a grande família cristã. » (Telegrama do cardinal Gasparri á Confederação internacional dos sindicatos católicos, 24 de março de 1919;) abençoa os congressos de operários cujo fito é « unir em um forte e poderoso

dominação política ou social, enfim, consagrar-se ao apostolado popular sem outra ambição senão a de auxiliar os operários a se organizarem. Procedendo assim, êles grangearão a confiança do povo, podendo com mais facilidade atingir o alvo: fazê-lo volver ao grémio da Igreja.

Humanamente falando, o êxito é seguro para os que se dedicam com tal generosidade, porque, o coração do povo se põe espontaneamente á mercê de quem o ama, como êle aspira ser amado (1), entusiasma-se facilmente por uma causa magnânima ou um ideal que o seduz.

IV. — Aplicar os principios da politica católica

§ 1 — RESPEITO AO PODER CIVIL

Em sua forma primordial, êle é devido naturalmente ao poder constituído, como a toda autoridade legítima. Porêrn, assume certa feição negativa na atitude da Igreja, quando ela recusa ligar-se com um partido político, seja qual fôr.

exército todos os trabalhadores católicos, » mediante uma *sólida organização da classe operária*. (Cf. a carta do cardial Gasparri, por ocasião de uma conferência internacional da Liga operária católica, setembro de 1926, e o artigo escrito em razão da mesma ocorrência, pelo P. Delos, em *Revue des Jeunes*, 10 de novembro de 1926, p. 382).

(1) « O povo quer amar e ser amado (...) Professa o culto do coração. Para êle, os interêsses materiais de nada valem desde que lhe seja assegurada a manutenção da vida. Os sentimentos, ao contrário, o absorvem, o enlevam... »

« Se o povo pensa com a sua vida, também raciocina com o coração. » (Garric, Belleville, pp. 153 e 169).

Com efeito, nesta matéria, a diversidade tem sua razão de ser. Porventura os cidadãos não podem unir-se para fazer triunfar um ideal? É possível que, em determinado país e em dada época, tal forma de governo convenha melhor ao grau de organização dos serviços públicos e á índole dos habitantes, que tal outra, não obstante as maravilhas operadas alhures, por esta última. Corre perigo a segurança nacional? Instintivamente, os verdadeiros patriotas apelam para um governo mais ou menos autoritário. São deficientes a administração e o serviço públicos? A nação reclama uma organização mais eficaz e centralizada. Desfruta o país uma era de paz e de grande prosperidade económica? Cada qual se julga com o direito de exigir maior quinhão de liberdade e de iniciativa pessoal: o governo será democrata.

« Para que uma constituição se adapte á modalidade de um povo, e possa dar resultados satisfatórios, importa que se elabore lenta e progressivamente, e não seja imposta de modo arbitrário (1). Esta é a razão por que R. Hubert acredita poder afirmar o seguinte: « Não há regime político que, em abstracto, se possa dizer o melhor e o mais perfeito de todos. Um sistema político não se improvisa de golpe, não surge inteiramente armado do cerebro do pensador, por maiores que sejam a imaginação e o engenho dêste (2). »

(1) Costa-Rossetti, *Philosophia moralis*, p. 699.

(2) R. Hubert, *Le principe d'autorité dans l'organisation démocratique*, p. 16.

Que essas formas do govêrno se denominem: Império, Monarquia ou República, a Igreja as considera todas igualmente legítimas(1) e por êsse motivo impõe aos católicos a obrigação de acatar o poder constituido. Para não nos alongarmos demasiado, contentemo-nos com demonstrar a convergência de vistas dos últimos Soberanos Pontífices, no tocante a êste assunto:

« Faltaríamos ao nosso dever, se não aproveitássemos todas as ocasiões para vos exortar á concordia, e fazer sentir a necessidade de acatar as autoridades constituidas, » escrevia Pio VI, na época do Directório(2).

« Abstraindo de toda espécie de juramento, basta o Evangelho, para sujeitá-los (os bispos) á obediência devida ao govêrno. » (Pio VII, no tempo do primeiro Império).(3)

(1) Nada há de mais falso — escreve o Pe. Leclercq — (*L'Etat ou la Politique*, p. 413), do que pretender instaurar um regime definitivo, que nunca mais precisasse de revisão. Sem embargo, muitos teoristas puseram-se em busca de tal regime, e o século XIX pensou tê-lo encontrado no parlamentarismo. Isto denota simplesmente o pendor ao absoluto, inerente ao espírito humano. »

« A sciência política — diz ainda o mesmo autor — (p. 405) deve estribar-se na história. Mediante as lições daquilo que foi, podemos conjecturar algo do que há de ser. Não tudo, porém alguma coisa. Daqui se infere a necessidade de uma prudência, de um oportunismo, de um espírito de observação que nunca se desminta. Poucas são as regras gerais e as normas seguras para bem governar. E' mister levar em conta o tempo e as circunstâncias, tudo baseado na prudência e sagacidade dos que governam. » (La Bruyère, *Caractères du Souverain et de la République*).

(2) Breve de 5 de julho de 1796. Discute-se sobre a promulgação dêste breve, mas a sua autenticidade está fora de dúvida. Cf. a êsse respeito Mons. T'Serclaes, *Le Pape Léon XIII*, t. II, p. 395; *Les Questions actuelles*, t. XIV, p. 37; Cónego Belorgey, *Doctrine traditionnelle de l'Eglise sur le respect et l'obéissance dus aux Pouvoirs constitués*, p. 35. Todas essas obras podem ser consultadas com proveito e interêsse por aqueles que desejarem aprofundar o assunto aquí ventilado.

(3) Encicl. *Ecclesia Christi*.

No reinado de Luís Filipe, Gregório XVI relembra aos católicos a recomendação do Apóstolo:

« Não há poder que não venha de Deus, e os que existem foram estabelecidos por Deus; assim, pois, quem resiste ao poder resiste ao mandado de Deus e atrai sobre si a condenação. »(1).

Pio IX, na segunda república (2), recomendava aos bispos:

« Sejam os fieis, confiados á vossa solicitude, advertidos de que é condição essencial á natureza da sociedade humana a obediência á autoridade legítimamente constituída na mesma sociedade, e que ninguém, neste particular, pode alterar a mínima coisa, nos preceitos do Senhor, consignados nas sagradas letras. »(3)

(1) Encíclica *Mirari vos*.

(2) Encíclica *Nostis et nobiscum*.

(3) Mas, como discernir o momento onde os católicos devem submeter-se a um govêrno que conquistou o poder pela violência e á mão armada?

« Tais mudanças — esclarece Leão XIII — (Encicl. *Notre consolation*) nem sempre são legítimas, em sua origem, e é até impossível que o sejam. Sem embargo, o critério supremo do bem comum e da tranquilidade pública impõe a adesão á êsses govêrnos de facto, que substituíram aos anteriores, automaticamente inexistentes. Por êsse motivo, acham-se suspensas as normas ordinárias da transmissão de poderes e até pode suceder que, com o tempo, venham a ser abolidas. »

Ouçamos a Taparelli (*Droit Naturel*): Além da força, o govêrno de facto possui também, posto que injustamente, a autoridade. Este é o verdadeiro sentido das palavras de N. S. Jesus-Cristo, aos Judeus que lhe mostravam a efígie de Cesar: « Dai a Cesar o que é de Cesar. » (L. II, c. V, n. 666).

« A tranquilidade pública exige (...) que se reconheça uma espécie de prescrição, em matéria de direito político: a recusa intransigente a legitimar o êxito da fôrça, viria dar em uma obstinação injusta da parte da Justiça; seria uma firmeza desarrazoada, que acabaria por subordinar o direito da sociedade ao direito do indivíduo, um direito mais forte a outro mais fraco. » (N. 677).

E Leão XIII, na terceira república:

« E' um dever de justiça .respeitar a autoridade dos superiores, submeter-se com uma constante fidelidade á autoridade política, evitar as sedições e observar religiosamente as leis do país. »(1)

Sob êste pontificado os documentos abundam, todos são acordes em reconhecê-lo; ouçamos agora os seus successores.

Em primeiro lugar a Pio X. Depois de ter chamado a atenção, no Livro Branco, da Santa Sé, publicado por ocasião da lei de separação da Igreja e do Estado, para a « doutrina da Igreja relativa ás diversas formas de govêrno das sociedades civis » e as memoráveis intervenções de seu antecessor, o Santo Padre acrescenta: « Até a presente hora, tanto em nosso pontificado, como no precedente, e a despeito das re- criminações de alguns, a Santa Sé nunca deixou de dar aos católicos franceses as mesmas directrizes (2).

Benedito XV escreveu ao Episcopado português:

« Evidentemente, a Igreja não pode depender das facções, nem se pôr ao serviço de partidos políticos; por isso mesmo assiste-lhe o direito de exigir dos fieis a obediência aos poderes constituídos, qualquer que seja, aliás, o regime político(. . .) Os católicos do vosso país devem, portanto, obedecer de bom grado á autoridade tal como actualmente se acha constituída. »(3)

(1) Encíclica *Immortale Dei*. Todos sabem a formidável repercussão desta encíclica dirigida ao povo francês, em 1892.

(2) Livro Branco, c. V. Poderíamos igualmente citar a alocução de 16 de novembro de 1904.

(3) Carta *Celeberrima*.

Citemos, para terminar, a Pio XI:

« Quantos são — pergunta — os que admitem a doutrina católica relativa á autoridade civil e ao dever de prestar-lhe obediência?... E até êsses poucos, em seus discursos, escritos, e conjunto de actos, portam-se exactamente como se as ordens e ensinamentos reiterados da Santa Sé tivessem perdido o valor primitivo, ou não merecessem mais ser tomados em consideração. Tal facto evidencia uma sorte de modernismo moral, jurídico e social que condenamos tão formalmente, como o modernismo dogmático. Cumpre, pois, revigorar os ensinamentos e prescrições da Igreja. »(1)

Volve a insistir na encíclica sobre Cristo Rei:

« Ainda que o cidadão veja, nos príncipes e outros chefes de Estados, homens semelhantes a si, por natureza e até mesmo indignos e repreensíveis, não lhes há de refugar a autoridade, porquanto em tais chefes, deve considerar a imagem e a autoridade de Cristo Deus e Homem. »

Mencionemos ainda este tópico da Carta á China, de Pio XI (2).

« Ninguém ignora — e a história inteira o atesta — que a Igreja se adapta ás leis e instituições peculiares a cada nação ou Estado; que pratica e ensina o respeito aos govêrnos políticos legítimamente constituídos; que não pede, para os obreiros do Evangelho e para os fieis, nada mais que o direito comum, a segurança e a liberdade. »

Em vista de uma tal unanimidade, como

(1) *Encicl. Ubi arcano.*

(2) 16 de junho de 1929.

pôr em dúvida a doutrina da Igreja? Os sociólogos católicos a adoptaram na íntegra.

*

* *

Aliás, o respeito á autoridade constituida não obsta a *resistência ás leis injustas*. Fiel aos ensinamentos da Igreja, o católico social, ao mesmo tempo que professa o acatamento devido á autoridade civil, timbra em não se inclinar senão ante a lei que traz o cunho da justiça.

Se a lei fôr contrária aos preceitos da doutrina e da moral cristãs, « é lícito desobedecer aos homens por obedecer a Deus (1). »

« A legislação difere a tal ponto dos poderes públicos e da forma por êles assumida que, no regime de forma a mais perfeita, a legislação pode ser detestável; ao invés, em o regime de forma a mais imperfeita, a legislação pode ser excelente(...).

Assim, praticamente, a qualidade das leis depende muito mais dos homens (que governam) que da forma de governo.

« As leis serão, pois, boas ou más segundo os bons ou maus princípios de que estiver impregnado o espírito dos legisladores, e da orientação que seguirem, seja: a que fôr suggerida pela prudência política, ou a inspirada pela paixão. » (2)

« Combater, por todos os meios justos e legais á civilização anti-cristã » é um dos objectivos que Pio X á assignava á Acção Catholica, e o Papa insistia de modo mais preciso: « Os católicos devem envidar todos os esforços não

(1) Encicl. *Libertas proestantissimum*.
(2) Encicl. *Au milieu des sollicitudes*.

só para conseguir que as leis públicas sejam conformes á justiça, mas também para corrigir ou suprimir as que não obedecem aos ditames da mesma justiça. »(1)

« Porquanto — notai bem — empregar a própria actividade e usar da influência própria, para induzir os governos a modificarem leis iníquas ou temerárias, e torná-las bemfazejas, é demonstrar um amor á justiça tão inteligente como intrépido, sem sombra de hostilidade aos poderes encarregados de dirigir os negócios públicos. »(2)

Há alguns anos, o governo do Cartel annunciou a aplicação — suspensa após a guerra das leis de excepção contra as congregações religiosas(3). A consciência católica, num assômo de revolta, fez notificar aos poderes públicos a injustiça de semelhante lei, bem como a sua deci-

(1) Encicl. *Il fermo proposito*.

Na alocução consistorial de 15 de abril de 1907, Pio X denunciava com veemência o que se passava em França, onde os detentores do poder identificavam o regime político com a legislação tirânica e perseguidora: « Mediante sofismas manifestos — dizia êle — esforçam-se por confundir as instituições e a forma de governo republicano, com o ateismo, com a guerra desenfreada contra tudo o que é divino; e isto no intuito de acusar de ingerência ilícita toda intervenção de nossa parte, nas questões religiosas do país, intervenção, todavia, imposta pelo dever sagrado de nosso cargo. Esperam, ao mesmo tempo, persuadir o povo de que, quando defendemos os direitos da Igreja, contrastamos o regime popular; sem embargo, êsse regime, aceitamô-lo sinceramente e temo-lo sempre respeitado... »

(2) Carta aos Cardiais franceses, *Notre consolation*.

(3) As leis injustas não obrigam em consciência — diz Santo Tomás — a não ser por razão do escândalo ou da perturbação que poderiam advir de sua violação, em cujo caso o homem se acha obrigado a renunciar até ao próprio direito. E' o que se depreende do seguinte texto de S. Mateus: « Se alguém te obrigar a dar mil passos, em sua companhia, dá dois mil; e a quem, em justiça, te pede a túnica, dá-lhe também o manto. » (1, 2, p. 96, a 4.) Em uma edição da *Summa Theologica* encontra-se a seguinte nota: « In hac hypothese non leges istae in conscientia obligant, sed lex naturalis quae jubet vitari scandala et offensiones, vel turbationes earumque occasiones. » (Edition de Barle-Duc, 1874).

dida resolução de não ceder, de opor a mais tenaz resistência empregando, para êsse fim, os meios que julgasse mais aptos a surtirem efeito. As campanhas empreendidas pelos organismos da Acção Católica, nomeadamente pela F. N. C. e pela D. R. C., obstaram a execução dos projectos do Cartel, no que concerne á política religiosa. A repercussão dos grandiosos « meetings » que organizaram, a profusão de cartazes e « tracts, » criaram um movimento de opinião que encontrou éco na imprensa. As organizações católicas recrutaram tal número de aderentes, que os chefes cartelistas hesitaram, e acabaram por recuar e desistir do intento. Os religiosos, em perigo por um momento, não foram mais molestados; a embaixada do Vaticano continuou e as leis de perseguição não foram applicadas. Os católicos, só com se gruparem, conforme as directrizes de Roma, e sem empregar violência de espécie alguma, conseguiram fazer respeitar seus direitos e suas crenças, patenteando, ao mesmo tempo, a fôrça irresistível de uma campanha de opinião.

§ 2 — DIREITO E RENUNCIA ÀS PREFERENCIAS POLITICAS

O respeito ao poder civil implicará, porventura, a renúncia a toda revisão das leis básicas?

Os católicos sociais, de pleno acôrdo com a doutrina que professam, opinam pela negativa e afirmam ser lícito pugnar para alcançar êsse

objectivo, contanto que se não infrinjam as regras da justiça e da legalidade;(1) afirmação esta que lhes parece estar em perfeita harmonia com a doutrina católica.

Com efeito, é só percorrer a história, para nos convenceremos de que, uns após outros, os regimes se desgastam e, não estando mais adaptados ás necessidades do momento, desmoronam-se e, sobre seus escombros, surgem novas construções.

« E' um fenómeno cem vezes registado na história, que o tempo, êsse grande renovador das coisas terrenas, opera profundas transformações nas instituições políticas. Umas vezes limita-se a modificar algo á forma vigente de govêrno; outras, vai mais longe e chega a substituir o regime primitivo por outro totalmente diverso, sem exceptuar o modo de transmissão de poderes(2).

Um ambicioso que se apodera da autoridade pode ser o motivo aparente dessas transformações. Olhando mais de fito, chegamos mui-

(1) Não pretendemos ventilar aquí a hipótese da revolução á mão armada. Por sem dúvida, há circunstâncias onde um povo se pode ver reduzido a tal extremo. A supor que o êxito seja seguro e a violência não produza perturbação desproporcionada com o objectivo que se tem em vista, será ainda necessário haverem-se esgotado todos os meios pacíficos e legais. Entre êsses recursos, ocupa lugar saliente o movimento de opinião pública, a acção eleitoral, e a participação nos cargos do govêrno.

O cônego Tiberghien acaba de dar a lume um excelente opúsculo: *La Doctrine catholique et la Politique*. Nêle encontram-se os esclarecimentos seguintes: « Segundo a moral católica, o emprego de meios de violencia só é permitido nos casos de tirania permanente — e não de actos de tirania — de tirania grave que faz perigar os bens essenciais da nação; de tirania evidente a juízo de pessoas sensatas e avisadas; tirania a que o povo se não pode subtrair, senão por meio de uma rebelião que ofereça sérias probabilidades de êxito. » (p. 28).

(2) *Leão XIII*, encicl. *Au milieu des sollicitudes*.

tas vezes a discernir que a razão profunda era a inadaptação do regime político ás exigências progressivas da massa; daí o mal-estar que o homem de resolução pronta percebeu, e de que soube tirar partido. Todavia, ainda mesmo abstraindo de tal homem, e evidentemente de modo menos súbito, o regime antiquado teria ruído por terra, sob a pressão que o fazia vacilar.

« Toda mudança de regime — escreve Taparelli(1) — deve iniciar-se por uma alteração social a que o princípio conservador, isto é a autoridade, se opõe formalmente (...) Se a resistência social não consegue eliminar o factor que altera a sociedade(2), este, infiltrando-se aos poucos no organismo social, se converterá, a breve trecho, em princípio constitutivo de uma sociedade cu as características ainda não exteriorizadas, se vão delineando no espírito público e preparam insensivelmente a forma de govêrno que mais tarde se há de manifestar. »

Esta verdade passou despercebida a certos pensadores « superficiais que acreditaram ser a convocação dos Estados Gerais a origem da Revolução Francesa, e a revolta de Lutero o início do Protestantismo(3). » Erro lamentável ! Tais cataclismos, por mais espontâneos que pare-

(1) *Direito Natural*, L. III, cap. V, ns. 674 e 675.

(2) O próprio autor põe esta nota que esclarece o seu pensamento: « **Alterar** uma sociedade pode entender-se de dois modos, físico e moral. Uma sociedade é alterada fisicamente, quando nela se introduz um princípio de transformação, em luta com a sua natureza própria; **moralmente**, quando os costumes se corrompem. Esta alteração é sempre um mal, ao passo que a primeira pode até certo ponto constituir um bem se, por exemplo, extirpa os vícios do regime anterior. »

(3) Taparelli, l. c., em nota. Cf. também o opusculo de Wladimir d'Ormesson, intitulado *Paix religieuse*.

çam, são um termo, posto que também um ponto de partida.

Prescindindo, porém, dessas transformações subitâneas e excepcionais, existem ainda outros meios de obter a reforma das constituições em vigor, modificações legitimadas pela norma do bem comum.

Quem poderá afirmar sériamente, hoje em dia, ser o parlamentarismo de todo em todo um sistema ideal de govêrno? Sem entrar em discussão para aquilatar até que ponto o sufrágio universal pode ser razoável e legítimo, como negar que, por demais inorgânico, êle não faz prevalecer o número em detrimento dos valores? Os católicos têm, pois, o direito de procurar o meio prático de melhorá-lo; o respeito á constituição não pode impedir êsse tentame, desde que se processe nos limites da legalidade.

Vários documentos emanados da Santa Sé reconhecem claramente tal direito a todos os cidadãos:

« Deixándo a salvo os direitos adquiridos — escrevia Leão XIII — não é proibido de modo algum aos povos optar pela forma de govêrno mais consentânea á sua índole, tradições e costumes. » (1)

E alhures considerava certos casos em que é permitido « procurar outra organização política onde seja possível ao cidadão haver-se com liberdade »; porquanto, « qualquer que seja a forma de govêrno de uma nação ela não pode ser reputada definitiva e imutável, ainda a supor que tenha sido esta a intenção dos que a instauraram. » (2)

(1) *Encicl. Diuturnum.*

(2) *Carta Au milieu des sollicitudes.*

Tal parece ser também o pensamento do cardinal Gasparri, quando escrevia ao cardinal Dubois que « cada cidadão pode livremente preferir esta ou aquela forma de governo, e até trabalhar de modo prático para o triunfo de qualquer ideal político, contanto que se empreguem meios legais e justos, e seja observado o respeito devido á autoridade constituída (1). »

Sucede ás vezes que altos interêsses religiosos, inseparáveis do bem comum, exijam a renúncia a essas preferências políticas (2). Se, por exemplo, a opinião geral refuga tal regime, ou tal concepção política, deveremos ter todo o cuidado em que a notoriedade de nossas preferências não comprometa a religião que professamos. Em certos casos, o risco é nulo, porquanto, havendo católicos em todos os partidos, a Igreja não pode recear que a identifiquem com esta ou aquela agremiação política.

E' o que se dá na Inglaterra, ao que parece. Em outras nações a situação é menos definida. Ora, o que a Igreja teme, acima de tudo, é que a acusação de adversária política lhe não imprima certa feição de trânsfuga, de perpétua opositorista: o seu grande empenho é manter as relações necessárias para que possa cumprir a sua missão. E para isso quantos sacrifícios não

(1) Cf. *La Croix*, de 1.º de março de 1928.

(2) « Na política, aliás inseparável das leis da moral e dos deveres religiosos, importa sempre e em primeiro lugar garantir o mais eficazmente possível os interêsses do catolicismo. » (Leão XIII, encicl. *Sapientiae christianae*). Logo, os interêsses da religião se devem antepor a nossas preferências políticas.

impõe a si mesma ! (1) Quanto a nós, o que nos impende é não lhe estorvar a acção, contrapondo o nosso ponto de vista á sua « política » cristã. Faltaríamos ao mais sagrado dos deveres se antepuséssemos opiniões humanas ao amor das almas.

Mas os simples fieis serão juizes competentes da attitude que lhes é imposta pela situação da Igreja, em dada época e em determinado país ? Não haverá perigo de que lhes falseiem o entendimento, interêsses particulares, o programma político do partido a que são filiados, a condição social, os preconceitos de família ou de educação, bem como os informes incompletos de que dispõem ? E, em tais condições, tolerar que cada qual forme a sua opinião não será expor as fôrças católicas a uma funesta divisão, neste século onde a organização é imprescindível ? E, então, que pode haver de mais natural do que reconhecer á Igreja o direito de intervir quando se trata de graves interêsses espirituais, e que ela julga útil informar os fieis do seu modo de encarar as questões, traçando-lhes, em consequência, as linhas normativas da acção que devem exercer ?

Assim, em outras éras, os Sumos Pontífices intervinham, *ratione peccati*. Chefes supremos

(1) O tratado de Latrão ilustra o nosso asserto. Num gesto de concórdia, e visando o bem das almas, a Santa Sé abriu mão de direitos indiscutíveis que, até então, tinham sido reivindicados com o máximo vigor. A aceitação das associações diocesanas, em França, se presta ás mesmas considerações. Idêntico proceder tem sido observado em todo o transcurso da história da Igreja.

da catolicidade exprobatavam aos príncipes as suas exacções e injustiças, relativamente á religião, cominando-os com a excomunhão ou a rebelião dos súbditos, desligados do juramento de fidelidade. Os teólogos dos séculos XVII e XVIII reconheciam êste direito de intervenção.

Em nossos dias, quando os Romanos Pontífices erguem a voz, não se dirigem tanto aos poderes públicos, já que a maioria dos Estados oficialmente não são mais católicos, porêem ao conjunto dos fieis submetidos á sua jurisdição.

Afim de dar a suas prescrições maior autoridade, os quatro últimos Papas gruparam êsses mesmos fieis nos quadros da Acção Católica, organismo autónomo em cada país, e cuja legitimidade puseram todo o empenho em fazer reconhecer nas últimas concordatas. Mas a chefia suprema da organização cabe ao Bispo de Roma. A êle incumbe, em primeiro lugar e, sob a sua direcção ao Episcopado, assegurar a harmonia e a coesão dos movimentos de conjunto. Em consequência, é ainda a êle que compete traçar as *directrizes positivas*, que reclama uma situação religiosa particular. Umas vezes será a proibição transitória de « colaborar nos assuntos políticos e aceitar cargos do Estado, » ao revés das normas gerais propostas aos católicos; (1) outras, a abstenção igualmente ocasional, sugerida,

(1) Na Itália, antes da guerra de 1914, Leão XIII ensinava na encíclica *Immortale Dei*: « E' possível que, por justos e graves motivos, não convenha de modo algum tomar parte nos negócios publicos, nem tão pouco aceitar cargos do Estado. »

aconselhada ou prescrita, segundo as circunstâncias, no exercício do direito que possuem os católicos, em sua qualidade de cidadãos, de lutar, dentro das normas da justiça e da legalidade, em prol de um ideal político, ou ainda de empreender uma campanha de opinião para transformar « constitucionalmente » um regime.

Assim procedendo, os Soberanos Pontífices nunca cogitaram em ultrapassar a própria esfera de acção (1).

Condenaram como modernistas aos que sustentavam deverem os católicos, em matéria política, prescindir em absoluto dos conselhos, desejos, prescrições ou admoestações da Igreja cuja intervenção era tachada de abuso « contra o qual importava lutar enérgicamente (2). »

« Não sejamos assaz temerários — escrevia certa vez Pio XI — para pretender traçar a linha fronteira que delimita ao Papa o seu poder espiritual, e assinala onde começa a nossa independência. Que vem a ser isto senão a supressão prática da autoridade pontifícia, e a expressão evidente do liberalismo que justamente condenamos nos outros ? » Porquanto, « tudo o que há de sagrado nas coisas humanas, seja a que título fôr, tudo o que por sua natureza ou destinação se relacione com a salvação das almas, ou o culto de Deus, tudo isso depende da Autoridade divina. » (3)

(1) Foi o que se deu em França, por ocasião do *Ralliement*. No sentir de Leão XIII, era a situação em que se achava a Igreja, a ameaça de uma perseguição e de ruínas espirituais incalculáveis, que condicionavam o exercício da liberdade política dos católicos. Os próprios acontecimentos lhe impunham as diretrizes. Ele resolvia um caso de consciência colectivo, conforme ao que requeria o interesse de milhões de almas.

(2) Pio X, encicl. *Pascendi*.

(3) Encicl. *Immortale Dei*.

Esta é a razão por que a Igreja se abstém de qualquer ingerência na política propriamente dita, até quando, por imposição de seu cargo, se vê forçada a penetrar nêsse terreno.

E' o que se depreende claramente destas palavras de Pio XI:

« Há circunstâncias em que Nós, o Episcopado, o Clero, o secular católico, temos ares de nos intrometer na política, porem, em realidade só nos ocupamos de religião, de defender a religião (...) Se a política ataca a religião, o altar (...), é dever nosso entrar em liça, para a defesa de Deus e da religião cuja guarda Êle Nos confiou(1).

Estas incidências do temporal no espiritual e vice-versa são inevitáveis, porque o bem externo da sociedade civil deve ser coordenado com o bem interno do homem e subordinado ao Bem eterno. Sciente de que, na criatura humana, não é lícito abstrair do espírito imortal que lhe dá vida, nem tão pouco de seus destinos supra-terrestres, a Igreja não se descuida de indicar aos povos, as sendas por onde podem marchar com desassombro sem comprometer os supremos destinos do homem (2).

Como o direito de preceituar implica o de ser obedecido, os fieis devem aceitar as directrizes ou as ordens emanadas da Igreja em virtude de seu poder indirecto, que *não é sómente o direito*

(1) Discurso de Pio XI á Peregrinação intern. da Juventude Católica. (19-9-1925).

(2) Cardial Ratti, citado em *Dossiers de l'Action Populaire*, setembro de 1924.

de dar conselhos(1), como ainda em nossos dias alguns o creram.

A verdade é que o galicanismo e o liberalismo dos legistas de antanho haviam obnubilado a doutrina tradicional. Esta, graças às intervenções enérgicas dos últimos Soberanos Pontífices, recobra enfim o favor que jàmais deveria ter perdido.

Aliás, a despeito de um passageiro eclipse, ela sempre encontrou ilustres defensores. Um dêles, o Pe. de Groot, em um manual verdadeiramente clássico, põe as notas teológicas seguintes:

« A tese do *Poder directo* que legitima a intervenção do Papa nos negócios puramente temporais é temerária porque estranha á doutrina comum. A tese do *Poder directivo*, no sentido rigoroso, que só reconhece ao Papa o poder de aconselhar, quando êle intervem em assuntos temporais, ainda que nêles se achem inclusos interêsses espiritu-

(1) E' verdade que o chefe da Catolicidade emite uma pretensão que nenhum soberano temporal poderia arrogar-se sem exorbitar de suas atribuições. Reivindica o privilégio de delimitar exclusivamente as raias da própria jurisdição. Tal privilégio não correrá o risco de absorver o poder temporal, sob o manto do espiritual?

Não há que temer. Uma absorção definitiva é impraticável, porque acarretaria a elaboração de uma doutrina em oposição evidente com os ensinamentos de Jesus-Cristo.

Hipótese absurda, é bem de ver. Remanesce, porém, a possibilidade de intromissões esporádicas, fôrça é convir. Mas daí a constituir os simples fieis em juizes das ordens que recebem, seria introduzir na Igreja um princípio de livre exame que ela não pode tolerar. Praticamente, o poder espiritual está fora de toda censura dos poderes temporais. Tal é a doutrina dos Soberanos Pontífices: « si deviat terrena-potestas — escrevia Bonifácio VIII — judicatur a potestate spirituali; sed, si deviat, spiritualis min., a suo superiore; si vero suprema a solo Deo non ab homine poterit judicari. » (Densinger, *Enchiridion Symbolorum et definitionum*, n.º 469).

ais, parece pouco conforme á doutrina do *Syllabus*, aos decretos dos Sumos Pontífices e á opinião geral dos doutores da Igreja. »(1)

§ 3 — A PRIMAZIA DO ESPIRITUAL

Os católicos sociais perfilharam a doutrina da primazia do espiritual, que a Igreja reivindica até na esfera política, sem aliás pretender com isto absorver a ordem temporal..

Em conformidade com a Igreja declaram que o fim que se há de prosseguir e em função do qual se deve regular o uso da liberdade política, reconhecida pela Igreja a todos os cidadãos, é o bem temporal da Sociedade.

Mas quem ignora o que comporta, para um cristão, o bem temporal? *Não apenas o bom resultado material*, como sejam as comodidades, o confôrto que o Estado põe á disposição de todos, as possibilidades oferecidas a cada qual de aumentar os seus haveres, um serviço de alfândega admiravelmente organizado, perfeito equilíbrio do orçamento, não obstante a modicidade dos impostos, excelente administração dos serviços públicos, fronteiras bem garantidas, tudo isto — e a enumeração poderia alongar-se indefinidamente — graças a um govêrno cuja engrenagem, funcionando sem rechinar, proporcionasse a cada cidadão a necessária liberdade de movimentos, e lhe secundasse os esforços, sem prescindir toda-

(1) *Summa Apologetica de Ecclesia Catholica* (1906), p. 451.

via de pôr a salvo, o princípio de uma autoridade eficaz.

Indubitavelmente, êxito de tal monta seria invulgar, e, ainda que toda política sadia e bem intencionada deva tender para êsse fim, sem embargo, a sua consecução requer, por igual, dos que governam, arte consumada e profunda técnica. *Conhecimento técnico* ou seja uma sciência tão árdua quanto indispensável, dada a crescente complexidade das nações modernas. Mas também é preciso *arte* para levantar um edifício social que se aproxime o mais possível da construção ideal (a existência puramente abstracta). A riqueza do país, a sua autonomia económica, a situação financeira, a índole dos habitantes, a opinião pública, uma civilização mais ou menos adiantada, as relações com os países vizinhos, são outros tantos dados concretos que o Chefe de Estado deve levar em conta, para combinar e realizar, ad instar de um artista, a obra prima — aliás sempre perfectível — da organização da Sociedade.

E' fora de dúvida que estamos a supor não ser a injustiça o preço dêstes bons resultados; que o Estado, a pretexto de encher os cofres esvaziados com demasiada rapidez, não falte á equidade, vexando o povo com impostos excessivos; que se não furte a seus compromissos; que não se aproprie dos capitais acumulados em favor das instituições de beneficência; que, por assegurar, nas relações internacionais, a sua hegemonia política, económica, financeira ou militar, não subvencione secretamente, além das fron-

teiras, maquinações revolucionárias. Nenhum católico pode aprovar uma prosperidade nacional, comprada a tal preço, porquanto as nações, como os indivíduos, estão sujeitas aos ditames da justiça.

A doutrina da Igreja.

Porém, o católico exige ainda que a sociedade *actue de modo mais positivo na economia da salvação pública*. A gestão dos negócios do Estado realiza-se necessariamente, em função de uma mística, e supõe certa filosofia da vida. Prescindir dessa filosofia implica uma posição definida. Logo, não é maravilha que, segundo a doutrina católica, o bem temporal humano — razão de ser do Estado — se não pode abstrair do destino eterno dos indivíduos. O Estado, proclamado com justiça soberano na sua esfera, não pode aproveitar-se do seu poder, para contrastar os direitos divinos; e, o que mais é, se quizer desempenhar fielmente a missão de que se acha revestido, deve favorecer a ascensão das almas a Deus.

Tal é a concepção dos católicos, concernente aos deveres de um govêrno ideal. E' em prol dêsse govêrno, ou para abrir caminho a seu advento, que o católico social usa da liberdade que, em matéria política, lhe confere o seu título de cidadão (1).

(1) Não que conservem a ilusão de ver realizado o seu anelo. Sabe muito bem que neste particular a perfeição é tão difícil como a santidade, em que o progredir deve ser contínuo. Galgado um cimo, outro mais altaneiro se perfila no horizonte, como a provocar novas ascensões. Em política dá-se fenómeno idêntico. Por isso tem razão Jacques Rivière, quando afirma que jámais a Igreja se viu isenta de embaraços,

Sabe, por exemplo, a importância que a este respeito, tem a cédula de voto, e a participação no governo do país.

« A abstenção dos católicos fará passar, sem debate, as rédeas do governo ás mãos daqueles cu as doutrinas oferecem pouca ou nenhuma esperança de salvação para o Estado, e demais a mais seria perniciosa para os interêsses religiosos, porque os inimigos da Igreja disporiam de todo poder e os seus defensores de nenhum. »

Assim se expressa Leão XIII e acrescenta:

« Antes de tudo, é mister que os católicos utilizem as instituições políticas, quanto em consciência lhes fôr permitido, para fazer prevalecer a verdade e a justiça(...) e ponham o máximo cuidado em revestir de formas cristãs, toda constituição pública. »(1)

em suas relações com os governos temporais, quaisquer que fossem:

« Seja questão de Imperadores Romanos, ou Bizantinos, de Príncipes bárbaros, de senhores feudais, de comunas, de Reis Cristianísimos, da Revolução, de Napoleão Bonaparte, de Luís Filipe ou Vitorio Emanuel, da república francesa, dos Czares, dos bolcheviques, dos Soberanos protestantes, dos Chineses, Hindus, Japoneses, Arabes, Turcos, dos Peles Vermelhas, dos selvagens da Africa e da Oceania, sempre houve alguma coisa que não calhava bem e por fim de contas vinha a dar em disputas, perseguições e martírios.

Dir-se-ia que com a sociedade acontece o mesmo que com os indivíduos: a idéa de perfeição, qual princípio corrosivo, lhe não deixa um momento de repouso. » (*A la trace de Dieu*, prefácio de Paul Claudel, p. 18).

Isto explica a indiferença da Igreja, no que respeita á forma de governo, contanto que lhe deixem a liberdade de seguir a sua vocação divina. Por vezes, ela tem ares do scéptico a quem uma larga experiência da vida tornou algo pragmatista e que se deixa ir na onda... Pura aparência! A Igreja conserva sem desfalecimento uma robusta e inabalável confiança em seus destinos eternos.

(1) Encicl. *Immortale Dei*.

Mas como aproveitar dêsses meios? Ouçamos a Pio X:

Já que « os que se esforçam por destruir a religião procuram, antes de tudo, apoderar-se da direcção dos negócios públicos e se converter em legisladores, é necessário que os católicos se empenhem por afastar êsse perigo. » Em consequência, urge-lhes o dever: « de eleger, seja para os cargos municipais, seja para deputados, os homens que, consideradas as particularidades de cada eleição, e as circunstâncias de tempo e de lugar, lhes pareçam mais aptos a zelar eficazmente os interêsses da religião e da pátria, em o exercício da administração dos negócios públicos. »(1)

Já Leão XIII havia ensinado:

« Todos os católicos se devem lembrar de que a escolha dos homens destinados a compor as assembléas legislativas é da maior importância para a Igreja. Por esta razão, é necessário empregarem todos os meios legais para conseguir que o sufrágio recaia de preferência nos homens que, ao cuidado dos interêsses públicos, juntem o zêlo pela religião. »(2)

Porêm, se os católicos compreenderem o seu dever, farão mais e melhor. Votar conscienciosamente, sem dúvida, mas não é tudo. A situação que ocupam lhes impõe maior actuação na vida política; « portanto, devem aceitar, para o bem comum da religião e da pátria, os cargos públicos que lhes forem confiados (3), » e que os colo-

(1) Carta *Inter catholicos*, ao bispo de Madrid.

(2) Carta aos bispos do Brasil.

(3) Benedito XV, Carta *Celeberrima* dirigida ao Episcopado português.

cam em condições de utilizar a influência adquirida, em prol do Catolicismo.

Se as campanhas de opinião, o emprego disciplinado da cédula de voto, as conjunturas políticas do momento, fizerem conceber a esperança de algumas vantagens para a religião, os católicos devem aproveitar tais ensejos. Havendo-se por esta forma, darão provas de um realismo mais robusto e mais bem entendido que o realismo dos que vivem na esperança, sempre desfolhada, do advento de um regime político ideal que trará consigo o triunfo da Igreja.

Esta possui bastante experiência da vida para se embalar com semelhantes ilusões. Assim, ela recomenda que cada qual se esforce por apressar as melhorias actualmente realizáveis, dentro dos quadros sociais existentes, e não tolera a resistência por meios violentos, senão em situações graves e que se evidenciem insolúveis mediante as vias legais e pacíficas. Tais casos, porém, são extremamente raros.

Em nossas modernas e heterogêneas sociedades, onde a Igreja esbarra a cada passo, com tantos adversários e tantos indiferentes, o exercício do poder exigirá, não poucas vezes, dos governantes católicos, uma prudência consumada bem como o senso da conveniência e das possibilidades. Reformas prematuras ou exageradas comprometeriam o próprio objectivo, porquanto — e nisto consiste a arte política — é mister proporcionar as exigências, ainda em favor dos direitos divinos, ás possibilidades concretas do momento. Se a massa não estiver animada de

uma fé viva, a legislação que collocasse a Igreja em situação privilegiada iria encontrar a opinião de muitos, e arriscaria tornar odioso o poder espiritual cuja primazia reconhece. Se, infelizmente, a unidade de crenças já não existe no país, a autoridade civil não pode levar a cabo a sua obra moralizadora, senão á fôrça de paciente tolerância(1).

« O próprio Deus — escreve Santo Tomás — embora possua bondade e poder sem limites, deixa subsistir no mundo, uns tantos males que poderia impedir, porque a supressão dos mesmos causaria a perda de grandes bens, ou acarretaria maiores males. Igualmente, nos govêrnos humanos, a prudência exige que os soberanos tolerem certos males, para não empecer determinados bens, e tambem para que não sobrevenham males ainda mais graves. »(2)

Suarez ensina por seu turno:

« Sucede muitas vezes que um príncipe cristão se

(1) O P. Rozaven escrevia certa vez á Sra. Swetchine: « Se os Apóstolos tivessem redigido um código perfeito de leis, e o houvessem apresentado aos Imperadores romanos, acreditais que êstes o teriam aceitado, ou, aceitando-o, lhes tivesse sido possível pô-lo em prática? Antes de outorgar aos povos uma legislação cristã, importa, primeiramente, fazê-los cristãos; desde que renegaram a fé, não depende mais do govêrno conseguir que se observem as leis do Cristianismo. » (Citado em *Les Etudes*, janeiro de 1867, p. 260).

(2) II.^a II.^{ae}, quest. 10, art. 11.

E Santo Tomás ensina tambêm que as melhores leis seriam inoperantes, se aquelles a quem são destinadas se não achassem de antemão preparados para aceitá-las e cumprí-las, porquanto, « aquilo de que o indivíduo é capaz, depende-lhe dos hábitos e disposições íntimas. Seria absurdo exigir de um vicioso, ou de um principiante em matéria de virtude, o mesmo que de um homem amadurecido na prática do bem. Não se prescreve a uma criança o que se impõe a um adulto. Condena-se em um o que por vezes se tolera na outra. » (I.^a II.^{ae}, quest. 96, art. 2).

ache na impossibilidade de proscrever certas práticas religiosas, ainda contrárias á lei natural, sem causar á nação e em particular a seus súbditos cristãos, notáveis prejuízos. »(1)

Certos católicos deveriam compenetrar-se desta doutrina e aguardar com paciência o momento oportuno, sofrendo as intransigências de um zêlo, ás vezes pouco alumiado. Vai nisto o bem das almas que aspiram a converter. Cumpre não sobrecarregá-las com o fardo de obrigações cujo fundamento ignoram e, portanto, recusam suportar. Em suma, que, levados de um ardor algum tanto indiscreto, não apaguem involuntariamente a mecha ainda fumegante (2).

Contrastando a política extremista que, indevidamente, alega em seu favor, a doutrina cristã, depara-se outro escolho aonde pode ir dar o católico, em sua actuação política, e vem a ser: a timidez proveniente do contacto com as dificuldades, o desalento, a falta de fé que amortece o senso das realidades sobrenaturais, e priva dos recursos e energias secretas que elas encerram.

« In medio stat virtus... »

*

* *

Ao encetar o presente estudo, o nosso propósito era buscar os meios de reduzir o antago-

(1) De fide, disput. XXVII, sec. 4, nº 9.

(2) Esta prudência tem sido, por vezes, qualificada de liberalismo político. Acusação injusta. Tomámos a liberdade de remeter o leitor, a quem a questão interessa, ao apêndice desta obra.

nismo existente entre a soberania política das massas e a sujeição económica das mesmas, antinomia que, de facto, contribue para afastar da Igreja as classes laboriosas. Chegámos á seguinte conclusão: A solução que se há de dar a êste problema, divide e opõe uns aos outros, aqueles que tendo ouvido o "*misereor super turbam*", dos últimos Soberanos Pontífices, se empenham por organizar a acção social, em favor dos proletários.

Deixamos consignado o sentido de tres tendências principais. Alguns pretendem eliminar um dos termos do problema, suprimindo a soberania política do povo, para estabelecer, em seu lugar, o autoritarismo político e social. Outros sonham com a abolição da dependência económica, porêm caem nos exagêros do igualitarismo político e social.

Resta uma solução intermédia: a dos católicos sociais. Êstes reconhecem ás organizações operárias a autonomia julgada indispensável; mas, na opinião dêles, tais agrupamentos constituem apenas uma das alas do edifício que se trata de restaurar: o edifício da profissão organizada, na qual os trabalhadores poderão dispor dos meios necessários á defesa de seus legítimos interesses.

Os católicos sociais não pretendem, tão pouco, desinteressar-se da política, cuja importância sabem devidamente aquilatar; mas o zêlo pela doutrina, um realismo sadio e o desejo de não comprometer a Igreja, por uma actuação anti-constitucional, os levam a trabalhar dentro do quadro dos govêrnos constituídos.

Se os defeitos do regime democrático, tal como se vem praticando em diversos países, lhes são lançados em rosto, não os negam, pois saltam aos olhos. Se lhes propuserem a reorganização do regime, dando-se ao valor moral parte da onnipotência atribuída ao número, baterão palmas, declarando-se prontos a colaborar na obra, se tais reformas forem razoáveis e oportunas (1). Dest'arte, mediante a organização paralela da profissão e do Estado, desapareceria a desproporção, actualmente prenhe de riscos, entre a soberania popular em matéria política e a dependência social das massas, uma e outra achando-se equilibradas pela organização.

Assim, os católicos sociais, suprimindo uma das mais graves causas do descontentamento

(1) Como deixámos dito, os católicos sociais reconhecem a todos os cidadãos, uma justa liberdade, no que concerne ás preferências políticas — ainda quando se trate de mudança de constituição — contanto que seja observada a doutrina da Igreja, a respeito do acatamento devido aos poderes constituídos. O uso adequado dessa liberdade é questão de prudência; cumpre pôr em relevo as circunstâncias do momento, e, por conseguinte, as possibilidades. Muitos dentre os católicos julgam necessário deixar aos cidadãos o direito de voto (em si perfeitamente legítimo), tanto mais que o povo considera, com razão ou sem ela, a cédula eleitoral como um símbolo de liberdade e de justiça; até os indivíduos que não usam dêsse direito pensam do mesmo modo. Logo, uma reorganização que desse ao elemento *Valor* algo da onnipotência de que goza actualmente o *Número*, poderia ser compreendida e aceita das massas. Porém, tal mudança não daria resultado, sem uma conveniente preparação da opinião pública, que dissipasse os preconceitos.

Os católicos sociais, partidários da revisão, não querem apressar-se de modo algum, pois sabem com que precaução devem operar neste terreno, para não comprometer a expansão da fé religiosa, ferindo inconsideradamente as paixões políticas. Preferem empregar o melhor de sua actividade em obras cívicas e sociais que não correm o risco — antes pelo contrário — de afrontar a incompreensão das massas.

que dá ensejo á propaganda socialista, poderão combater eficazmente em favor da Igreja, porquanto a conquista das almas é o ponto de mira da actividade social que desenvolvem. E, como nêste terreno o Papa é soberano, acolherão sempre com respeito e submissão os conselhos e normas que lhes vierem de um chefe amado e venerado.

CONCLUSÃO

No momento preciso em que o século XVIII passava ao século XIX o seu pesado e temeroso fardo, Joseph de Maistre escrevia o seguinte:

« Quando eu considero o relaxamento geral dos princípios morais, a divergência das opiniões, o vacilar das soberanias faltas de consistência, a magnitude de nossas necessidades, e a escassez dos meios de que dispomos, parece-me que todo verdadeiro filósofo deve optar entre estas duas hipóteses: ou crer que se vai elaborar uma nova religião, ou esperar que o cristianismo seja rejuvenescido por qualquer processo extraordinário. » (1)

Decorreu um século, e as palavras do grande pensador são de uma actualidade ainda mais pungente, porque, em nossos dias, vemos as duas correntes delinear-se nítidamente.

Do Oriente, partem os mensageiros do novo evangelho: lá se vão percorrendo desabaladamente o mundo inteiro, a prègar aos trabalhadores o advento de um paraíso terrestre onde os proletários serão reis. A mística dêsses vanguardeiros, toda impregnada do mais grosseiro materialismo, não recua ante a audaciosa negação

(1) Citado pelo P. Sertillanges, em *Socialisme et Christianisme*.

do próprio Deus, e, não obstante os estragos morais e materiais que tem causado na Rússia, conta legiões de adeptos por toda a superfície do globo.

Porém, do seio dessa massa operária que renegou a fé de seus maiores, notam-se aqui e ali ardentes aspirações que o afan dos bens terrestres não consegue satisfazer, ou que exaspera a desilusão, consecutiva a esperanças frustradas. Daí, o desprezo por aqueles cujo ideal se resume em impar de gozo, ainda o mais degradante; asco de almas sinceras que, percebendo a vacuidade e a dobrez de promessas enganosas, sentem cada vez mais sede de justiça e de perfeição.

Esse desencanto autoriza grandes esperanças.

« Estou persuadido — escrevia em 1926 um notável inquiridor — de que a exposição nítida e completa da doutrina católica, seguida durante algum tempo, á medida que as circunstâncias nos proporcionem o ensejo, obteria magníficos resultados. »(1).

Em data mais recente, o P. Muller fere a mesma nota:

« A hora presente é promissora. Em quási todos os meios socialistas, os melhores elementos, os jovens, sobretudo, se vêem trabalhados por uma sede de ideal, uma ansia de vida espiritual, que a doutrina do partido, inteiramente materialista, não pode satisfazer. A nós compete responder a êsse apêlo angustioso. Já uma vez, ao alvo-

(1) *Le Contact avec les masses ouvrières*. "Dossiers de l'A. P.;" 10 de nov. 1926, p. 131.

recer do século XIX, os católicos não atentaram suficientemente na grande miséria das classes laboriosas e essa indiferença as arrojou nos braços do Socialismo. Cruelmente desiludidas e quebrantadas "post vias difficiles" elas dão mostras actualmente de desejar volver ao cristianismo. Cometeremos pela segunda vez, o êrro de repeti-las? (1)

De pleno acôrdo com R. Garric, tambem estamos convencidos de que « não se perde definitivamente uma batalha, senão quando acreditamos havê-la perdido. O povo está mais perto de nós do que êle pensa, mormente no ponto de vista religioso; enormes reservas populares estão á espera de evangelização. Necessitam de católicos que lhes deem o catolicismo e por êste meio façam obra de conciliação, de paz e de amor. » (2)

Mas, como levar a cabo semelhante tarefa?

« Há indícios de um despertar católico, produzido pela acção prática, pelos esforços multiplicados de propaganda social. Perseveremos nessa trilha. Vamos ao povo, estendendo-lhe as mãos ambas. Ele as estreitará entre as suas. » (3)

Antes de tudo — « Permita Deus que nunca jàmais o povo nos considere, a nós católicos, como « *tories* » filiados ao partido que se opõe a

(1) *L'Eglise et le Communisme*. "Dossiers del'Action Catholique, maio de 1929.

(2) *Belleville*, p. 270.

(3) *Une enquête sur le sentiment religieux dans les classes populaires*. ("Aube Nouvelle").

toda melhoria da condição dos proletários. » (1) !

Assim como dizia recentemente S. S. Pio XI: « Devemos ganhar a classe operária mediante as organizações cristãs de operários. Jàmais o conseguiremos, se não organizarmos associações que, pela sua dedicação e desinterêsse, sejam uma vivente apologia da doutrina que professamos. » (2)

Tenhamos fé nas admiráveis organizações católicas de operários (3). Cumpre secundá-las, multiplicá-las. Já deram provas do que são e do que podem. (4) E' sobretudo por meio delas que se há de realizar o ardente anelo dos Papas contemporâneos:

Conquistar, para Jesus-Cristo, as massas populares.

(1) Cardial Manning, citado por Thureau-Dangin. *La Renaissance catholique en Angleterre*, t. III, p. 262.

(2) Cf. *Dossiers de l'A. P.*, 25 de janeiro de 1930, p. 102.

(3) Disse excelentemente o P. Muller: « Todos nós podemos e devemos colaborar na obra magnífica de regeneração social, cada qual consoante ás suas fôrças e á influência de que dispõe. Patrões, responsáveis das almas daqueles que nos servem, esforcemo-nos por impregnar de um sentimento sincero de fraternidade cristã as relações que entretemos com os nossos colaboradores, por humildes que eles sejam. Educadores, trabalhemos por incutir na mocidade confiada a nossos cuidados idéas eminentemente sociais. Habitue-mo-nos a, discernir, através do grandioso desenvolvimento das fôrças industriais, a pavorosa tragédia moral, onde se debate a sorte eterna de tantas almas. » (*Bull. d'études et d'informations*, março de 1929, p. 356).

(4) « Temos sempre considerado o P. Rutten — lemos em um jornal socialista da Bélgica — como um dos nossos mais temíveis adversários. Se não fosse êle, a sua democracia cristã, as obras sociais que fundou e de que continua a ser o animador, de há muito os operários católicos teriam passado para o socialismo. » (*Le Peuple*, 22 de fevereiro de 1926).

Outro tanto se poderia dizer das obras sociais em França. O porvir está aí e não alhures.

APÊNDICE

O liberalismo politico

Não raro acontece que a prudência política seja acoimada de liberalismo. É um êrro que provem da falsa noção do liberalismo político, ou do desconhecimento da doutrina católica.

I — Definição do liberalismo politico

Que vem a ser o liberalismo político?

Eis a definição que se encontra em *Dictionnaire apologétique de la foi catholique*: (1)

« Um sistema de vida política e social, segundo o qual o elemento civil e social depende exclusivamente da ordem humana e pode — alguns mais temerários diriam « deve » — situar-se e actuar sem nenhum liame de dependência obrigatória para com a ordem sobrenatural. » E o autor do artigo cita outras definições. Segundo o cardinal Deschamps:

« A Escola que pretende assentar toda a ordem social sobre a *Declaração dos Direitos do Homem*, sem a mínima preocupação de inquirir

(1) *Artigo Liberalismo*, por G. de Pascal.

se existe, para o genero humano, uma ordem positiva. » (trata-se da lei divina).

Ou ainda:

« A escola política daqueles que reconhecem para toda a ordem social uma única e suprema lei: a razão, a razão natural sem nenhum auxilio da graça; daí o apelativo de naturalismo, dado ao liberalismo.

II — Diversas espécies de liberalismos políticos e respectiva condenação

Há tres espécies de liberalismos ou naturalismos políticos, todos tres condenados.

1. — *O Naturalismo político extreme*

O Naturalismo político extreme « é a aplicação do naturalismo religioso ou filosófico, em voga no século XVIII, á ordem social e política, assim como a moral independente é a aplicação do mesmo naturalismo á ordem individual. » (1)

Em toda sociedade, as crenças constituem uma realidade que os dirigentes devem levar em conta, para não ferir convicções ainda profundamente arraigadas. Mas os partidários da teoria acima mencionada rejeitam categoricamente toda subordinação do Estado a Deus e á Igreja, reivindicando a absoluta soberania e independência do homem por conseguinte, a liberdade

(1) Moulart, *L'Eglise et l'Etat*, p. 118.

em todas as ordens: liberdade de pensamento, liberdade da palavra, liberdade da imprensa. Esta falsa « *liberdade* », é de facto, uma verdadeira libertinagem que situa em um mesmo plano a verdade e o êrro, a virtude e o vício, e, na prática, conduz ao ateísmo político e social.

Os católicos não podem admitir uma doutrina que desconhece a tal ponto os direitos de Deus. Em sua concepção do mundo, êles dão a preeminencia ao factor espiritual e sobrenatural. Se ás vezes *transigem*, por algum tempo, com os adeptos da filosofia materialista, diametralmente oposta á filosofia espiritualista e cristã, sem embargo, a sua actividade orienta-se constantemente para um ideal dogmático e moral, revelado por Jesus-Cristo e, em definitivo, totalmente diverso. O êrro das *liberdades modernas* foi condenado pelos últimos Papas: Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII e seus sucessores.

2. — *O Naturalismo político moderado*

O naturalismo extreme nega o elemento divino; o moderado admite-o, porém, declara que a sua intervenção só é legítima, no domínio puramente individual ou familiar.

Segundo essa teoria, a política e a economia são autónomas e independentes da moral. De facto, parece ser tácitamente aceito e até francamente reconhecido o postulado seguinte: o interêsse público (egoísmo sagrado) é a soberana e primordial norma de proceder.

Logo, nem todos os « liberais moderados » rejeitam a Igreja; muitos até lhe reconhecem a missão espiritual; vedam-lhe, porém, intervir na vida política, porque, dizem, o Reino de Deus não é dêste mundo. Pretendendo exaltar os dois poderes e evitar confusionismos, acabam por mutilar a um e a outro. A pretexto de distinguí-los, separa-os. Separação que alguns erigem em princípio e em ideal a que necessariamente, cumpre tender (separação da Igreja e do Estado)(1) Nestas conjunturas, torna-se impossível convencê-los de que a autoridade civil tem o dever de usar de sua influência e de seu poder, em favor da Igreja, já que qualificam a proteção solicitada de ingerência nas questões religiosas.

Por êste motivo, incorrem na condenação proferida contra aqueles que, ao revés da doutrina católica, « ousam afirmar ser a melhor forma de govêrno, a que não reconhece aos dirigentes a obrigação de reprimir, por meio de sanções penais, aos transgressores da religião católica, a menos que o não exija a tranquilidade pública. » (2)

Para legitimar tais asserções, acrescentam:

« A liberdade de consciência e de cultos é um direito próprio de cada indivíduo, e deve ser reconhecida e asse-

(1) « A Igreja *separada* do Estado é uma associação livre cuja condição é legalmente da mesma ordem que a de qualquer outra associação particular, ao passo que a Igreja *aliada* do Estado é uma organização de carácter público e oficial. » (P. Yves de la Brière, *Etudes* de janeiro de 1926, p. 602). Todavia, importa notar que muitos inimigos da religião implicam na idéa de separação da Igreja e do Estado, certa hostilidade a respeito do poder espiritual.

(2) Encicl. *Immortale Dei*.

gurada em todo Estado bem constituido; os cidadãos têm direito á plena liberdade de manifestar aberta e publicamente suas opiniões, quaisquer que sejam, mediante a palavra e a imprensa, sem que a autoridade eclesiástica ou civil a possa limitar. » (1).

Posto que os liberais moderados concedam maiores franquias á Igreja que os liberais extremes, todavia caem praticamente nos mesmos êrros de doutrina, no tocante á política. O equívoco em que laboram não consiste em proclamar que a fé é um dom espiritual e sobrenatural e não ter sido o intuito de Jesus-Cristo impô-la á viva fôrça. Até poderiam acrescentar, sem ofensa á ortodoxia, que há casos particulares onde a prudência política aconselha, para o bem do Estado e da Igreja, a tolerância dos êrros, levando-se em conta a boa fé ou a ignorância invencível dos que erram.

Porêm, firmar como princípio e como ideal a absoluta « liberdade » de consciência e a separação dos dois poderes é um *grave êrro doutrinal*.

3. — O liberalismo « católico »

O liberalismo moderado exagera a distinção do espiritual e do temporal, e assenta, em princípio, que a política é independente da moral. O liberalismo « católico » não cai nêsse êrro teórico; em tese rejeita a separação da Igreja e

(1) Encicl. *Mirari vos*.

do Estado, mas na prática e de modo geral, aceita-a, como medida de prudência, aconselhada pelo próprio interêsse da Igreja, como « *norma prática e geral que seria de desejar ver adoptada sempre e em toda parte.* »

Os liberais católicos « crêem que geralmente a religião perde em vez de ganhar, com a proteção dos poderes públicos, e em consequência, induzem a Igreja a renunciar, para o futuro, e por sua própria vontade impulso a tão funesta aliança. Estão persuadidos de que as liberdades públicas, sequência natural da separação, devem ser para a Igreja mais proveitosas que prejudiciais. » (1)

A' primeira vista, a teoria da « Igreja livre no Estado livre » é sedutora e por isso mesmo mais perigosa. Os Sumos Pontífices o declararam repetidas vezes. Em um breve datado de 6 de março de 1873, e dirigido aos católicos de Milão, escrevia Pio IX: « Encerrando-se, por assim dizer, nos limites das opiniões condenadas, os partidários das teorias católico-liberais apresentam as mesmas com a aparência de uma doutrina irrepreensível que engoda aos imprudentes amadores de conciliação, enganando, por êste modo, áqueles que um êrro manifesto não teria seduzido. Dset'arte, êles dividem os ânimos, rompem a unidade e desfibram as fôrças que seria mister congregar, para dar combate ao inimigo comum. »

Leão XIII e Pio X confirmaram esta condenação. Pio XI, na encíclica *Quam primas* (11

(1) Moulart, l. c., p. 127.

de dezembro de 1925), relembra o dever que pesa sobre os chefes de Estado de « render em pessoa e juntamente com o povo homenagens públicas de respeito e de submissão, á soberania de Jesus-Cristo. »

Como não ver neste desejo a reprovação do regime de separação de poderes, e a aprovação do princípio de aliança?

Condenando os católicos liberais, os Sumos Pontífices não laboram no êrro de desconhecer que, em certos casos, a Igreja tem o dever de temporizar, de não reivindicar imediatamente e em bloco o reconhecimento prático de todos os direitos da Verdade divina, ainda que nêle se ache incluso o próprio interêsse da religião, do Estado e das almas.

Sucedem, por vezes, que um regime de direito comum se evidencie mais favorável á expansão religiosa, do que um regime de proteção. Com efeito, êste último pode apresentar certos inconvenientes, em razão da tendência actual dos espíritos, pouco conforme aos princípios da doutrina cristã; pode até tornar-se perigoso, seja que a religião vinculada ás instituições do Estado e de certo modo identificada com elas, participe da impopularidade que a estas possa advir, seja que, a pretexto de proteção, a Igreja, submetida a uma rigorosa vigilância, perca em parte a independência a que tem jús. (Perigo do regalismo).

Em suma, o que os Papas exprobaram aos católicos liberais pode resumir-se no seguinte:

1.º — Querer transformar em « norma de

aplicação *geral* que seria *de desejar* ver adoptada *sempre e em toda parte* » certos casos singulares, concretos e modificaveis, erigindo assim em sistema universal o que é apenas uma tática imposta por circunstâncias, infelizmente demasiado frequentes, em nossos dias.

2.º — O descrédito que praticamente lançam sôbre as Concordatas que Roma se esforça por concertar e que foram outrora e são ainda hoje um elemento de concórdia e de paz entre os dois poderes, bem como de grande proveito para as almas.

3.º — *A grave injúria* que fazem a Deus, quando, a despeito da razão e da tradição que afirmam ser a aliança entre os dois poderes, conforme ao ideal do plano divino, declaram que « *em regra, ela é prejudicial á religião e aos mais sagrados interêsses da humanidade, os interêsses espirituais.* » (1)

Por ventura o plano divino seria mera ideologia ?

III — O verdadeiro sentir da Igreja

§ 1. — ELUCIDAÇÕES

Por fugir a um extremo, não há que dar no extremo oposto.

Para cristianizar a um povo, como para elevar uma alma á perfeição, faz-se mister:

(1) Moulart, l. c., p. 128.

1.º — Não desviar os olhos do ideal que nos depara a moral cristã, sem gravames nem deficiências.

2.º — Analisar a psicologia da pessoa de que se trata, e fazer-lhe uma síntese concreta da mentalidade.

3.º — Estimulando-a e guiando-a para o ideal, proceder gradualmente; uma vez conseguido e assegurado o essencial, não exigir mais do que cada um pode dar, prevendo as resistências e reacções.

A Igreja condenou os liberais porque na prática — e ás vezes em teoria — organizam a sociedade política sem curar suficientemente do fim proposto pela moral cristã, que qualificam de sedição e incompatível com as « liberdades modernas, » favoneadas de modo exagerado. Ciosos, em demasia, da harmoniosa síntese psicológica das fôrças que actuam na vida nacional, não se esqueceriam, finalmente, de orientá-las no sentido de uma realização tão perfeita quanto possível do Estado cristão, que deve ser o escopo de toda política católica?

Estabeleceram o equilíbrio que, no estado onde se encontra a sociedade por êles organizada, apresenta — ao que parece — a solução adequada a unificar o país.

Ainda bem.

Se, porém, não passam daí, fica-lhes a obra incompleta por não ser de molde a fazer remontar as almas a Deus. E' vezo do naturalismo político contentar-se com edificar sobre dados científicos — ou tidos por tais — uma síntese

política das tendências profundas do povo, que permita governar sem a mínima preocupação do dever que ao Estado incumbe, de colaborar no bem espiritual de seus membros.

Mas é igualmente erróneo pretender guindar ao ideal da vida cristã o indivíduo cuja vontade e actual capacidade de acção não tenham sido previamente aquilatados.

A verdade prática, distanciada, por igual, do naturalismo e de uma ideologia falaz, acha-se entre os dois extremos. Nem pouco demais, nem tudo de uma vez: tal é a tática de uma judiciosa política cristã.

§ 2. — A TRADIÇÃO

Os ensinamentos dos teólogos e dos Sumos Pontífices confirmam esta maneira de encarar a questão.

1. — « Consoante aos *princípios da sciência teológica*, o dever de colaborar com a Igreja cessa de urgir o poder civil, como dever positivo, desde o momento em que essa colaboração se torne impossível e até prejudicial á própria Igreja, ou então perigosa para o Estado, porquanto a exacção de nossos direitos e o cumprimento de nossas obrigações estão, relativamente á medida e maneira de ser, subordinadas ás circunstâncias de pessoas, de tempos, lugares e coisas. Sem dúvida, o princípio em que se fundam êsses direitos e obrigações não consiste numa fórmula meramente ideal, porém eminen-

temente prática e que se deve reflectir em nossa vida, tanto quanto o permitirem a caridade, a justiça e a prudencia.

E' lição unânime dos escolásticos que um soberano católico pode conceder a tolerância aos herejes e dissidentes que vivem em território sob a sua jurisdição, nos tres casos seguintes:

a) Quándo lhe fôr impossível impedir tal permanência.

b) Quando, de semelhante concessão, se esperam maiores bens.

c) Quando, por êsse meio, se desvie um mal inevitável de outro modo. » (1)

O P. Yves de la Brière esclarece:

« A adaptação prática ás circunstâncias do momento não se deve confundir de nenhum modo com a profissão de Liberalismo doutrinal. Trata-se de descobrir uma fórmula de paz pública, um expediente político, que se ajusta e razoavelmente aceitável, no meio do conflito de doutrinas e influências, em uma sociedade profundamente dividida pela diversidade de crenças, profundamente corroída pela indiferença religiosa. Em tal hipótese, não resta dúvida sobre a absoluta impossibilidade de aplicar normalmente a tese católica, a saber: o regime de aliança entre os dois poderes, com as consequências legislativas, fáceis de se aduzirem.

Sem embargo, o bem público exige com imperiosa evidência que as instituições eclesiásticas possam gozar da liberdade indispensável a sua existência e actuação e, com a mesma imperiosa evidência, exige ainda que a paz social seja respeitada por todos, no seio da nação.

Um estatuto legal de comum liberdade para todas as instituições religiosas que não violem a ordem pública

(1) Moulart, l. C., pp. 371-271-371.

apresenta-se então como a fórmula prática, o expediente racional que em tal complexidade de circunstâncias delicadas, deve consagrar uma legislação equitativa e providente.

Esta, a forma da teoria do direito comum, que se não confunde de maneira alguma com o *falso dogma* do Liberalismo. »(1)

Mons. Baudrillart, em seu magistral estudo *Quatre cents ans de Concordat*(2), assegura que « praticamente (...) as relações entre a Igreja e o Estado se não regulam por princípios absolutos e de certo modo geométricos, porém, são resultante do estado social e político, bem como da adaptação que faz a Igreja dos princípios que a regem. »

Hoje em dia — escreve por seu turno o P. du Passage — por não existir mais a conformidade na fé, se alguém intentasse proteger a Igreja, utilizando os métodos de antanho,

« não sómente a defesa do bem comum (missão primordial do Estado) não seria assegurada, mas, ao contrário, sairia prejudicada, por se agravarem necessariamente as lutas e dissidências entre concidadãos. Nem a Igreja pensará em solicitar, nem o Estado se atreverá a promulgar quaisquer medidas que, até de longe tenham visos das antigas sanções. Não que os direitos da Verdade, e da Igreja que a representa, hajam caducado, porém os meios ainda legítimos de servir a esta mesma Verdade devem ser rejeitados e praticamente condenados, se prejudicam a sua finalidade em vez de assegurá-la (...). É portanto uma calúnia assoalhar que, se os católicos fossem os dirigentes das sociedades actuais, fariam reviver as leis de outrora. »(3)

(1) *Etudes*, 5 de junho de 1926, p. 610.

(2) Baudrillart, *Quatre cents ans de Concordat*, 1906, p. 23.

(3) *Ecclesia*, publicada sob a direcção do P. Aigrain, p. 1.013.

Moulart, no intuito de salientar êste ponto de doutrina, cita largamente ao jesuita Becano e elucida o leitor com uma consulta feita a Bossuet, e concernente á *Declaração do rei da Inglaterra*, Jayme II, príncipe católico, de quem se exigia o compromisso de manter a igreja anglicana. A seguir, cita ainda a Lugo e a Suarez (1).

Em 17 de outubro de 1863, quando a discussão desta doutrina empolgava a opinião pública, os religiosos encarregados de redigir a *Civiltà Cattolica* escreviam: « A título de hipótese, as modernas liberdades podem ser legítimas e é lícito aos católicos abraçá-las e defendê-las. »

II. — Por diversas vezes os Sumos Pontífices sancionaram a mesma doutrina:

a) — Desde a Concordata firmada por Pio VII e o primeiro consul Bonaparte, em 1801, e na qual a religião católica já não era denominada « religião do Estado » porêr, da « maioria dos franceses, » até o ano de 1830, seguiram-se mais de 30 concordatas (bávara, napolitana, suíça, alemã, etc.) todas calcadas sobre o modelo da concordata francesa.

Ei-nos grandemente distanciados do ideal, da tese! Aliás, uma concordata é ordinariamente a forma jurídica da hipótese « que supõe uma concessão da parte da Santa Sé, e imposta pela malícia dos homens. » (2) Desde então, as fórmulas se tornaram ainda mais flexíveis, afim de se

(1) Pagina 371.

(2) Baudrillart, *Quatre cents ans de Concordat*, 1905, p. 23.

amoldarem, sem concessões ilícitas, ás exigências de uma dada situação política. Vêde Pio VII recebendo « em pessoa o juramento prestado por Napoleão, juramento que continha a promessa formal de respeitar e fazer respeitar a liberdade de cultos; » Pio VIII, « que não recusou tratar com o governo de julho, quando êste proclamava, com certa arrogância, a liberdade de cultos; » Leão XIII, que « continuou a mesma tradição e o mesmo modo de proceder. » (1)

Será preciso recordar a intervenção recente de Pio XI, aconselhando aos bispos de França, na encíclica *Maximam gravissimamque*, a aceitação das *Associações diocesanas*?

Nos Estados-Unidos, a separação da Igreja e do Estado é um facto; sem embargo, Roma mantem com a Casa Branca relações cordiais.

Nada diremos acêrca do *juramento de fidelidade ás constituições* de vários Estados modernos senão que, após prévia consulta á Santa Sé, os padres e bispos foram autorizados a presta-lo. Atitude esta digna de nota.

b) — Pouco depois da publicação da encíclica *Quanta cura* e do *Syllabus*, que causaram grande comoção entre os católicos, e foram hábilmente explorados pelos inimigos da Igreja, Mons. Dupanloup redigiu, ás pressas, um comentário, afim de desfazer equívocos. Nêle demonstra que os documentos pontifícios haviam traçado o ideal de uma sociedade inteiramente cristã,

(1) Mons. Gibier, *Le Catholicisme dans les temps modernes*, t. I, p. 560.

porêm, deixavam aos fieis a liberdade de procederem de acôrdo com as condições da sociedade política, tal como se apresenta actualmente.

Em 4 de fevereiro de 1865, Pio IX escrevia ao dito prelado: « Reprovastes os êrros no sentido preciso em que Nós mesmo os havíamos reprovado. » Seiscentos bispos congratularam-se com o eloquente defensor da Igreja, por sua obra elucidativa (1).

Segundo Leão XIII, a Igreja « não condena aos chefes de Estado que, na esperança de um grande bem ou para impedir um grande mal, toleram, na prática, que todos os cultos tenham cabida no grémio da nação. » (2) Procedendo assim, a Igreja leva em conta o pesado fardo da humana fragilidade e não ignora as diversas correntes que, em nossa época, arrastam os espíritos e as coisas (3).

Mais de uma vez o mesmo Pontífice pôs em prática esta doutrina. Solicitado, logo após a sua elevação ao trono pontifical, a omitir juízo acêrca da situação da Igreja, na Bélgica, e do dever que incumbia aos católicos, expressou-se do seguinte modo: « Depois de uma experiência de mais de meio século, a situação do catolicismo na Bélgica demonstra que, no estado actual da sociedade moderna, o sistema de liberdade estabelecido nêsse país é o mais favorável á Igreja. Atacar ou censurar o pacto fundamental belga

(1) Cf. Mourret, *Histoire de l'Eglise*, t. VIII, p. 497.

(2) *Encicl. Immortale Dei*.

(3) *Encicl. Libertas*.

importaria contrariar os desígnios da Santa Sé. Os católicos devem aceitá-lo incondicionalmente. Trata-se de um pacto; cumpre que seja lealmente observado, e, já que proporcionou aos Belgas meio século de paz, não vemos motivo para introduzir nêle alteração de espécie alguma e nem para que se deseje tal coisa. » (1)

Sempre fiel ao método e aos ensinamentos do Divino Mestre, a Igreja adapta-lhe a doutrina às exigências do momento, adaptação que permite ao homem prosseguir o seu eterno destino, dentro da organização, sempre formável, que lhe oferece a Sociedade.

(1) Citado em Moulart, l. c., p. 374.

INDICE

	PAGINAS
DUAS PALAVRAS.....	5
PREFÁCIO.....	9
CAPITULO I. — AS CAUSAS DA APOSTASIA POPULAR.....	11
I. — <i>A ruptura das classes</i>	17
§ 1. A transformação industrial.....	17
§ 2. O despertar da consciência de classe.....	23
§ 3. A "Barricada": burgueses e proletários.....	27
II. — <i>O egoísmo da Burguesia</i>	30
III. — <i>A Acção socialista</i>	35
IV. — <i>A Sciência! novo ídolo</i>	40
V. — <i>O meio ambiente da vida operária</i>	45
CAPITULO II. — EM BUSCA DE UM MÉTODO DE APOSTOLADO POPULAR.....	53
CAPITULO III. — UM PRECEDENTE: RENASCIMENTO CATÓLICO NA MOCIDADE INTELECTUAL.....	61
§ 1. Decepções e receios.....	62
§ 2. Um apostolado que se adapta.....	68
§ 3. Resultados e ensinamentos.....	73
CAPITULO IV. — APLICAÇÃO DO MÉTODO ÀS MASSAS POPULARES. DUAS SOLUÇÕES INOPERANTES.....	79
I. — <i>Autoritarismo político e social</i>	81
§ 1. A tese.....	81
§ 2. A crítica.....	82
II. — <i>Igualitarismo político e social</i>	93
§ 1. A tese.....	93
§ 2. A crítica.....	95
A. — Erro do nivelamento social.....	95
B. — Egoísmo colectivo.....	102
C. — Olvido das complexidades económicas.....	108

CAPITULO V. — A SOLUÇÃO: SOCIOLOGIA CATÓLICA E SEU PROGRAMA.....	119
I. — <i>Tomar a peito as justas reivindicações populares..</i>	121
II. — <i>Actuar no meio ambiente, agrupando os trabalhadores católicos.....</i>	130
III. — <i>Amparar o sindicato e a autonomia da classe operária.....</i>	135
IV. — <i>Aplicar os princípios da política católica.....</i>	151
§ 1. Respeito ao poder civil.....	151
§ 2. Direito e renuncia ás preferências políticas.	159
§ 3. A primazia do espiritual.....	169
CONCLUSÃO.....	181
APENDICE — O LIBERALISMO POLITICO.....	185
I. — <i>Definição do liberalismo político.....</i>	185
II. — <i>Diversas espécies de liberalismo político e respectiva condenação.....</i>	186
§ 1. O naturalismo político extreme.....	186
§ 2. O naturalismo político moderado.....	187
§ 3. O liberalismo "católico"	189
III. — <i>O verdadeiro sentir da Igreja.....</i>	192
§ 1. Elucidações.....	192
§ 2. A Tradição.....	194